

SANTUÁRIO de APARECIDA

EDIÇÃO ESPECIAL

APARECIDA, 30 DE JUNHO DE 1987

OS LEIGOS NA CAMINHADA DO SÍNODO

Compilador e organizador: Pe. José Ernanne Pinheiro

Após a celebração do Sínodo Episcopal extraordinário em 1985, avaliando a caminhada da Igreja nos 20 anos após o Concílio Vaticano II, foi retomado, com impressionante interesse na Igreja, o tema específico sobre os "Leigos" na perspectiva do próximo Sínodo Geral Ordinário a celebrar-se este ano em outubro próximo.

O fascículo (Tablóide I), publicado no início deste ano em curso, sobre "Os Leigos na Igreja e no mundo" por iniciativa do Setor Leigos da CNBB, veio atender ao anseio de reflexão e aprofundamento de quantos estão se empenhando em torno desse tema pelo Brasil a fora.

Todos vêm se dando conta de que o assunto "Leigos" é candente no atual momento da vida da Igreja. Na verdade, não se pode tratar este tema sem sacudir toda a eclesiologia, e isso bem dentro da mais autêntica tradição da Igreja, isto é, da Bíblia, dos Santos Padres e do Magistério eclesiástico. Assim, nesta oportunidade, tem vindo à tona a expressão "eclesiologia total" do velho eclesiólogo dominicano Yves Congar, que nos adverte sobre a necessidade de se ver a posição do

leigo dentro da concepção integral da Igreja, conforme vem se desenvolvendo na teologia a partir da "Lumen Gentium" do Vaticano II.

Refletindo sobre os leigos, enfim, os vários grupos que compõem a comunhão eclesial, são chamados a rever o seu lugar e o seu papel na globalidade do mistério da Igreja.

Este novo fascículo "Os Leigos na caminhada do Sínodo" (Tablóide II) completando o anterior, não pode, evidentemente, trazer todas as reflexões tão valiosas elaboradas em nossos Regionais. Orientou-nos o critério da representação equilibrada de várias Regiões, como também de pastoraes diversas na experiência eclesial do Brasil.

Nosso desejo é que este novo subsídio possa contribuir na continuidade do aprofundamento e do debate em torno do tema "Leigos", nesta reta final de preparação para o Sínodo de Roma, que já vem acontecendo entre nós pelo seu poder de provocação.

Dom Marcelo Pinto Carvalheira
CEP — Setor Leigos — CNBB
Brasília-DF, 27/05/87

1. Introdução:

OS LEIGOS NA CAMINHADA DO SÍNODO

Pe. José Ernanne Pinheiro

Aproxima-se o Sínodo sobre os leigos que deverá realizar-se, em Roma, no mês de outubro de 1987. Entre nós, podemos afirmar com alegria, o sínodo já está acontecendo:

1. no nível da ação, por inúmeras iniciativas;
2. no nível da reflexão teológico-pastoral.

1. No nível da ação. Ao lado do trabalho assumido pelos leigos — no Conselho Nacional dos Leigos (CNL), nas Comunidades Eclesiais de Base, nas Pastorais, nos Movimentos — podemos constatar grande empenho dos Regionais da CNBB, através de Assembléias com Leigos ou de Leigos. Têm sido oportunidades significativas para o levantamento de desafios para a Igreja no que se refere aos leigos. Os temas mais expressivos que fluem destas reuniões:

- a questão da espiritualidade dos cristãos como mística evangélica;
- a formação na ação, a formação sistemática como necessidade;
- o papel da mulher na Igreja;
- a participação na Igreja, como co-responsabilidade eclesial;
- a pastoral da militância: o engajamento na transformação do mundo;
- o desafio da pastoral da classe média e a opção pelos pobres;
- significado dos conflitos na comunidade eclesial;
- tensão entre Movimentos e as diretrizes da Igreja local;
- a identidade do leigo — a teologia do batismo, do Povo de Deus;
- a necessidade de organicidade dos leigos;
- melhor compreensão do conceito de evangelização...

Tudo isto vem à tona, com muita ênfase, nos debates, como troca de experiência ou também como tensão, como busca. Tem caminhado bastante entre os leigos a consciência de ser Igreja. Também há sinais promissores de ligação fé/vida, o grande desafio que nos lança a *Gaudium et Spes*, na ação sindical, nos movimentos populares, no partido político. Multiplicam-se os instrumentos de formação sistemática: cursos de teologia, sessões intensivas de estudo da realidade.

As tensões afloram quando se trata de metodologia de ação porque afloram as concepções de Igreja, da sua missão. Os instrumentos de *formação na ação* revelam as diferentes formas do leigo analisar a realidade e canalizar sua dinâmica eclesial: nos Movimentos, nas Pastorais, nas Comunidades Eclesiais de Base. Sente-se que há desconfianças, tensões latentes. As barreiras são realmente objetivas ou mais de cunho psicológico? Como superá-las? Como caminhar acentuando mais o que nos une do que o que nos distancia? Como usar critérios comuns: a Palavra de Deus, as diretrizes da ação pastoral da Igreja no Brasil, o estudo da realidade para descobrirmos pistas comuns de ação? São perguntas que despertam para a

busca de um senso de Igreja mais profundo para sermos reais evangelizadores.

— Iniciativas várias têm surgido neste período de preparação ao Sínodo no campo das *publicações*, como seiva para a ação: — palestras pronunciadas nas várias assembléias regionais, na Comissão de Doutrina, artigos publicados em revistas especializadas...

- o tablóide "os leigos na Igreja e no mundo" (Ed. Santuário de Aparecida),
- o boletim n.º 12 do CNL (Conselho Nacional dos Leigos) com depoimentos sobre a Assembléia Nacional do Órgão,
- cadernos do CNL etc.

— *Encontros específicos:*

a) em plano internacional: um encontro realizado em Roma, dos dias 21 a 25 de maio, em que será estudado o "Instrumento de Trabalho" do Sínodo. Do Brasil quatro leigos estarão presentes: — Cristina Sá, membro do Pontifício Conselho dos Leigos e os outros três, indicados pela CNBB, mediante uma lista tríplice apresentada pelo CNL: Pedro Gonçalves (Rio de Janeiro) Geraldo Aguiar (Lins, São Paulo) Célia Guabiraba (Fortaleza, Ceará).

b) Em plano nacional: promoção do CNL, reunião nos dias 7, 8 e 9 de agosto, em São Paulo. Estará conosco o Presidente do Pontifício Conselho dos Leigos, o Cardeal Eduardo Pirônio, e os nossos bispos delegados ao Sínodo, conforme a eleição da última Assembléia da CNBB:

— Titulares:

Cardeal Aloísio Lorscheider
Dom Luciano Mendes de Almeida
Dom Celso José Pinto da Silva
Dom Marcelo Pinto Carvalheira

— Suplentes:

Cardeal Eugênio de Araújo Sales
Dom Ivo José Lorscheiter.

c) A 25.ª Assembléia, em abril último, tratou do tema "leigos" com destaque. A partir de um texto de base, nossos pastores refletiram sobre três perguntas:

- Como criar um relacionamento de Comunhão a partir da consciência da Missão comum e da dignidade fundamental do batismo?
- Qual o espaço que têm os leigos(as) nas nossas estruturas eclesiais?
- O empenho que damos à formação dos leigos(as) é adequado às exigências de sua missão como Igreja no mundo, na realidade brasileira?

Todos estes encontros têm sido momentos interpeladores para todas as expressões do que costumamos chamar "leigos". A própria palavra "leigo" tem sido questionada. Sua prática como cristão está exigindo novos fundamentos teológico-pastorais.

2. *No nível da reflexão.* Constatamos que há uma tendência forte a superar a Teologia do Laicato pela Teologia do Batismo, do seguimento a Jesus Cristo, a Teologia do Povo de Deus. Nesta linha, a *comunidade* ganha terreno privilegiado como locus natural da vivência Cristã onde os *carismas* e os *ministérios* afloram na comunhão e na co-responsabilidade da missão, ao serviço da construção do Reino de Deus. Tanto os ministérios ordenados como os não ordenados são parte deste Povo, com missões específicas. A dignidade fundamental: o batismo. A comunidade eclesial, toda ela ministerial, deve ir superando o clericalismo embora valorize o imprescindível papel dos bispos, dos presbíteros, dos diáconos. Assim sendo, o "Sínodo sobre os Leigos" deixa de ser um sínodo setorial para ser um sínodo eclesial, porque requer uma *Eclesiologia* integral, na feliz expressão do Padre Yves Congar, quando de sua autocrítica à teologia do laicato por ele defendida até o Concílio Vat. II. (Ministérios e Communion, Cerf, p.9ss.)

Claro que esta perspectiva só está sendo assimilada lentamente. A teologia do Povo de Deus se constitui como um desafio para o pós-Sínodo. Não tem ainda resposta pronta para todas as questões práticas. Supõe uma docilidade ao Espírito, sem sectarismo, para caminharmos na co-responsabilidade eclesial, e como Igreja exercermos a missão no mundo onde os leigos têm uma missão específica, mas não exclusiva. É a *eclesiologia* da *Lumen Gentium* e da *Gaudium et Spes* que estão tomando formas novas na vivência do Cristão, chamado por nós "Leigo". Entre nós não se manifesta nas pedadas da "comunhão e participação" de Puebla?

Se, por um lado, não temos respostas bem formuladas, teologicamente, para a prática pastoral, no entanto, alguns sinais nos norteiam como setas que indicam caminho. Da evangelização do meio popular, a "Igreja se faz Povo", florescem as

Comunidades Eclesiais de Base que acentuam, exatamente, a consciência comunitária, a relação fé-vida, a diversificação dos ministérios, à luz da Palavra de Deus. Os pobres evangelizando os pobres, com a ajuda e os serviços dedicados de muitos ministros ordenados. Também podemos dizer que, no relacionamento Igreja-Mundo, no Brasil, a Igreja deu passos significativos e originais na consciência do mundo dos pobres, na co-responsabilidade pela justiça. Muito trabalho tem sido feito, em nome do Evangelho, pelos que têm fome de pão e pelos que têm fome de justiça. Isto tem exigido uma reflexão mais sólida sobre os mecanismos de opressão, desafiado o compromisso profético da Igreja. Como não reconhecer aí os esforços generosos e corajosos das pastorais específicas, de movimentos, de modo especial no meio rural e operário-popular? Sem dúvida, temos sido obrigados a refletir sobre a problemática do conflito no relacionamento com a sociedade, dentro da própria Igreja. O cristão "leigo" tem como missão específica entrar, pelo testemunho e pela ação, em contestação não só dos valores anti-cristãos do mundo moderno como diante das estruturas sócio-político-econômicas do sistema opressor. A evangelização libertadora assumida pela Igreja se torna, então, o grande instrumento evangelizador dos cristãos, levando em conta os desafios da realidade e as raízes da religiosidade que trazemos, todos nós, das nossas origens. A própria liturgia é chamada a celebrar, à luz do Cristo, a vida em toda a sua dimensão, por vezes, crivada pelo martírio de tantos que vivem a bem-aventurança da sede de justiça, de paz, de fraternidade...

Esta busca de perspectiva para os leigos se manifesta, com expressões várias, por ocasião da 25.^a Assembléia da CNBB. Através de duas intervenções, veremos como nossos bispos estão encarando o problema:

ALGUMAS DAS INTERVENÇÕES DOS BISPOS SOBRE OS LEIGOS POR OCASIÃO DA 25.^a ASSEMBLÉIA DA CNBB — ITAICI, 1987

DOM EDUARDO KOAIK

"Na medida em que me descubro mais irmão do 'leigo', mais me aborrece a palavra 'leigo'. Hoje, a palavra na vida da teologia e da pastoral não significa, tão plenamente, o que significa na sua raiz = laós = Povo de Deus. Do Povo de Deus a hierarquia também faz parte. E é por ser 'Povo de Deus' que a Igreja se define no Concílio Vaticano II. Esta palavra 'leigo' acentua a diferença e esconde a identidade entre o leigo e o presbítero. O que nos identifica é mais importante do que o que nos diferencia: somos discípulos de Jesus Cristo e, juntos, carregamos a mesma missão de anunciar a salvação de Deus em Jesus-Cristo.

Esta missão de Jesus foi confiada em primeiro lugar à Igreja como um todo.

Santo Agostinho nunca poderia ter dito aos seus diocesanos: 'com vocês sou leigo para vocês sou bispo'. Mas pôde dizer e o disse com felicidade: 'com vocês sou cristão e para vocês sou bispo'. Dessas palavras de Santo Agostinho deduzimos que a hierarquia é um serviço aos cristãos e que ele também é um dos cristãos que necessita do serviço da hierarquia.

Internamente, na Igreja, os serviços são diferenciados. Em relação às tarefas no mundo, se eu falar 'o papel específico do leigo no temporal', desse papel exclui-se o cristão que é ministro ordenado. Mas se falar 'o papel do cristão no temporal' o ministro ordenado não se sente excluído desse papel.

A doutrina é uma coisa e não muda. A conveniência pastoral é outra coisa e pode ser diferente em diferentes lugares.

Aguardamos luzes do próximo Sínodo dos Bispos."

DOM FERNANDO A. FIGUEIREDO

"Gostaria de frisar que quando falamos de campo específico do leigo não queremos com isso restringir tal campo ao leigo. Igualmente não se pode restringir ao clero um outro campo específico. Todos são co-responsáveis na Igreja, no exercício de serviços, ministérios diversos para os quais são concedidos dom e carismas próprios. Há uma complementação mútua. Emerge assim uma visão da Igreja comunhão-comunidade tão cara a São Cipriano e Santo Inácio com seus ministérios e

carismas, na consecução das variadas dimensões pastorais e por expressões diversificadas dos movimentos de Igreja.

Tal visão evitaria não só uma dicotomia na nossa linguagem teológico-pastoral, mas toda separação no interior da Igreja. Pelo contrário, todos seriam valorizados, enquanto se ordenam à edifi-

cação desta Igreja na 'caridade harmoniosa'.

Exemplos claros encontramos na história da Igreja como diferenças notáveis entre a Igreja da Antioquia e Alexandria. Tensões sem dúvida, mas em tudo se via a necessidade de fazer transparecer na Igreja a unidade — critério fundamental de sua vida e de sua atividade — missão."

2. Reflexão sobre a identidade do leigo

1. O QUE É O LEIGO — IDENTIDADE E MISSÃO

Pe. Alberto Antoniazzi

Conferência proferida na Assembléia Regional Leste II (MG e ES) da CNBB — Belo Horizonte, 18.11.1986.

"Posso manter vivo o apelo que tive a ocasião de reiterar no correr da Visita 'ad limina', para que uma prioridade importante e inadiável na ação dos Senhores seja a de formar leigos, quer entre os 'construtores da sociedade pluralista', quer entre as massas populares, quer nos ambientes operários e rurais, quer entre os jovens, sempre em vista de sua presença atuante nas tarefas temporais.

Formar leigos significa favorecer-lhes a aquisição de verdadeira competência e habilitação no campo em que devem atuar; mas significa, sobretudo, educá-los na fé e no conhecimento da doutrina da Igreja naquele mesmo campo."

(JOÃO PAULO II, Mensagem aos Bispos do Brasil, 9.4.1986).

1. Voltamos a refletir sobre o "leigo". Voltamos a pensar na "vocação e missão do leigo na Igreja e no mundo", como nos pede o próximo Sínodo dos Bispos (1987). Estamos atendendo ao "apelo" do Papa. Estamos convencidos — ou, ao menos, desconfiados? — de que essa reflexão é necessária e relevante no atual momento histórico da Igreja?

Mas por que é necessário voltar a essa reflexão?

Já não foi dito tudo?

O relativo silêncio, de quase 20 anos, ao redor da "teologia do laicato" — tão debatida nos anos 50 e durante o período do Concílio Vaticano II (1962-65) — não significa que tudo foi falado e nada resta a acrescentar?

Ou o silêncio refletia o deslocamento da problemática e a procura de novos enfoques? Só uma colocação diferente poderia trazer nova luz a problemas tão discutidos e, no fim, sem solução clara? Ou as novas tendências dos movimentos de leigos e das Comunidades Eclesiais de Base faziam emergir outras respostas e outras perspectivas?

Qualquer que seja o motivo do silêncio de tantos anos e da volta atual do tema, é preciso antes de tudo encontrar clareza quanto à doutrina da Igreja sobre o laicato. Será a Parte I deste trabalho. Só depois, consideradas as condições específicas em que hoje se encontra a Igreja no contexto da sociedade brasileira, será possível acenar para algumas orientações práticas sobre a formação e atuação dos leigos. Será a Parte II deste trabalho e, principalmente, será a tarefa dos grupos e miniplenários, que se seguirão.

Nem é preciso dizer que, dentro dos limites de tempo fixados, a exposição será, necessariamente,

esquemática. A justificativa das diversas afirmações será indicada nas notas bibliográficas. O esquema terá cumprido sua função se colocar em relevo os pontos essenciais a serem discutidos e assumidos.

1. Formulações recentes da Doutrina da Igreja

2. Historicamente, o termo "leigo" aparece na Carta de Clemente Romano (ano 95, aproximadamente) e se torna de uso relativamente frequente, na Igreja, no século III. Ele indica, então como hoje, quem "não é clérigo", quem "pertence ao povo cristão como tal e não à hierarquia eclesiástica". (1) Mais tarde, aproximadamente a partir do século VII (ou seja, na "Idade Média"), o termo se carrega de um sentido pejorativo, porque o leigo é aquele que não entende o latim, o inculto, o analfabeto. Daí o sentido figurado do termo, que até hoje permanece: "que é estranho ou alheio a um assunto; desconhecedor". (2) Não se deve, porém, concluir apressadamente que, no catolicismo medieval, os leigos tenham um papel meramente passivo ou marginal. A religião do povo é particularmente viva e ativa na Europa da Idade Média e é este catolicismo popular (não ainda reformado por Trento) que penetra no Brasil e, especialmente, nas terras das Minas Gerais, vedadas aos religiosos no século XVIII. Riolando AZZI caracteriza o catolicismo popular da época colonial como "leigo". (3) O predomínio da devoção aos santos torna esse catolicismo acessível ao leigo e o faz menos dependente do clero. Até hoje, mesmo permanecendo longe da influência do catolicismo "oficial", muitos leigos continuam praticando esse tipo de catolicismo popular.

3. Sob a influência de uma acentuação da oposição clero x laicato, cujas raízes se situam na "luta pelas investidas" e nos prolongados conflitos entre eclesiásticos e "leigos" (na prática, príncipes e nobres) dos séculos X, XI e XII, retomados com novo vigor no séc. XIV, e como resultado também da acentuação do papel da hierarquia no catolicismo moderno, contra os protestantes no séc. XVI e contra os Estados modernos no séc. XIX, o catolicismo romano tende a colocar os leigos, mesmo os fiéis dentro da Igreja, numa posição de total subordinação. (4) São conhecidas as expressões de São Pio X, que afirmava: "...Somente no corpo dos pastores residem o direito e a autoridade

necessários para promover e dirigir todos os membros para o fim da sociedade. Quanto à multidão, ela não tem outro direito a não ser o que se deixar conduzir e, como dócil rebanho, seguir seus pastores". (5) Esta situação se reflete também no Código de Direito Canônico de 1917, onde os leigos são mencionados apenas como objeto da "cura pastoral". Eles não têm outro direito, se não "o de receber do clero, conforme as normas da disciplina eclesiástica, os bens espirituais e principalmente os meios necessários para a salvação". (6) Os leigos passam de sujeitos ativos da missão cristã para a condição de "fregueses", quase de consumidores. (7)

4. Em flagrante contraste com o Código de 1917, coloca-se hoje o novo Código de Direito Canônico, de 1983 (doravante: CDC). Após o livro I, das Normas Gerais, o novo CDC apresenta um livro II, sobre o Povo de Deus. Neste livro, a primeira parte é dedicada aos fiéis em geral ("De christifidelibus"); a segunda, à constituição hierárquica da Igreja; a terceira, aos Institutos de vida consagrada (os "religiosos"). A primeira parte, por sua vez, divide-se em cinco seções ou "títulos", de amplitude desigual; interessam-nos sobretudo as três primeiras, que tratam respectivamente:

- 1) dos deveres e direitos de todos os fiéis;
- 2) dos deveres e direitos dos leigos;
- 3) dos ministros sagrados ou clérigos.

5. Não é preciso um grande conhecimento da história recente da Igreja, para reconhecer na estrutura do novo CDC (8), a influência decisiva do Concílio Vaticano II e particularmente de sua constituição dogmática sobre a Igreja, conhecida como "Lumen Gentium". (9) Ela assumiu, como critério fundamental da sua eclesiologia, o primado da graça, aliás bem expresso pelo capítulo I da Constituição LG, que apresenta a origem divina da Igreja, "ex Trinitate". Em consequência, o Concílio reconhece o primado do Batismo e do Povo de Deus, convocado para ser corpo de Cristo e templo do Espírito. Neste contexto, a estrutura hierárquica é concebida essencialmente como serviço ("ministério") à edificação do corpo de Cristo e à comunhão do Povo de Deus. A própria articulação da Constituição "Lumen Gentium" mostra, didaticamente, suas opções teológicas, sua doutrina: — o cap. I trata da origem trinitária da Igreja (10); — o cap. II trata do Povo de Deus; dentro do Povo de Deus, há duas distinções: — sob o aspecto do ministério, distinguem-se o cap. III (A hierarquia) e o cap. IV (Os leigos); — sob o aspecto da vocação, distinguem-se o cap. V (A vocação de todos à santidade) e o cap. VI (A vocação específica dos religiosos); — finalmente, o fecho é constituído pelo cap. VII (Perspectiva escatológica) e cap. VIII (Maria, mãe e modelo da Igreja).

Esquemáticamente, poderíamos dizer que o Concílio põe em relevo:

- 1.º - a comunidade dos fiéis, onde todos os batizados gozam da mesma dignidade fundamental e participam da única missão;
- 2.º - uma diversidade de ministérios e vocações, através dos quais a participação na

missão se especifica (ministério hierárquico ou laicato) e, em outro plano, se distingue a vocação à santidade (que é de todos) e a vocação à vida consagrada ou religiosa.

Em resumo:

comunidade dos fiéis	{	ministérios	{ laicato hierarquia
		vocações	{ vocação comum vida consagrada

6. A doação desse esquema do Vaticano II implica a rejeição do esquema subjacente a uma concepção anterior, muito difundida (11), segundo a qual "a Igreja, aos clérigos; o mundo, aos leigos", ou seja:



Também aqui não se precisa entrar em longas análises teológicas e históricas para perceber que este esquema — mesmo que tenha tido sua justificativa e utilidade em certos contextos — tende a gerar dois graves defeitos no comportamento dos membros da Igreja: de um lado, o *clericalismo* dos pastores; do outro, o *secularismo* dos leigos. Tende a produzir um clero isolado do mundo e fechado na sacristia, esquecido de sua missão primária, a evangelização. Tende a produzir um laicato incapaz de expressar sua fé no mundo, por um motivo oposto: por falta de ligação mais profunda e orgânica com a Igreja, por subordinação a critérios exclusivamente mundanos e seculares. É o que lamenta o documento preparatório do próximo Sínodo dos Bispos, quando aponta os dois perigos extremos do laicato católico: o fechamento numa perspectiva clerical, de um lado; a ruptura dos laços com a Igreja e a adesão, teórica e prática, a ideologias e atitudes "secularistas", desvincilhadas da fé, do outro lado. (12) Talvez aqui se encontre também uma das raízes daquilo que o Papa Paulo VI definiu como "o drama da nossa época": a ruptura entre Evangelho e Cultura. (13)

7. As relações entre a Igreja e o Mundo, o Evangelho e a Cultura, a Fé e a História não se reduzem, evidentemente, à questão das relações entre clero e laicato! Mas para compreender melhor estas últimas e sua evolução, é importante perceber como as relações Igreja-Mundo foram concebidas e que influência exerceram sobre o assunto que aqui nos interessa. Naturalmente, podemos fazê-lo apenas brevemente.

O Concílio Vaticano II não se limitou a refletir sobre as estruturas internas da Igreja (reflexão que deu origem à "Lumen Gentium", como vimos). O Concílio foi levado a pensar também as relações Igreja-Mundo. Pode-se até dizer que sua constituição pastoral "Gaudium et Spes" é o primeiro documento de tamanha amplitude e nível sobre o assunto. Apresenta, inclusive, na opinião, não apenas de muitos teólogos, mas também de Bispos de diversas tendências, uma certa imaturidade, as marcas — em suma — de uma elaboração um tanto

apressada. Mas também representa, de modo nítido, uma tomada de posição do Concílio, da mais alta autoridade doutrinária, mesmo que esta posição não se configure propriamente como “dogmática”, mas preferentemente como orientação “pastoral”.

À luz da “*Gaudium et Spes*” e do conjunto dos outros documentos conciliares, parece que podemos ressaltar alguns aspectos da doutrina do Vaticano II sobre as relações Igreja-Mundo:

— em primeiro lugar, abandonando o esquema que opunha a Igreja à sociedade civil como duas “sociedades” em si completas (cf. o conceito de “*societas perfecta*”), o Concílio ressalta a íntima solidariedade, a interpenetração, entre Igreja e mundo;

— em segundo lugar, contra uma tendência até então predominante e que poderíamos denominar “essencialista”, que subestimava a relevância das condições históricas tanto para a humanidade quanto para a Igreja, o Concílio reconhece e assume plenamente a *historicidade* (14) e reconhece “o quanto tenha recebido da história e da evolução da humanidade” (GS 44). Isto significa admitir que a Igreja não pode fechar-se em si mesma, mas deve abrir-se às ciências naturais e sociais, às diversas culturas, e mesmo às críticas dos adversários (15);

— em terceiro lugar, contra o “escatologismo” radical, o Concílio afirma o valor da atividade humana, terrena: “é pacífico que a atividade humana individual e coletiva, ou aquele empenho gigantesco no qual os homens se esforçam no decorrer dos séculos para melhorar as suas condições de vida, considerado em si mesmo, corresponde ao plano de Deus” (GS 34) e “a esperança de uma nova terra, longe de atenuar, antes deve impulsionar a solicitude pelo aperfeiçoamento desta terra” (GS 39b). A reflexão pós-conciliar, tanto entre os teólogos quanto do magistério, tem insistido nesta afirmação, sublinhando com ênfase que “a luta pela justiça e a participação na transformação do mundo aparecem-nos claramente como uma dimensão constitutiva da pregação do Evangelho, que o mesmo é dizer, da missão da Igreja, em prol da redenção e da libertação do gênero humano de todas as situações opressivas”. (16)

Seria, contudo, falso afirmar que existe hoje, na teologia e na doutrina da Igreja, uma clareza nítida, uma absoluta falta de ambigüidade nas concepções e opiniões a respeito da missão da Igreja e de sua relação com a história. Não é apenas a teologia da libertação, na América Latina, que suscita controvérsias. Também em outros países e situações, há um pluralismo acentuado entre os católicos.

O Vaticano II, apresentando a Igreja como “sacramento, ou o sinal e instrumento da íntima união com Deus e da unidade de todo o gênero humano”, alimentou uma visão otimista da história, como toda ela convergindo para Cristo. E nela a Igreja aparece como uma antecipação simbólica, sacramental, daquilo que toda a história humana estaria procurando. Esta visão não apenas permite olhar positivamente para toda a história, nela reconhecendo sinais da presença de Deus, mas também, de algum modo, convida o cristão a mergulhar na história, a caminhar junto com os homens, sem acentuar as distinções.

Os anos recentes parecem ter contribuído para

uma visão mais realista dos fatos. De um lado, não parece tão clara a marcha da história para a realização dos desígnios de Deus. De outro lado, os próprios cristãos — desunidos ou dispersos num mundo hostil — sentem a necessidade de reforçar sua identidade. Mas, às vezes, esta união também se carrega de uma significação política, ambígua, que liga demasiadamente fé a opções contingentes e terrenas.

Há um caminho entre os dois extremos? Parece que sim, ainda que o caminho deva ser muitas vezes descoberto ou construído. Ele passa, certamente, por um aprofundamento da ação dos cristãos na sociedade, da ação dos leigos, de leigos realmente portadores da novidade cristã. Ele passa por um prolongamento e um aprofundamento do movimento que o Concílio impulsionou. (17) Movimento que, como vimos, procura superar a oposição Igreja x Mundo. Movimento que também procura repensar o esquema sagrado x profano, que caracterizou a época da “cristandade”, mas não parece corresponder à inspiração cristã mais profunda. Movimento que quer passar de um cristianismo demasiadamente identificado com o clero (por sua vez vivendo numa condição semelhante à da vida monástica), para um cristianismo que vive no mundo, na história, no meio dos homens, nas condições dos “leigos”.

8. Dentro do atual contexto — que acabamos de evocar muito rapidamente, com seu pluralismo de situações e sua procura, ainda incerta, de uma nova expressão do cristianismo — como se define, afinal, a condição do leigo na Igreja? Tomamos como referência o novo Código de Direito Canônico (CDC), o que nos permite comparar ao mesmo tempo o Concílio e a evolução mais recente.

O ponto de partida é a distinção, que já vimos (cf. acima, n.º 4 desse texto), entre “fiéis” e “leigos”.

Os fiéis são definidos no § 1.º do cânon 204 como “os que, incorporados a Cristo pelo batismo, foram constituídos como Povo de Deus e assim, feitos participantes, a seu modo, do múnus sacerdotal, profético e régio de Cristo, são chamados a exercer, segundo a condição própria de cada um, a missão que Deus confiou para a Igreja cumprir no mundo”.

Esta definição é, textualmente, tirando-se o inciso “segundo a condição própria de cada um”, a mesma do Concílio Vaticano II (LG 31, § 1), onde, porém, é a definição dos “leigos”. (18)

Mais do que uma contradição com o Concílio, devemos ver no CDC uma explicitação mais coerente. O CDC distingue:

— o que é comum a *todos* os fiéis (sejam eles leigos, ministros ou religiosos);

— o que é peculiar ou específico dos *leigos*.

Do leigo, porém, o Código não dá uma definição. Limita-se a indicar concretamente suas atribuições (obrigações ou deveres e direitos) (19), especialmente nos cânones 224-231, mas também alhures. É preciso, então, voltar ao Concílio e à LG, n.º 31. Aí encontramos outros dois elementos da definição do “leigo” (sendo o 1.º elemento a condição comum de fiel, de batizado):

— o leigo não é um ministro ordenado (nem pertence ao “estado religioso aprovado pela

Igreja”); e isso é amplamente confirmado pelo Código (cf. cân. 1.008 etc.);

— o leigo é caracterizado ‘especialmente’ pela ‘índole secular’ (cf. LG 31/2); “é específico dos leigos, por sua própria vocação, procurar o Reino de Deus exercendo funções temporais e ordenando-as segundo Deus” (*ibidem*). Neste ponto, porém, não há muita clareza no CDC, nem em seus comentadores. (20)

Antes de discutirmos a questão da ‘índole secular’, vamos olhar mais de perto o retrato que o CDC traça, concretamente, do “leigo”. Já sabemos — como nos autoriza explicitamente o cân. 224 — que as atribuições dos leigos são, além daquelas específicas (cân. 224 - 231 e *passim*), também aquelas comuns a todos os fiéis (204-223). Não vamos transcrevê-las aqui, mas resumi-las e agrupá-las. (21)

9. Antes de tudo, devemos destacar a amplitude do próprio cân. 204, que reconhece o chamado dos fiéis a *participar da missão da Igreja* “em toda a sua extensão, em outras palavras, a participar em qualquer atividade da Igreja”. (22) O mesmo Autor fala de “alcance incalculável” deste cân.

O que implica esta participação na missão da Igreja?

Implica em:

- *estar em comunhão com a Igreja* e conservar tal comunhão (cf. cân. 205 e 209/1), obedecendo aos pastores (212) e buscando o bem comum (223);
- *levar uma vida santa* e contribuir para a santificação da Igreja (cân. 210; cf. LG 32/3 e 33/1);
- *evangelizar* (“trabalhar a fim de que o anúncio divino da salvação chegue sempre mais a todos os homens...” — cân. 211; o cân. 225 repete o mesmo e acrescenta que esse dever é mais premente quando só através dos leigos pode ser anunciado o Evangelho). (23)

Um aspecto importante da participação dos leigos na missão da Igreja é também o direito-dever de *manifestar aos pastores as próprias necessidades e os próprios anseios* (cân. 212/2) e a própria opinião sobre o bem da Igreja (cân. 212/3) e mesmo prestar, de forma mais estável, um aconselhamento ou assessoria (cf. cân. 228/2). O CDC prevê, mais adiante, aplicando — um pouco fracamente, na opinião de vários comentaristas — as diretrizes do Concílio, o funcionamento de diversos órgãos consultivos, (24) dos quais os leigos podem partici-

- o Conselho Pastoral diocesano (c. 511-514);
- o Conselho Pastoral paroquial (c. 536);
- o Conselho de assuntos econômicos diocesano (c. 492) e paroquial (c. 537);
- o Sínodo Diocesano (c. 463/5.^o).

Mas os leigos não devem apenas participar de Conselhos. Uma das novidades do CDC é que os leigos podem *assumir numerosos “ofícios” ou cargos na Igreja*. O princípio geral é enunciado no cân. 228/1: “Os leigos que forem idôneos, estão habilitados a ser assumidos pelos Pastores sagrados para ofícios eclesiásticos e para encargos que

podem desempenhar segundo as prescrições do direito”.

A listagem dos cargos efetivamente acessíveis aos leigos é longa: chanceler da Cúria e notário diocesano, ecônomo da diocese; censor de livros; juiz diocesano, promotor de justiça, defensor do vínculo, auditor; professor de ciências “sagradas”, mesmo nos seminários teológicos; ministro extraordinário do Batismo, da Eucaristia ou testemunha qualificada do Matrimônio; responsável pastoral de uma paróquia (na falta de um presbítero); advogado e procurador no foro eclesiástico; catequista, missionário; e, segundo alguns, delegado ou observador da Santa Sé. (25)

Geralmente os cargos são acessíveis a homens e mulheres; apenas os ministérios de acólito e leitor fazem exceção, sendo reservados aos “viri” (cân. 230/1). Na prática, porém, na ausência de leitores e acólitos, os leigos (homens e mulheres) podem assumir supletiva ou temporariamente quase tudo. Um canonista competente chega a dizer que quase não há mais diferença, no novo CDC, entre o leigo e o diácono! (26)

O Código também explicita que os leigos não exercem o apostolado somente quando chamados ou organizados pela hierarquia. Eles têm direito a *tomar iniciativas* (cân. 216, cujo final, porém, restringe o sentido de AA 24/3, sobre o qual se baseia). Também o novo Código explicita, mais do que o antigo, o *direito de associação* (cf. cân. 215), o que não deixa de ter grande importância com relação ao apostolado, não confiando unicamente à fragilidade do indivíduo, mas que pode ser organizado a partir de uma associação ou comunidade, alcançando maior amplitude e durabilidade e mesmo outro nível qualitativo. (27)

Pouco espaço é dado, apesar da insistência do Concílio, sobre a *atuação do leigo no temporal*, no mundo das realidades terrenas (família, trabalho, profissões, economia, política, arte, cultura, ciências...). O cân. 225, no § 2, estabelece o princípio geral: “(Os leigos) têm também o dever especial, cada um segundo a própria condição, de animar e aperfeiçoar com o espírito evangélico a ordem das realidades temporais, e assim dar testemunho de Cristo, especialmente na gestão dessas realidades e no exercício das atividades seculares”. Mas há poucas indicações concretas quanto ao exercício desse “dever especial”, a não ser no âmbito da família e da educação dos filhos (cf. cân. 226/1 sobre os casais; 226/2 sobre os pais; e os cânones 774/2, 793, 796-798, todos sobre a responsabilidade dos pais na educação cristã; e cân. 835/4, 851 e 914 sobre a parte dos pais na “santificação” dos filhos).

Finalmente, podemos concluir com um rápido aceno àqueles direitos que os leigos têm, de *receber os bens necessários ao seu desenvolvimento pessoal* (direito a receber uma educação cristã: cân. 217; a receber os cuidados pastorais e, principalmente, a Palavra e os Sacramentos; direito e dever de receber uma instrução ou formação doutrinária adequada — cân. 229/1 — e, querendo, uma formação teológica superior, científica — cân. 229/2 —, bem como a formação necessária aos cargos de que forem investidos e a relativa retribuição — cân. 231) e a *ver garantida a sua liberdade pessoal* (escolha do estado de vida — c. 219;

escolha livre do rito e da espiritualidade — c. 214; respeito da boa fama e da intimidade — c. 220; liberdade de opinião — c. 212/3; liberdade de pesquisa — c. 218; direito de defesa nos processos — c. 221).

10. De tudo isso, pode-se concluir que o Vaticano II deu ao laicato um lugar central na Igreja. E que o novo Código de Direito Canônico reflete, nas grandes linhas, esta vontade do Concílio. O CDC chega a “substituir o fiel ao clero como protagonista principal do ordenamento canônico”. Assim fazendo, pode fazer emergir também, com mais evidência, os direitos dos leigos. (28)

Apesar de, em alguns pontos, o CDC ter ultrapassado o Concílio, de outro lado, permanecem alguns *aspectos insatisfatórios*. Eles são mencionados brevemente aqui para lembrar que a realização do programa do Vaticano II, que inverte tendências seculares da Igreja, é uma tarefa que deve ser continuada e que exigirá ainda muito tempo e muito empenho. (29) As críticas que vamos levantar são úteis também para apontar temas que estão a exigir maior aprofundamento teológico, aprofundamento que virá — acreditamos — na medida em que também as nossas práticas eclesiais avançam na direção preconizada pelo Concílio.

Com relação à própria constituição da Igreja, deve-se lamentar o total esquecimento, pelo novo CDC, do *carisma* (cf. AA 3, § 4; LG 12). Isto prejudica, em princípio, todas as categorias de fiéis na Igreja, mas certamente mais os leigos e os religiosos do que a hierarquia (enquanto o esquecimento do carisma parece ter acontecido não apenas pela dificuldade de regulá-lo juridicamente, mas também em favor do predomínio do “institucional” sobre o “carismático”).

Na mesma linha, deve-se lamentar que o CDC não tenha assumido e valorizado o *sacerdócio comum* (LG 10) e o “*sensus fidei*” (LG 12) dos fiéis. Eles são mencionados, mas sem a força que têm nos textos conciliares (cf. respectivamente c. 836 e 750). Ainda se deve observar que o fiel, no livro I, em lugar de ser definido eclesiologicamente, é considerado — com uma categoria do direito romano — como “*persona physica*” (cf. c. 96 e ss.). (30)

Com relação aos “leigos” enquanto tais (como categoria específica dentre os “fiéis”), devem ser levantadas ao menos duas questões. A primeira é a da *participação no “munus regendi”* ou *múnus régio* ou de governo (cf. LG 36). Praticamente o CDC evita esse assunto. Não o aborda senão de um ponto de vista prático, com uma fórmula de compromisso, que é o § 2 do cân. 129:

“No exercício desse poder (isto é, o poder de regime ou de jurisdição), os fiéis leigos podem cooperar, de acordo com o direito”.

Ou seja, não se afirma (como na “*Lumen Gentium*”) que ao leigo compete, por sua própria natureza de batizado, por instituição divina, a participação no *múnus* de “regime”. A dificuldade de inserir um “livro sobre o *múnus* de reger no Código, ao lado dos livros III (*Múnus de ensinar*) e IV (*Múnus de santificar*), pode explicar em parte essa falha, mas não a justiça. De outro lado, não podemos esquecer — como vimos — que o novo CDC foi extremamente generoso na prática, atribuindo

aos leigos um tal número de tarefas e encargos pastorais, que quase não se distingue mais um leigo de um diácono.

A segunda questão é a da “*índole secular*”, que seria a característica específica do leigo. O Código, como vimos, lhe deu pouco relevo. Mas há alguma justificativa. Antes de tudo, o próprio Concílio não foi claro. (31) O Vaticano II insiste, sim, em vários lugares (LG 31/2; AA 7; AG 21/3), sobre a vocação “secular” do leigo. Mas, de outro lado, fundamenta a vocação do leigo sobre os sacramentos e declara que “as atividades seculares competem propriamente aos leigos, ainda que não de modo exclusivo” (GS 43/2), deixando assim reinar certa ambigüidade na definição. Além disso, a teologia dos ministérios que se desenvolveu depois do Concílio, especialmente a partir de 1970, acentuou a participação dos leigos nos ministérios eclesiais; embora uma concepção “clerical” dos ministérios não seja nem legítima nem necessária, contudo parece ter havido uma certa tendência a pensar de forma ainda muito clerical (isto é, segundo modelos de uma época em que só o clero exercia o ministério) os ministérios dos leigos.

Parece, em suma, que a vocação “secular” do laicato foi sacrificada no Código, ou reduzida (o que, provavelmente, reflete um fato mais grave: o escasso valor reconhecido na Igreja a esta vocação). Deve-se, porém, deixar bem claro que esta vocação e atuação nas “realidades temporais” não pode ser pensada como se fosse uma atuação “fora” da Igreja, não apenas feita no campo do mundo, mas segundo os critérios do mundo (cf., por exemplo, o final de LG 36, que rejeita vigorosamente “aquela infausta doutrina que intenta construir uma sociedade prescindindo totalmente da religião”). Na realidade, a ação dos leigos no mundo é uma expressão da missão da Igreja, é uma participação no “*múnus*” de Cristo. Os leigos não estão destinados ao mundo, para deixar a Igreja aos clérigos. Os leigos são, se quisermos, uma “costura” entre a Igreja e o mundo na Igreja. LG 37/4, falando da participação dos leigos no “*munus regendi*”, sugere que os leigos podem trazer aos pastores uma ajuda específica, que os auxilie a “julgar mais clara e adequadamente tanto as realidades espirituais quanto as realidades temporais”. Na mesma linha, LG 35/2, falando da missão profética dos leigos, vê uma forma de evangelização de “específica e peculiar eficácia”, porque realizada nas condições comuns do século (do mundo).

Uma deficiência neste ponto — isto é, em estabelecer a “ponte” entre a Igreja e o Mundo, o Evangelho e a Cultura, a Fé e a História, ponte que de algum modo se identifica com o laicato cristão — não pode ser subestimada. Como nos lembrava a “*Evangelii Nuntiandi*”, aqui está o drama do nosso século. Aqui também está a nossa tarefa. (32)

2

II. Se voltarmos agora o olhar para o futuro, para aquilo que nos é dado enxergar, não podemos deixar de prever um aprofundamento do processo, que foi chamado de “secularização”. O termo é ambíguo e discutido. Mas o fenômeno, qualquer que seja a etiqueta para designá-lo, é relativamente

claro. Trata-se de um processo de deslocamento do lugar da religião na sociedade. No Ocidente cristão, esse processo se anuncia nas doutrinas dos intelectuais do séc. XVIII, atinge maciçamente as estruturas políticas no séc. XIX e finalmente os costumes e as formas de vida no séc. XX. (33) Tende ultimamente, nas sociedades ocidentais e, com alguma diferença, no Brasil de hoje, a se expressar num individualismo exasperado.

Neste contexto, a religião não desaparece (como hipotizavam teorias apressadas e simplistas, que concebiam uma evolução "linear" da secularização), mas muda de lugar. De eixo central da sociedade, de referência básica da cultura, da religião oficial do Estado, transforma-se em opção individual, inspiração do sentido da existência, compensação (às vezes) das frustrações de uma sociedade 'tecnológica' e massificante, em resistência ao totalitarismo, em busca de libertação.

Confrontados a essa situação, grande número de brasileiros (católicos de nome ou por tradição) são atraídos hoje para duas formas de comportamento religioso, que os afastam da Igreja:

— o extremo subjetivismo de uma religião pessoal, individualista, que mistura segundo o gosto do próprio indivíduo experiências, ritos, crenças ou práticas de tradições religiosas (diferentes;

— o refúgio no calor da solidariedade das "seitas" e novos movimentos religiosos, que oferecem as "comunidades emocionais", que a atual geração não encontra na sociedade de massa.

Este desafio pastoral, para a Igreja, não torna mais evidente e premente a formação e atuação do laicato?

12. Confrontar nossas experiências com relação a esse desafio, traçar linhas de ação a partir de nossa reflexão, é a tarefa de toda a Assembléia e, particularmente, o trabalho de grupos e mini-plenários. Basta aqui sugerir algumas perguntas, ou pistas, coerentemente com a reflexão conduzida até agora.

a) Como proporcionar aos leigos a possibilidade de se sentirem Igreja? Como desenvolver o sentido de "pertença", de adesão, de identificação com a Igreja? Duas pistas parecem oferecer perspectivas fecundas: a busca das diversas formas de "participação" na Igreja e a busca de comunidades em "face humana", com dimensões que permitam às pessoas se sentirem sujeitos ativos e co-responsáveis.

b) Como informar os leigos sobre os assuntos eclesiais? Como melhorar a formação do laicato? O saber é condição do poder... Não seria preciso investir maciçamente na formação do laicato, como já se investiu na formação do clero?

c) Continuar a diversificar os ministérios. Reconhecer efetivamente os ministérios confiados aos leigos. Reconhecer e valorizar os ministérios claramente empenhados em tarefas e ambientes "seculares", desclericalizando os ministérios.

d) Repensar o ministério ordenado, especialmente o ministério presbiteral, tendo consciência que a superação da oposição clero x laicato implica uma mudança dos dois lados, uma nova concepção e uma nova prática das relações na comunidade eclesial. (35)

e) Empenhar padres e leigos em tarefas co-

muns, sobretudo em busca de uma resposta cristã, evangélica, aos grandes problemas humanos de hoje. Trabalhando juntos no mundo, pela justiça e pelo Evangelho, padres e leigos podem redescobrir a missão comum, a única missão da Igreja, e modos diferentes e complementares de realizá-la.

11 de novembro de 1986

NOTAS

- (1) Cf. Aurélio Buarque de Holanda FERREIRA. Novo Dicionário da Língua Portuguesa, verbete "Leigo". — Para a história do termo "leigo" na Igreja, cf. o verbete "Leigo", por Yves CONGAR, no Dicionário de Teologia, dir. por H. FRIES (tr. brasileira, Loyola, S. Paulo, 1970, 5 vols.)
- (2) Cf. Aurélio Buarque de Holanda FERREIRA, l.c., verbete "Leigo", acepção n.º 3.
- (3) Riolando AZZI, O Catolicismo Popular no Brasil. Vozes, Petrópolis, 1978; cf. p. 154-155; Idem, Formação Histórica do Catolicismo Popular Brasileiro, em VV.A.A., A Religião do Povo, Ed. Paulinas, 1978, p. 44-71 (cf. p. 50: "o catolicismo tradicional... foi sempre marcadamente leigo").
- (4) Sobre a "romanização" do catolicismo no Brasil, desde a segunda metade do século passado, e certa "destituição" dos leigos, cf. os estudos de Pedro A. RIBEIRO DE OLIVEIRA, especialmente Religião e dominação de classe: gênese, estrutura e função do catolicismo romanizado no Brasil. Vozes, Petrópolis, 1985, 337 p.
- (5) Encíclica Vehementer de 11.02.1906, citada por Yves CONGAR, Jalons pour une théologie du laïcat, Cerf. Paris, 1964, 3.ª ed., p. 328, nota 37.
- (6) Cân. 682. No antigo Código, o assunto "Leigos" ocupava a parte III do livro II (De personis). Iniciava com dois cânones apenas (o 682, citado, e o 683, que proibia aos leigos o uso do hábito dos clérigos), seguidos por duas seções sobre associações de fiéis (confrarias etc.).
- (7) Freguês parece vir, etimologicamente, de "filii ecclesiae". O termo "consumidor", escolhido de propósito, quer lembrar que, no contexto da atual sociedade capitalista e consumista, o perigo da redução do fiel a "freguês" é extremamente forte, e não apenas para a Igreja católica. Cf. o n.º 129 de "Vida Pastoral" (julho-agosto de 1986), sobre "seitas", especialmente p.12.
- (8) Sobre o novo Código, cf. o n.º 205 (1986/3) da revista "Concilium", particularmente o artigo de Eugênio CORECCO, pp. 269-279; do mesmo Autor, cf. também o estudo mais completo sobre Aspetti della ricezione del Vaticano II nel nuovo Codice di Diritto Canonico, em G. ALBERIGO — J. P. JOSSUA, Il Vaticano II e la Chiesa. Paideia ed., Brescia, 1985, pp. 333-397.
- (9) Sobre a eclesiologia da "Lumen Gentium", cf. A. ACERBI, Due ecclesiologie: ecclesiologia giuridica e ecclesiologia di comunione nella "Lumen Gentium". Bologna, Dehoniane 1975; e o n.º III/1 (aprile 1981) da revista "Cristianesimo nella Storia".
- (10) Cf. Bruno FORTE, La Chiesa, icona della Trinità. Queriniana, Brescia, 1985. — Puebla explicito as conseqüências de uma visão trinitária da Igreja, fundamentando nela um programa de vida eclesial como "comunhão e participação".
- (11) Concepção que se manifesta já no Cardeal Humberto da Silva Cândida (séc. XI): "Laici

- sua tantum, id est saecularia, clerici autem sua tantum, id est ecclesiastica negotia, disponant et provideant..." = Os leigos cuidem apenas dos seus afazeres, isto é, das coisas do mundo ("século"); os clérigos, apenas dos seus afazeres, isto é, das coisas da Igreja (citado por Yves CONGAR, Jalons..., 1964, 3.ª ed., p. 33, nota 34). Esta concepção parece ter sido reforçada na segunda metade do século XIX, como reação ao isolamento político da Igreja e à "secularização" dos Estados europeus.
- (12) Cf. os "Lineamenta" do próximo Sínodo: Vocação e missão dos leigos na Igreja e no mundo, n.º 9.
- (13) Cf. exortação "Evangelii Nuntiandi" (8.12.1975), n.º 20.
- (14) Cf. Giuseppe RUGGERI, Fede e storia, em ALBERIGO-JOSUA, Il Vaticano II e la Chiesa. Paideia, Brescia, 1985, pp. 127-158; e o artigo de G. ALBERIGO, Cristianesimo e Storia nel Vaticano II, na revista "Cristianesimo nella storia" 5 (1984), 577-592.
- (15) Também a antropologia da "Gaudium et Spes" é mais dinâmica do que a adotada em documentos eclesiológicos anteriores. A "Gaudium et Spes", porém, não faz propriamente uma reflexão teológica sobre a condição histórica do homem e, sim, uma teologia que toma como ponto de partida as questões "permanentes", metafísicas, da humanidade (cf. GS 10). Sobre essa questão, veja: Antonio ACERBI, La Chiesa nel tempo. Milano, Vita e Pensiero, 1979, 316 pp.
- (16) Sínodo dos Bispos de 1971, Justiça no Mundo; cf. também os n.º 29 e 30 de "Evangelii Nuntiandi" sobre os laços entre evangelização e libertação.
- (17) O recente Sínodo dos Bispos de 1985, no Relatório final, reconhece implicitamente — ou muito veladamente — que, no pós-Concílio, "onde a Igreja... levanta a sua voz contra as injustiças sociais, parece que ali ela é aceita de modo mais positivo" (I, 3). Vários observadores e alguns Padres sinodais reconhecem nisto a Igreja da América Latina.
- (18) Poder-se-ia dizer que o leigo é o fiel no sentido pleno, o cristão "sem adjetivos"?
- (19) Há diversas maneiras de entender deveres e direitos. De qualquer forma, na vida eclesial e no CDC não há motivo para separá-los. Falamos globalmente, em "atribuições" da pessoa, seguindo a terminologia de F. COCCOPALMERIO: I "Christifideles" in genere e i "Christifideles laici", in E. CAPPELLINI — F. COCCOPALMERIO: Temi pastorali del Nuovo Codice. Queriniana, 1984, pp. 15-54 (doravante citado COCCOPALMERIO).
- (20) Cf., por exemplo, a diferença entre o ponto de vista de COCCOPALMERIO (o.c., pp. 23-26) e o de Eugênio CORECCO, Aspetti della rizezione del Vaticano II nel Codice di Diritto Canonico, in ALBERIGO-JOSSUA, Il Vaticano II e la Chiesa. Paideia Ed., Brescia, 1985, pp. 333-398 (doravante citado CORECCO), especialmente pp. 363-367.
- (21) Vamos seguir especialmente o estudo, citado, de COCCOPALMERIO. Outra bibliografia consultada: G. GHIRLANDA, I laici nella Chiesa secondo il nuovo diritto canonico, "Aggiornamenti Sociali" 7-8/1983, 485-496; (Idem, em latim, em "Periodica de Re Morali Canonica Liturgica" 72 (1983), 53-70); D. Tarcísio A. AMARAL, Os leigos no novo Código de D. C., "Communio", Revista internacional católica de cultura, IV (1985), n.º 21, 181-195; Audálio NEVES, Os fiéis leigos no novo Código, "Direito e Pastoral" I (1986), n.º 1, 20-41; o estudo de E. CORECCO, citado na nota anterior; Les Laïcs dans le nouveau Code do D. C., Documents Episcopat (Conférence épiscopale française), 1984/1, 8 pp.
- (22) Cf. F. COCCOPALMERIO, p. 35.
- (23) Dom Tarcísio AMARAL e F. COCCOPALMERIO aludem a uma possível distinção entre as responsabilidades dos leigos "ad intra" e "ad extra" na Igreja. Esta terminologia não aparece no CDC e, pessoalmente, preferiria não insistir sobre esta distinção, mas, ao contrário, sobre a unidade da missão da Igreja no mundo (cf. cân. 204, § 1: "missão que Deus confiou para a Igreja cumprir no mundo").
- (24) Vários canonistas julgam que a função dos Conselhos não deveria ser meramente "consultiva"; cf. COCCOPALMERIO, p. 41, nota 37.
- (25) Cf. por exemplo Les laïcs dans le nouveau Code, Documents Episcopat, n.º 1/1984, p. 5.
- (26) Sobre "A mulher e o novo direito eclesiológico", cf. o artigo de Elizabeth McDONOUGH em Concilium n.º 205 (1986/3), todo consagrado ao novo Código. Importante o artigo de E. CORECCO, ibidem, pp. 13-23.
- (27) Um comentarista como CORECCO, porém, lamenta que as associações no novo CDC sejam reduzidas a um fato "privado" dentro da Igreja, aplicando categorias do direito civil e ignorando o estatuto propriamente eclesial (público, constitucional) de algumas comunidades de fiéis.
- (28) Cf. E. CORECCO, Aspetti... (estudo citado na nota 20, acima), p. 354. Acrescente-se que não se trata apenas da vontade do Concílio, mas da vontade de Cristo (c. 204) ou de direito divino (c. 207).
- (29) É o que reconhece o Relatório final do Sínodo dos Bispos de 1985, que recomenda "mais amplo e mais profundo conhecimento e aceitação do Concílio... Podem ser muito úteis, para a aplicação do Concílio, os Sínodos diocesanos e outras Assembléias eclesiais". É o que, de algum modo, estamos fazendo aqui (cf. Relatio finalis I, 6).
- (30) Cf. E. CORECCO, pág. 338-339.
- (31) É o que E. SCHILLEBEECKX tinha assinado num artigo perspicaz logo depois do Concílio, retomado agora por P. A. BONNET, De laïcorum notione adumbrata, "Periodica de re morali...", 74 (1985), 227-271.
- (32) É a tarefa que o Papa indicou ao Sínodo de 1987 e que recentemente, ao Encontro do Laicato da Oceania, em mensagem de 20/01/1986, assim definiu: "Importa traduzir o Concílio em termos que tornem Cristo e seu Evangelho presentes no contexto social e cultural de cada país e região... com particular atenção ao que a Constituição sobre a Igreja descreveu como caráter secular próprio e particular do laicato, a vocação específica que torna o fiel leigo testemunha no meio das atividades temporais... com especial atenção a outros pontos relevantes do Concílio, nomeadamente a chamada à santidade e a formação cristã" (L'Osservatore Romano, edição portuguesa, 9/03/1986, p. 2, citado por Audálio NEVES, "Direito e Pastoral", n.º 1, pp. 21-22).
- (33) Sigo aqui algumas sugestões do Pe. Henrique C. de Lima VAZ SJ, num texto não publicado sobre "Religião e Sociedade". Cf. também D. H. LÉGER, Sécularisation et modernité religieuse, "Esprit", outubro 1985 e J. L. SCHLEGEL, Revenir de la sécularisation? "Esprit", abril-mai 1986, 9-23.

(34) Cf. o meu pequeno artigo Mudanças na religião, "Vida Pastoral" n.º 129 (julho-agosto de 1986) pp. 8-15).

(35) Cf. LG 37. O Vaticano II insiste muito em

orientar o ministério presbiteral para o serviço da liberdade cristã e da maturidade do laicato (cf. PO 6, § 2; AG 21).

2. HIERARQUIA/LAICATO: UM BINÔMIO SUPERADO?

Antonio José de Almeida

A reflexão eclesiológica atual propõe a superação do binômio hierarquia/laicato pelo binômio comunidade/carismas e ministérios, relegando o termo "Leigo" ao depósito dos termos destituídos de conteúdo formal.

1. O termo "Leigo"

Como o demonstraram diversos estudos (1), o termo "Laikós" deriva etimologicamente do substantivo "laós", povo, estando o sufixo "—ikós" a conferir ao adjetivo um significado especializado, apto a designar uma categoria de pessoas oposta a uma outra no interior do povo. Ausente na literatura clássica, o adjetivo "laikós" aparece em papiros e inscrições antigas, e indica a massa dos habitantes, a população, enquanto distinta dos responsáveis pela administração. Não aparece na versão grega dos Setenta, mas, sim, nas versões de Aquila, Símaco e Teodociano (século II d.C.), nas quais é usado para indicar realidades não consagradas a Deus existentes no seio do povo. No Novo Testamento, o termo nunca aparece. Nos textos gregos cristãos, seu uso é raríssimo e, quando aparece, indica o povo enquanto distinto dos sacerdotes, responsáveis pelo culto. Em ambiente latino, muito cedo, ao lado do termo "Plebeius", introduziu-se o termo "Laicus", que, a partir de Tertuliano, significará o cristão não pertencente ao clero. Embora se possa dizer que "Laikós" seja o membro do povo "sine addito". (2)

Não parece correto ligar o termo "laikós" a "laós" no sentido de povo consagrado a Deus como se equivalesse a "consagrado". Primitivamente, o termo significa apenas uma especificação, uma categoria no âmbito do povo. Aliás, quando aplicado às coisas, nas traduções judaicas da Bíblia em grego, significava "ordinário", "profano", não especialmente consagrado a Deus. Daí porque, posteriormente, pode adquirir o sentido de não-consagrado e, até mesmo, de não-religioso. (3)

Originariamente, portanto, o termo "laikós" tem duas conotações: de um lado, indica pertença ao povo; de outro lado, pertença a uma categoria oposta a outra no interior deste povo.

2. A "novidade" cristã e eclesial no Novo Testamento

É significativo que o Novo Testamento não conheça o termo "laikós". A Nova Aliança, prometida por Javé e ardentemente esperada por Israel (Cf. Jr 31, 31 s.; Ez 37, 26 s.), da qual deveria nascer um povo novo (Cf. Is 10, 20; Sf 3, 13; Jl 3, 5), Santo (Cf. Is 62, 12) e universal (Cf. Is 2, 2; Jr 4, 2) pela efusão do Espírito (Cf. Ez 36, 27; Jl 3, 1; Zc 12, 20), consumou-se no sangue de Cristo (Cf. 1 Cor

11, 25). Aqueles que nele crêem, regenerados pela Palavra (Cf. 1 Pd 1, 23), pela água e pelo Espírito (Cf. Jo 3, 5-6), formam "a raça eleita, o sacerdócio real, a nação santa, o povo de sua particular propriedade, a fim de que proclameis as excelências daquele que vos chamou das trevas para a sua luz maravilhosa, vós que outrora não éreis povo, mas agora sois o povo de Deus, que não tínheis alcançado misericórdia, mas agora a alcançastes" (1 Pd, 2, 9-10; Cf. Ap 1, 6). Este povo é convocado pelo Pai por meio de Cristo na efusão do Espírito. Jesus recebe o Espírito (Cf. Mt 1, 20; Lc 1, 20; Lc 1, 35; Mc 1, 10; Lc 4, 1.18; At 10, 38; Jo 1, 33) e, uma vez glorificado pelo Pai (Cf. Rm 1, 4; 8, 11; Ef 1, 18-20), derrama o Espírito sobre toda a carne (Cf. Jo 7, 37-39; 14, 16; 19, 34; 20, 22; Lc 24, 49; At 2, 17; Rm 6, 5). O Espírito, derramado pelo Pai através de Cristo, transforma em "Cristãos" aqueles que o acolhem. Graças ao Espírito, eles pertencem a Cristo (Cf. Rm 8, 9; Jo 3, 5; At 19, 1-7), tornam-se filhos de Deus (Cf. Rm 8, 14; 1 Cor 3, 16; 6, 19). No Batismo, o Espírito os incorpora à Igreja, para formar o Corpo de Cristo (Cf. 1 Cor 12, 13). Assim como Jesus foi unido pelo Espírito para cumprir a sua missão, aquele que crê em Cristo recebe a unção do Espírito que o incorpora a Cristo e à Igreja, seu Corpo, consagrando-o em vista da missão no mundo (Cf. LG, 8). A idéia de fundo do Novo Testamento é, portanto, que "os cristãos na comunidade cristã formam o novo Povo de Deus, a Ele consagrado no Espírito Santo, que os incorpora a Cristo: Esta é a novidade cristã, percebida como condição comum dos batizados, própria apenas a eles e que caracteriza a sua relação dialética com o mundo". (4)

Por isso, mais do que marcar as diferenças internas ao Povo de Deus, os termos que designam os membros do Novo Povo insistem em acentuar esta nova condição comum a todos os regenerados: "santos", "eleitos", "discípulos", "irmãos". (5)

O Novo Povo de Deus, porém, como, aliás, já o povo de Deus no Antigo Testamento, não é uma massa amorfa e indiferenciada. O Novo Testamento testemunha de uma rica e variada articulação interna, obra do mesmo Espírito no âmbito do Corpo de Cristo, que é a Igreja. O Povo de Deus é, com efeito, dotado de uma variedade de carismas e ministérios, suscitados pelo mesmo e único Espírito: "Há diversidade de dons, mas o Espírito é o mesmo; diversidade de ministérios, mas o Senhor é o mesmo; diversos modos de ação, mas é o mesmo Deus que realiza tudo em todos. Cada um recebe o dom de manifestar o Espírito para a utilidade de todos" (1 Cor 12, 4-7). A unidade e unicidade do Espírito que suscita os carismas garante a sua harmoniosa articulação: os carismas auto-regulam-se, antes de tudo, no amor (Cf. 1 Cor 12, 31; Rm 5, 5). Há, além disso, uma direção apostólico-ministerial

também conduzida pelo Espírito (Cf. particularmente 1Cor 14); há uma ordem e, nesta ordem, os carismas destinados à edificação da comunidade ocupam o primeiro lugar: “Ora, vós sois o Corpo de Cristo e sois os seus membros, cada um por sua parte. E aqueles que Deus estabeleceu na Igreja são, em primeiro lugar, apóstolos; em segundo lugar, profetas; em terceiro lugar, doutores... Vêm, a seguir, os dons dos milagres, das curas, da assistência, do governo e do falar em diversas línguas” (1Cor 12, 27-28; Cf. Rm 12, 6-8; 1Cor 14, 1-6. 26-30; 12, 8-10; 13, 1-3. 8 s.; Ef 4, 11; 1Ts 5, 19-22). (6)

O Novo Testamento, portanto, apresenta-nos o novo Povo de Deus “como povo consagrado pela unção do Espírito Santo, que, incorporando cada crente ao Cristo com o Batismo e a Eucaristia, edifica o Corpo de Cristo, a Igreja. No âmbito deste povo todo consagrado, sacerdotal, o Espírito suscita uma variedade de carismas e ministérios: todo cristão é um carismático, isto é, recebe uma consagração em vista de uma própria e variada missão na Igreja e no mundo. Entre estes dons há uma profunda unidade, uma ordem no amor suscitada pelo único Espírito, na regulação apostólico-ministerial, no serviço da Igreja. Aquilo que é sublinhado em primeiro lugar não é tanto a distinção precisa entre estes carismas e ministérios, quanto a tensão entre o povo todo consagrado, ungido pelo Espírito, e o mundo”. (7)

3. Vaticano II: avanços, limites, tendências

Não é o caso de percorrer toda a evolução posterior ao Novo Testamento do conceito de leigo. (8)

A definição negativa, porém, que lhe dava o código de Direito Canônico de 1917, de alguma maneira, já estava fixada deste Tertuliano. (9)

Em reação a esta situação, sobretudo a partir da Segunda Guerra Mundial, numerosas tentativas foram feitas no sentido de definir teologicamente o leigo, ou pondo em relevo a condição batismal, ou a relação com a realidade secular, ou, ainda, unindo as duas perspectivas. (10)

São os anos áureos da “Teologia do Laicato”! O Concílio, para o qual convergiam todas estas tentativas, a uma “definição ontológica” do leigo preferiu dar uma “descrição tipológica”. (11)

“Pelo nome de leigos aqui são compreendidos todos os cristãos, exceto os membros de ordem sacra e do estado religioso aprovado na Igreja. Estes fiéis pelo batismo foram incorporados a Cristo, constituídos no Povo de Deus e a seu modo feitos partícipes do múnus sacerdotal, profético e régio de Cristo, pelo que exercem sua parte na missão de todo o povo cristão na Igreja e no mundo. A índole secular caracteriza especialmente (“propria et peculiaris”) os leigos. Pois os que receberam a ordem sacra, embora algumas vezes possam ocupar-se em assuntos seculares, exercendo até profissão secular, em razão de sua vocação particular destinam-se principalmente e ex-professo ao sagrado ministério. E os religiosos por seu estado dão brilhante e exímio testemunho de que não é possível transfigurar o mundo e oferecê-lo a Deus sem o espírito das bem-aventuranças” (Lumen Gentium, 31).

A descrição tipológica do leigo feita pelo Concílio não oferece problema ao afirmar o que é

comum a todos os membros do Povo de Deus; aliás, aí reside o seu valor permanente e inalienável. Tem sido, porém, sujeita a questionamentos nos elementos discriminantes do leigo, ou seja, enquanto incorpora a “definição negativa” (“praeter membra ordinis sacrae et status religiosi in Ecclesia sanciti”) e a “índole secular” (“laicis indoles saecularis propria et peculiaris est”). Vejamos.

A) A relação com Cristo na Igreja

A relação primigênia, constitutiva do ser e do agir do leigo, é a relação com Cristo e, em Cristo, com a Igreja. Mediante a fé e o batismo, ele é incorporado a Cristo, ungido pelo Espírito Santo e, por isso, constituído membro do Povo de Deus. O Leigo é, antes de tudo, o “Homo Christianus”. Em força do batismo (e da ulterior economia sacramental, principalmente, da crisma e da eucaristia), se é ungido por Cristo (“Per”), com Cristo e em Cristo, pelo Espírito Santo (“A”) e, no espírito, se é configurado a Cristo. Aqui — na comum participação às riquezas do Espírito — está a novidade radical do ser cristão e, ao mesmo tempo, a fonte última de todo dom e serviço particular. Desta consagração brota a missão, que é comum a todos os membros da Igreja. Assim como o Cristo recebe o Espírito e dá o Espírito, também o cristão, incorporado a Cristo mediante a economia sacramental, é ungido pelo Espírito Santo e o comunica por sua participação à função profética, sacerdotal e real de Cristo. Esta condição é comum a todos os batizados. É a ontologia da graça, a antropologia cristã, a eclesiologia total. A unidade que procede do Pai, pelo Filho, no Espírito, precede a distinção!

B) A “definição negativa”

A distinção do leigo em relação aos clérigos e religiosos tinha determinado o trinômio “clérigos-religiosos-leigos”, superado pelo Vaticano II, na medida em que o Concílio acolheu a distinção entre estrutura “da” Igreja (Hierarquia-laicato) e estrutura “na” Igreja (Vida Religiosa). (12)

Em função desta distinção, o Concílio coloca o capítulo sobre a santidade imediatamente antes do capítulo sobre os religiosos (Cap. VI) e logo depois dos capítulos sobre a hierarquia (Cap. III) e os leigos (Cap. IV), o que acarreta dois efeitos: em primeiro lugar, a vocação à santidade aparece como comum a todos, e, em segundo lugar, o estado religioso aparece como uma forma de vida particularmente apta ao seguimento da própria santidade, mas aberto a leigos e clérigos. Com esta operação, em que a estrutura dos capítulos da “Lumen Gentium” exprime uma opção e um conteúdo teológico específico, o trinômio “clérigos-religiosos-leigos” é substituído por dois binômios: “Hierarquia-laicato”; “religiosos — não-religiosos”.

O binômio hierarquia-laicato encontra sua formulação mais contundente no número 10 da “Lumen Gentium”: “O sacerdócio comum dos fiéis e o sacerdócio ministerial ou hierárquico ordenam-se um ao outro, embora se diferenciem na essência e não apenas em grau. Pois ambos participam, cada qual a seu modo, do único sacerdócio de Cristo”. A diferença entre sacerdotes e leigos não reside no fato que os leigos não participem do

tríplice múnus de Cristo, pois, de fato, participam (Cf. LG, 10; 31; 33-36); mas no diverso modo de participação. Enquanto o ministro ordenado participa do tríplice múnus "in persona Christi capitis" (Cf. PO, 2), ou seja, como ministro da unidade do corpo eclesial, o leigo participa do tríplice múnus apenas como membro do corpo eclesial, Povo de Deus, Corpo de Cristo, Templo do Espírito. O que o Concílio afirma, tendo em vista o contexto lingüístico e teológico em que a fórmula surgiu, sua inserção no número 10 da "Lumen Gentium" e a evolução semântica dos termos empregados, é que não há superioridade de um sacerdócio sobre o outro (diferença de grau), mas diversa forma de participação ao tríplice múnus de Cristo (diferença de essência), de modo que a comum realidade do sacerdócio de Cristo, diversamente participada, funda a ordenação mútua entre leigos e ministros ordenados, e as relações funcionais entre eles. (13) A unidade, então, precede e sustenta a distinção: "A relação a Cristo está no fundamento do ser cristão, na diversa forma de participação à tríplice função por parte do leigo e do ministro ordenado". (14)

Neste sentido, o binômio hierarquia-laicato parece insuficiente: distingue demais, porque deixa na sombra a ontologia da graça comum a todos, e distingue pouco, porque, não levando em conta toda a riqueza carismático-ministerial da Igreja, reduz a ministerialidade da Igreja ao Ministério ordenado, pensando as outras formas ministeriais apenas negativamente (Leigos = não-clérigos). Em contrapartida, o binômio "comunidade — carismas e ministérios", que se propõe como alternativa, parece mais adequado: "A comunidade batismal aparece como a realidade englobante, ao interno da qual os ministérios se situam como serviços em vista daquilo que a Igreja toda deve ser e fazer", resultando desta maneira, mais claro como "a relação entre os ministérios, ordenados ou não, não seja uma relação de superioridade de uns sobre os outros, mas de complementariedade na diversidade, de recíproco serviço na irreduzível diferença". (15)

De forma semelhante, também o uso do binômio "religiosos" (clérigos ou leigos) — "não-religiosos" (clérigos ou leigos) do Vaticano II demanda superação. A distinção entre religiosos e não-religiosos não se baseia numa diferente relação ontológica a Cristo, mas numa diversa forma de vida visando à obtenção do fim comum da santidade. Os religiosos empenham-se a viver os conselhos evangélicos num estado reconhecido pela Igreja, tornando-se, assim, de modo especial, sinal antecipativo do futuro absoluto. A regeneração batismal em Cristo, pela efusão do Espírito, é sua condição e fundamento radical. Portanto, também neste caso, a unidade funda e precede a distinção e a diversidade suscitada sempre pela liberdade criativa do Espírito. Neste sentido, também o binômio religiosos — não-religiosos mostra-se inadequado, por distinguir demais a vida religiosa, fundada sobre o batismo, de outras formas de vida cristã, igualmente fundadas sobre o batismo. Daí dever preferir-se ao binômio religiosos — não-religiosos o binômio comunidade — carismas e ministérios, "que sublinha a comum condição cristã e a livre iniciativa do Espírito nela. O estado religioso ressaltava em toda a sua riqueza carismática: toda vida

consagrada aparece como um prodígio nascido da maravilhosa criatividade do Espírito, uma graça feita para a utilidade comum. Desta maneira, também a dimensão eclesial do estado religioso é melhor iluminada". (16)

À base deste aparente jogo matemático de palavras está uma profunda mudança da eclesiologia e da eclesiopraxis: a "percepção e afirmação da ontologia cristã dos fiéis e da comunidade, em dependência da ação de Deus, do Senhor Jesus e do Espírito Santo". (17)

Uma concepção eclesiológica verticalista-piramidal é superada por uma concepção eclesiológica comunitária, eucarística e pneumatológica. O esquema linear Cristo — sacerdócio (= hierarquia) — fiéis (= leigos) é superado por um esquema triangular ou circular: Espírito Santo (Cristo-Senhor) — Povo de Deus — Ministérios ou Cristo (o seu Espírito Santo) — Comunidade — Ministérios.

Nesta visão, supera-se a noção de leigo e de laicato. A questão definitiva não é contrapor o leigo ao clérigo ou ao religioso, mas de distinguir, na comunidade, os carismas e os ministérios, necessariamente diversificados, ordenados ou não, evidenciando sempre a dimensão eclesial de toda forma carismática e/ou ministerial que a condição cristã possa assumir na Igreja em sua comum e diversificada responsabilidade diante do mundo e da história, dentro do universal desígnio de salvação do Pai.

C) A "indole secular"

A outra tentativa de definir positivamente o leigo foi feita exatamente a partir de sua relação com o mundo, com o "Saeculum", com a secularidade (Cf. LG, 31, § 2). Mas também aqui as coisas não são simples. Se é verdade que o leigo vive no mundo, nas mais variadas formas de engajamento, sobressaindo entre elas a vida familiar, o exercício profissional e a atividade política, não é menos verdade que a Igreja toda, indistintamente, é "parte da humanidade" e não pode historicamente não viver no mundo, não sendo, teologicamente, nenhuma atividade propriamente humana preclusa, em princípio, a qualquer membro da Igreja. Nem se deve esquecer que, embora o termo "laicos" pudesse ser usado como sinônimo de "profano", foi somente a partir da época constantiniana tardia que a divisão de âmbitos, pelo critério de sagrado e profano, entre clérigos e leigos (as realidades "espirituais" aos monges e clérigos; os compromissos "profanos" aos leigos) firmou-se com todas as paradoxais contradições que esta divisão demonstrou na história posterior. No Novo Testamento, e nos primeiros séculos do cristianismo, a perspectiva era outra. A totalidade do Povo de Deus vive uma relação dialética com o mundo, de proposta e alternativa; a distinção não é tanto "Ad intra" entre "Espirituais" e cristãos dedicados às coisas temporais, quanto "Ad extra", entre novidade cristã, comum a todos os batizados, e a sociedade a evangelizar. A redescoberta da novidade cristã, no contexto da primazia da eclesiologia total, traz consigo a exigência de superar também a conexão específica "Leigos — Secularidade" por um modelo de relações muito mais complexo: "Em toda existência cristã imbricam-se

secularidade e sacralidade; toda vocação cristã é mesclada de Igreja e de mundo. A figura hipotética de um "leigo puro", maximamente fiel a uma vocação de secularidade, é impossível, e não pode ser ponto de referência senão de preocupações reivindicatórias desclericalizantes (historicamente muitas vezes mais do que legítimas). Como, vice-versa, é impossível uma figura de dedicação ao Reino que emargine totalmente a secularidade numa "Fuga Mundi" radicalizada além dos limites da fantasia. Se é verdade que existem diversidades e divisões de competências e responsabilidades também no sentido de um diverso engajamento com a secularidade e com a sacralidade, é pernicioso conceber tudo isto como uma repartição substancialmente adequada, que apenas as contingências da vida se encarregariam de tornar aproximativa. Toda vocação cristã, dizíamos, é imbricada de Igreja e mundo: e seria perigoso (e nem sempre foi evitado) atribuir ao clero em "feudo" a Igreja, ao laicato "em feudo" o mundo..." (18)

Na medida em que todos os batizados recebem o Espírito para dá-lo ao mundo, todos são chamados a empenhar-se na ordem temporal para anunciar o Evangelho e fermentar a história, cada um a partir do seu carisma e do seu ministério tal como se dá em precisas circunstâncias históricas e eclesiais. (19)

O primado da antropologia cristã funda não só a unidade fundamental de todos na Igreja, mas, e conseqüentemente, também a comum responsabilidade na única missão em relação ao mundo e, portanto, também a tarefa de animar evangelicamente o secular. Não é possível restringir aos leigos a relação com a secularidade: "A relação com as realidades temporais é a própria a todos os batizados, ainda que em uma variedade de formas ligadas mais a carismas pessoais que a extáticas contraposições entre laicato, hierarquia e estado religioso. Ignorar que todas as condições de vida também no interior da Igreja têm uma dimensão mundana, político-social, significa de fato assumir uma atitude grávida de ressonâncias mundanas, político-sociais, como o demonstra a história: ninguém é neutro diante das relações históricas em que está colocado, e a pretensa neutralidade pode facilmente tornar-se mascaramento, voluntário ou involuntário, de ideologias e de interesses. Deve-se então chegar — na linha das premissas colocadas pelo Vaticano II — a uma diversa assunção da laicidade em eclesiologia, em força da qual ela, sem ser rejeitada como é na atitude integrista, não seja também ligada a um único componente da realidade eclesial: é toda a comunidade que deve confrontar-se com o "Saeculum", deixando-se marcar por ele no seu ser e no seu agir. Todo o povo de Deus deve ser caracterizado por uma relação positiva com a laicidade!". (20)

Seja no sentido de laicidade "na" Igreja, seja no sentido de laicidade "da" Igreja e "do" mundo.

4. Carismas e Ministérios

A adoção do binômio comunidade — carismas e ministérios exige aprofundamento. Com efeito, o tema dos carismas tem sido, em diferentes momentos da história da Igreja, contraposto ao tema do ministério, entendido redutivamente como hierarquia. O emprego do termo "Ministério" no plural é

recente, bem como sua extensão a funções não ligadas ao sacramento da ordem. A adoção do binômio comunidade — carismas e ministérios supõe que seja possível não só superar a antítese crisma-ministério (por uma adequada impositação do problema trinitário e cristológico da relação entre Cristo e o Espírito), equilibrando harmonicamente os dois termos, mas que seja necessário descobrir sua unidade fundamental.

Neste contexto, a palavra carisma permanece um termo genérico para indicar qualquer dom do Espírito de Cristo para a edificação da Igreja e a realização de sua missão. Alguns destes dons são transitórios, fugazes, extraordinários (em sentido teológico e sociológico); chamam a atenção da Igreja ao Doador, ao Cristo que, elevado ao céu e sentado à direita do Pai, distribui os tesouros de sua vitória (Cf. Ef. 4, 7-10), de modo que a Igreja se lembre sempre que ela é criatura do Espírito, sempre necessitada de purificação, de ativação do Alto. Outros dons, ao invés, evidenciam exigências ordinárias e comuns, respondem a necessidades funcionais e estáveis da comunidade e da Igreja inteira: parecer emergir mesmo de baixo, de necessidades muito concretas e históricas. Enquanto os primeiros parecem dons muito pessoais e quase irrepetíveis, desejáveis, mas não controláveis, os segundos parecem poder quase separar-se de seus portadores, pois representam exigências permanentes da comunidade e, sob este aspecto, independentemente de que haja ou não pessoas que as assumam como vocação própria e como papel a exercitar; de alguma maneira, a Igreja pode gestilos, determinando as qualidades concretas exigidas para sua apropriação e exercício, estabelecendo as modalidades de sua atuação, individuando os seus portadores, formando seus titulares. Os ministérios vão aparecer, então, como papéis e funções que são objeto de busca, de descoberta e de cuidados por parte do homem, por parte da Igreja feita de homens. Se é verdade, então, que há carismas que apontam para o "alto" e carismas que apontam para "baixo", não é menos verdade que todo carisma tem uma dimensão vertical (dom) e uma dimensão horizontal (serviço) e que ministério é, fundamentalmente, o carisma que assume a forma de serviço à comunidade e que por esta é como tal acolhido. (21)

Aquilo que realmente importa, para Paulo e para a Igreja de todos os tempos, "é que também os serviços inscritos nas necessidades permanentes da Igreja sejam compreendidos e tratados como dons do Senhor, como algo que, de uma maneira ou de outra, deve ser sempre invocado, algo que requer constante atualização, porque Deus (e seus dons) é sempre antigo e sempre novo; cada época exige que se pense sempre de novo o problema dos ministérios". (22)

Sinteticamente, pode-se dizer que "carisma" seja uma vocação do Espírito, uma graça particular dada a cada um em vista da utilidade comum e que "ministério" seja um carisma em estado de serviço acolhido pela comunidade, particularmente por quem na comunidade exerce o ministério da unidade. Isto é, quando "as atividades suscitadas pelo Espírito com a efusão dos carismas assumem o caráter de um serviço preciso, de importância vital, que comporte uma verdadeira responsabilidade, seja reconhecido pela Igreja e tenha uma

certa duração, tomam o nome de ministérios". (23).

O uso teológico está, portanto, consagrando um sentido "estrito" do termo ministério, que se coloca entre um sentido "totalizante" (Ministério = missão global da Igreja) e um sentido "amplo" (ministério = todo serviço prestado à comunidade). Dentro deste sentido estrito (ministério = carisma em estado de serviço acolhido pela comunidade), estão se distinguindo na organização atual dos ministérios na Igreja, os seguintes grupos: Ministérios "*de fato*", quando o carisma está ligado a um serviço significativo para a comunidade, mas não é estável, podendo vir a desaparecer ao variarem as exigências ou a situação; ministérios "*instituídos*", quando o carisma, embora não ligado a uma consagração sacramental, é orientado a um serviço preciso, estavelmente e vitalmente exigido pela comunidade, com verdadeira responsabilidade, e é reconhecido pela Igreja através de um ato de instituição; ministérios "*ordenados*", ministérios da edificação da comunidade como comunidade, ou então, ministérios da unidade da Igreja na verdade, na caridade e na missão, ou ainda, ministérios da síntese (dos carismas e ministérios), assim chamados por serem conferidos pelo sacramento da ordenação em seus atuais três graus: diaconato, presbiterado e episcopado.

Os "*serviços*" cristãos não devem chamar-se ministérios, porque "não se necessita de designação ou de reconhecimento algum para se testemunhar a fé no mundo, para estar a serviço dos outros na Igreja, ou para um grande número de tarefas que contribuem ao anúncio do Evangelho e à construção do Corpo de Cristo". (24)

Para que um serviço seja ministério, requer-se, com efeito, um reconhecimento eclesial explícito: "deverá falar-se de ministério e não simplesmente de serviço cristão para todas as funções importantes exercidas em nome da "Ecclesia" e que respondam a uma necessidade permanente. A diferença entre serviço cristão e ministério... deve-se ao fato que o ministério implica sempre uma maior ou menor representatividade da Igreja e um compromisso das autoridades eclesiais correspondentes em relação à pessoa que o exerce". (25)

Os ministérios "*instituídos*" caracterizam-se pelo rito litúrgico de seu conferimento, que se chama exatamente "*instituição*". (26)

Através de "Ministeria Quaedam", Paulo VI instituiu para toda a Igreja, os ministérios de Leitor e Acólito, que são conferidos por meio de um rito litúrgico chamado "*instituição*". Quer-nos parecer, que no horizonte de uma teologia da Igreja local, não deveria haver objeção teológica a que, analogamente, o bispo, para a Igreja local, criasse outros ministérios, a serem conferidos por um rito litúrgico também chamado de "*instituição*". Teríamos, assim, ministérios instituídos de vigência universal e ministérios instituídos de vigência diocesana. Estes ministérios não precisariam, para serem teologicamente legítimos, do aval da Igreja universal. Este expediente talvez possa ser inclusive um passo prévio a que "as Conferências Episcopais solicitem outros ministérios à Sé Apostólica, quando julgarem necessário ou muito útil sua instituição na própria região". (27)

Na verdade, multiplicaram-se, nos últimos anos, e não só na América Latina, os ministérios

"de fato" ou simplesmente "reconhecidos" e os ministérios "confiados" por alguma forma canônica. Não há propriamente diferença jurídica entre ministérios reconhecidos e ministérios confiados: o primeiro termo indica que a iniciativa está mais na pessoa ou em seu contexto imediato (Comunidades Eclesiais de Base, por exemplo); o segundo, que a iniciativa primeira procede mais dos pastores. De qualquer forma, trata-se de "um reconhecimento oficial ou de uma designação que autoriza a pessoa a exercer um ministério a serviço e em nome da Igreja de modo relativamente estável num marco determinado". (28)

Os ministérios reconhecidos ou confiados têm, sem dúvida, a vantagem da flexibilidade, seja quanto à forma canônica, seja quanto à forma jurídica, à duração e ao objetivo. (29)

O rito litúrgico não é, com efeito, "o único modo de aprovação e de investidura dos ministérios. Ao lado do rito, e equivalente na substância, pode haver o reconhecimento canônico, ou o tácito e efetivo consentimento da autoridade eclesial. Neste último caso, têm-se os chamados ministérios de fato, isto é, aqueles ministérios que, sem títulos oficiais, cumprem, na prática temporal, consistentes e constantes serviços públicos à Igreja". (30)

Ministérios "*instituídos*", ministérios "*confiados*" e ministérios "*reconhecidos*" (ou "*de fato*") podem, genericamente, receber o nome de ministérios "*não-ordenados*", pois, dogmaticamente falando, a única distinção realmente decisiva, na estrutura ministerial da Igreja, é a que existe entre ministérios "*ordenados*" e ministérios "*não-ordenados*". (31)

O termo ministérios "*não-ordenados*" deveria ser preferido ao termo "ministérios laicais", por todas as razões gerais apresentadas anteriormente, quando se discutiu o binômio hierarquia-laicato. No máximo, poder-se-ia pensar de reservar o termo "ministérios laicais" aos serviços de animação cristã da ordem temporal (32); neste caso, porém, o adjetivo "laical" qualifica mais o objeto do ministério que o seu sujeito.

A denominação de ministérios não-ordenados não deveria, porém, induzir-nos a definir estes ministérios em relação aos ministérios ordenados. Como todo ministério, estes também devem ser definidos em relação a Cristo, ao Espírito e à Igreja, dentro da qual e a serviço da qual todos os ministérios estão. O fato de os ministérios não-ordenados não formarem um conjunto substancialmente homogêneo como o ministério ordenado, mas uma gama extremamente variada de funções dificilmente catalogáveis e classificáveis e, portanto, dificilmente definíveis como conjunto, deve ser levado em conta, se não quisermos ceder à tentação de definir estes ministérios como simplesmente "não"-ordenados. Tentar definir esses ministérios como um todo é incorrer, ainda que numa situação eclesial bastante diversa, na mesma falácia da teologia do laicato ao querer definir o leigo. Além da descrição fenomenológica, a outra alternativa seria realmente definir cada ministério em relação a Cristo, ao Espírito e à Igreja.

Sobre esta questão dos ministérios não-ordenados, deveria ainda ficar claro que eles não procedem do sacramento da ordem, nem se confundem com o sacerdócio comum dos fiéis, mas fundam-se nos sacramentos de iniciação e nos ca-

rismas: "Quando no seio da responsabilidade comum dos cristãos, considera-se a responsabilidade pessoal de cada um, esta se caracteriza pelos dons particulares que o cristão recebe do Espírito para participar ativamente na vida e na missão da Igreja". (33)

Sendo que também os ministérios ordenados fundamentam-se num carisma, ainda que conferido através de um sacramento específico, dever-se-ia sublinhar, sem negar as diferenças, na teoria e na prática, mais as semelhanças entre a ordenação e as outras formas de estabelecimento de ministérios. Desta forma, apareceria mais claro que, em definitivo, são Cristo e o Espírito que fazem surgir dentro da Igreja e a serviço de sua missão os diferentes serviços e ministérios: os carismas que geram serviços pessoais, as formas mais estruturadas de ministério e os ministérios constituídos por ordenação. A vida e a missão da Igreja dependem de todos os ministérios e ressentem-se quando multiplicidade e complementariedade não são respeitadas ou promovidas. "A plenitude do ministério não reside em nenhum ministério particular e não há ninguém na Igreja que não tenha algum tipo de ministério do qual a Igreja possa beneficiar-se". (34)

Os vários ministérios, por fim, ordenados ou não, situam-se cada um a seu título e a seu modo, em relação à martyria, à koinonia e à diakonia de Cristo e da Igreja, que exprimem e realizam. De fato, cada ministério, por sua inserção em Cristo e na Igreja, embora se situe imediatamente — e, como ministério, sempre funcionalmente mais no âmbito da palavra, da liturgia e do serviço, realiza sempre a tríplice função da martyria, da koinonia e da diakonia, numa espécie de pericorese.

Eclesio-práxis e eclesio-logia são chamadas a um intenso trabalho criativo e, ao mesmo tempo, profundamente fiel às igrejas do Novo Testamento, na gênese de uma Igreja toda ministerial a serviço do Reino no mundo. Por paradoxal que possa parecer, a valorização do leigo na Igreja exige a supressão do leigo na Igreja. A promoção do laicato desemboca no fim do laicato. A teologia do laicato é mais uma reação que uma proposta. Se, no terceiro século, serviu para que alguns cristãos se sentissem ainda membros do Povo de Deus, apesar do lugar que o clero começava a ocupar na vida comunitária, e, no século XX, fundamentou o engajamento de uma elite de leigos na cruzada contra a descristianização da sociedade, aparecendo e reaparecendo, portanto, em períodos de profundas transformações, a teologia do laicato facilita a passagem da Igreja de uma eclesio-logia a outra. No nosso caso, de uma eclesio-logia societária a uma eclesio-logia comunitária. "Teologia de construção e de obras públicas, a teologia do laicato é certamente uma teologia de saúde pública quando o ritmo do mundo impõe aos cristãos continuar a marcha não obstante o mísero estado das antigas estradas. Mas é lá que espera uma via eclesiológica nova". (35)

Doctrine et Histoire, Paris, 1976, Vol. IX, Col. 105.

3. Cf. I. de La Potterie, *op. cit.*, p. 853.
4. B. Forte, "Laicato", em: *Dizionario Teologico Interdisciplinare, vol. II, Casale Monferrato, 1977, p. 335.*
5. Cf. J. Ratzinger, *Fraternità Cristiana, Roma, 1962.*
6. Cf. H. Schürmann, "Os Carismas Espirituais", em: G. Baraúna, *A Igreja do Vaticano II, Petrópolis, 1965, pp. 596-622.*
7. B. Forte, *op. cit.*, p. 335.
8. Cf. Y. Congar, *op. cit.*; A. Faivre, *Les Laïcs aux origines de l'Eglise, Paris, 1984.*
9. Cf. I. de La Potterie, *op. cit.*, pp. 850-851.
10. Cf. R. Goldie, "Laici, Laicato e Laicità: Bilancio di Trent'anni di Bibliografia", em: *Rassegna di Teologia, 22 (1981), pp. 295-305; 386-394; 445-460.*
11. Cf. *Acta Synodalia, III/III, p. 62.*
12. Cf. *Acta Synodalia, II/III, pp. 382-384.*
13. Cf. L. Sartori, "Sacerdozio Ministeriale e Sacerdozio Comune: una formula ambigua?" em: *Rassegna di Teologia, 21 (1980), pp. 409-412; T. Citrini, "L'essenza e il grado: destino di una formula nel variare dei sistemi linguistici", em: Rassegna di Teologia, 22 (1981), pp. 471-473.*
14. B. Forte, *op. cit.*, p. 340.
15. *Idem*, "Il ministero ordinato fra ministero di Cristo e ministero della Chiesa", em: G. Farnedi, Ph. Rouillard (ed.), *Il ministero ordinato nel dialogo ecumenico. Atti del VII Convegno di Teologia Sacramentaria, Roma, 1985, p. 27.*
16. *Idem*, "Laicato", *op. cit.*, p. 341.
17. Y. Congar, *Ministeri e comunione ecclesiale, Bologna, 1973, p. 35.*
18. T. Citrini, "Teologia dei ministeri e tensioni Costituzionali dell'ecclesiologia", em: *La Scuola Cattolica, 104 (1976), p. 501.*
19. Cf. S. Dianich, *Chiesa in missione. Per una ecclesologia dinamica, Alba, 1985, p. 265 s.*
20. B. Forte, *Chiesa icona della Trinità. Breve ecclesologia, Brescia, 1984, p. 39.*
21. Cf. L. Sartori, "Carismi e ministeri", em: *Dizionario Teologico Interdisciplinare, op. cit., Vol. I, pp. 594-515; B. Forte, "Il ministero ordinato fra ministero di Cristo e ministero della Chiesa", op. cit., p. 27.*
22. L. Sartori, *op. cit.*, p. 511.
23. B. Forte, "Laicato", *op. cit.*, 344; Cf. *Conférence Episcopale Française, Tous responsables dans l'Eglise? Le ministère presbytéral dans l'Eglise tout entière ministérielle. Lourdes 1973, Paris, 1973, p. 55; 58-60; Puebla, 805; CNBB, Vida e Ministério do Presbítero. Pastoral Vocacional, São Paulo, 1981, p. 49.*
24. H.-M. Legrand "Ministerios en la Iglesia local", *Madrid, 1985, Vol. III, p. 218; Cf. S. Dianich, op. cit., p. 247.*
25. H.-M. Legrand, *op. cit.*, p. 218.
26. Cf. *Conferenza Episcopale Italiana, Evangelizzazione e Ministeri, Milano, 1977, p. 11.*
27. Paulo VI, *Carta Apostólica "Ministeria Quaedam", em: AAS, 64 (1972), p. 531.*
28. H.-M. Legrand, *op. cit.*, p. 219.
29. Cf. *Ibidem*, p. 220.
30. *Conferenza Episcopale Italiana, op. cit.*, p. 30.
31. Cf. T. Citrini, *op. cit.*, p. 488.
32. Cf. *Conferenza Episcopale Italiana, op. cit., pp. 33-34.*
33. H.-M. Legrand, *op. cit.*, p. 218.
34. J. Komonchak, "Ministri Ordinati e non ordinati nella Chiesa Locale", em: *Concilium, 16 (1980), p. 74.*
35. A. Faivre, *op. cit.*, p. 249.

1. Cf. por exemplo I. de La Potterie, "L'origine et le sens primitif du mot Laïc", em: *NRT, 80 (1959), pp. 840-853.*

2. Cf. Y. Congar, "Laïc" et "Laïcat", em: *Dictionnaire de Spiritualité, Ascétique et Mystique:*

3. Relatório de algumas Assembléias Regionais com leigos ou de leigos

1. NORTE I

“A Missão do leigo”

Bispos, padres, religiosos e leigos, representando as Dioceses e Prelazias do Regional Norte I (AC, AM, RO, RR), reunimo-nos em Assembléia, em Manaus, de 14 a 18 de setembro de 1986. Contamos com a presença e assessoria de organismos especializados (CRB, CIMI, CPT, e outros). Tema principal de nossa Assembléia foi “A MISSÃO DO LEIGO”. Dom Moacyr Grechi, Bispo do Rio Branco (AC), presidiu os trabalhos. Dom Clóvis Frainer, Arcebispo de Manaus, foi o anfitrião que nos acolheu fraternalmente e tudo fez para oferecer à Assembléia as melhores condições.

I - Problemas e Desafios

1. Os trabalhos se iniciaram por um levantamento dos problemas relativos à atuação dos leigos especialmente daqueles que procuram atuar como cristãos engajados na vida social e política. Cada Diocese ou Prelazia trouxe os resultados da aplicação de um questionário enviado anteriormente. Os problemas levantados pelos grupos e plenários foram principalmente os seguintes:

2. Os leigos que participam das comunidades eclesiais têm uma forte base de espiritualidade na sua própria experiência de fé, na formação religiosa recebida pela família e na religiosidade popular.

Esta espiritualidade se alimenta pela Palavra de Deus na vivência dos Sacramentos e da Eucaristia, no esforço constante de viver a vida à luz da fé, no engajamento apostólico, no testemunho dos irmãos, especialmente dos que entregam totalmente sua vida pela comunidade e pela missão.

3. De outro lado, foi constante que o engajamento político, marcado por compromissos muito exigentes e por ideologias que tudo reduzem à própria atuação política, pode levar muitos leigos a se afastarem da comunidade eclesial e perderem o contato com as bases da sua espiritualidade e a esquecerem a inspiração cristã.

4. É preciso, portanto, desenvolver diversas formas de ligação entre a comunidade eclesial e os leigos que participam mais ativamente da vida social e política. Essa ligação deve ajudar o leigo a ter uma prática política comprometida com o Evangelho. A comunidade deve oferecer aos leigos oportunidades de formação crítica para compreender a realidade sócio-política e as ideologias, para assimilar a doutrina social da Igreja e para refletir permanentemente a partir da própria ação. Em geral, a comunidade deve incentivar e acompanhar o leigo engajado.

5. Outros problemas que se põem e que exigem uma reflexão aprofundada são:

— as relações entre hierarquia e laicato na

Igreja: Qual é exatamente o papel do leigo? Pode participar das decisões relativas à vida da Igreja? Quando? Como? Quais ministérios os leigos podem assumir? Qual é o papel específico dos bispos e dos padres? Que tipo de padre e de bispo os leigos esperam? Os leigos devem participar na escolha dos bispos e dos padres? Como evitar que o excesso de rotatividade de padres e religiosos provoque descontinuidade no trabalho pastoral das comunidades?

— *a participação da mulher na Igreja:* Como deve atuar? O que facilita a sua atuação? O que dificulta ou impede?

— *problemas particulares da organização dos leigos na Igreja:* Como formar os leigos? Como sustentar os que se dedicam integralmente à pastoral? Qual a confiança e o crédito que são dados aos leigos? Qual a estratégia da ação dos leigos?

— *problemas específicos da militância dos leigos na política:* Como discernir exigências evangélicas e ideologias? Como formar politicamente? Como agir politicamente fora dos partidos?

— *problemas pastorais mais amplos:* Pastoral urbana, migrações, defesa dos direitos dos povos indígenas e apoio ao CIMI.

II - Orientações Teológicas

Para orientar a busca de critérios e respostas aos nossos questionamentos, lembramos alguns dados da teologia e do magistério da Igreja.

1. A situação atual dos leigos na Igreja não pode ser compreendida se não forem consideradas suas raízes históricas. No Novo Testamento, o cristão comum (ainda não se usa o termo “leigo”) participa ativamente da missão da Igreja e contribui para a edificação da comunidade e o anúncio do Evangelho “cada um segundo o dom que lhe foi confiado” (cf. Rm 126s; 1Cor 12, 7s; 1Pd 4, 10). No início do século XX, após longas vicissitudes, o leigo católico aparece no Código de Direito Canônico (1917) como tendo um papel meramente passivo, quase como objeto do ministério dos pastores.

2. As tentativas teóricas e práticas para redescobrir e valorizar o papel do leigo se tornaram mais intensas a partir de 1930. Mas elas tinham como base ainda o esquema de uma separação radical entre clero e laicato, que na sua fórmula extremada chegava a pensar:

a Igreja ao clero		o mundo aos leigos
----------------------	--	-----------------------

3. Este esquema, ao menos na sua forma radical, tem conseqüências graves: divide os cristãos em duas categorias separadas e desiguais; os leigos são considerados inferiores; o clero se isola do mundo. A reação dos anos 1930 - 1960 caminhou no sentido de valorizar a missão do leigo no mundo,

reconhecendo inclusive sua autonomia, mas não criticou a separação clero x laicato.

4. O Concílio Vaticano II, embora aprovando e assumindo o melhor das posições anteriores, pôs na base de uma nova visão da Igreja que elimina a separação. Nela se ressalta em primeiro lugar o que *todos* os cristãos têm em comum: a condição de fiel ou batizado. Fala-se de igualdade fundamental e fraternidade. O Povo de Deus está em primeiro lugar e todo ele participa da missão de Cristo e do seu ministério: sacerdotal, profético e régio (ou pastoral). Reconhece-se que a Igreja não está realizada plenamente sem a ativa presença dos leigos (cf. AG n.º 21 e agora no *novo* Código de Direito Canônico, de 1983, os n.ºs 204-231).

5. A perspectiva aberta pelo Vaticano II pode ser representada esquematicamente assim:



Ou seja: a comunidade toda da Igreja, unida, é chamada a exercer a missão no mundo, embora através de formas diferentes (há diversas "vocações" ou estados de vida: vida religiosa, ativa ou contemplativa; vida "secular", no casamento ou no celibato etc; e há diversos ministérios: o ministério hierárquico (de Bispos, Padres e Diáconos) conferido pelo Sacramento da Ordem e os muitos ministérios confiados aos leigos — veja o doc. n.º 20 da CNBB, Vida e Ministério do Presbítero — P.V., especialmente a 2.ª parte).

6. Fundamento teológico da dignidade e missão do leigo é a própria constituição divina da Igreja. A Igreja não é simplesmente uma sociedade humana instituída por Cristo através dos Apóstolos e dos seus sucessores (esquema histórico: Cristo → Apóstolos → Bispos → Padres → Fiéis, onde os fiéis leigos têm apenas um papel passivo).

A Igreja é uma realidade de origem divina gerada por vontade do Pai pela ação do Filho e do Espírito Santo. Esquematicamente:



Pela graça do Espírito Santo e pelo dom da fé (manifestado por excelência no Batismo), o fiel cristão, leigo ou não, é chamado a participar da dignidade de Cristo Sacerdote, Profeta e Rei e a exercer o ministério ou serviço.

7. Os ministérios hierárquicos (Bispos e Padres) são chamados na comunidade, a garantir de um modo especial, constitutivo, a ligação com a Palavra de Cristo, transmitida pelos Apóstolos, na tradição e na Santa Escritura. São também sinal da unidade interna de cada comunidade eclesial e de sua união (ou comunhão) com as Igrejas vizinhas, com a Diocese, com a Igreja Universal, com a Igreja Apostólica. Por este motivo presidem a Eucaristia e tem autoridade no ensino (ou magistério). Mas o ministério deles não absorvem ou sufoca os ministérios dos leigos. O Bispo e o Padre, cada um em sua função, presidem uma liturgia em que todos celebram; presidem uma comunidade em que todos participam, inclusive nas decisões. (Antigamente os leigos participavam muito; no atual Direito Canônico os leigos participam ao menos dando seu parecer. Devem ser consultados, ao menos em certos casos. Nada impede que o bispo ou padre assumam as decisões dos Conselhos Pastorais e das Assembléias, se nada houver contra a doutrina certa da Igreja).

8. O modo de entender a missão do leigo depende do modo de conceber a missão da Igreja. Na época do clericalismo (Igreja — só clero, Padres e Bispos!), a missão da Igreja era vista quase exclusivamente como *sacerdotal*. O Concílio Vaticano II, usando a terminologia do A.T., ampliou esta visão e a descreveu como sacerdotal, *profética* e *régia* (pastoral).

9. Esta terminologia não é a única usada pela Igreja. O N.T. prefere falar de *martíria* (= testemunho), *Koinonia* (= comunhão) e *Diakonia* (= serviço), palavras que são hoje muito vivas na experiência cristã da América Latina. Puebla mesma escolheu *comunhão e participação* (= serviço), sem esquecer outra palavra chave: *evangelização*.

De fato, o Sínodo de 1974 e a "Evangelii Nuntiandi" do Papa Paulo VI (1975) resume tudo no termo *evangelização*, deixando claro que, na missão da Igreja, evangelização é inseparável de libertação (cf. EN 29-31).

10. Se a Evangelização é inseparável do empenho pela libertação integral do homem (sobre o tema da libertação, cf. a última instrução da Congregação para a Doutrina da Fé, 1986), e se esta é a missão da Igreja, a missão do leigo será essencialmente participação na evangelização libertadora.

As modalidades concretas do exercício desta missão do leigo dependerão das circunstâncias concretas em que se exerce: tipo de comunidade ou sociedade, necessidade do povo, opções da Igreja... Mas sempre deverá ter uma dimensão de fé, de evangelização, de testemunho dos valores evangélicos (mesmo na política, no sindicato, na empresa etc.). E sempre terá uma dimensão libertadora, transformadora da sociedade (mesmo na liturgia, na catequese, na educação, etc.).

11. Quanto ao "espírito de sua ação", o leigo

— mas também todo o cristão, mesmo clérigo ou religioso — deve pôr-se em atitude de serviço face ao povo e à sociedade humana, “levando a sério” as realidades terrenas, as exigências próprias da situação em que atua. Mas a sua espiritualidade terá como inspiração mais profunda o próprio espírito de Deus, Aquele que suscita os profetas da Bíblia e conduz Jesus de Nazaré. Jesus — que está acima de leigos e de sacerdotes, como profeta que se consagra totalmente a sua missão — é o modelo fundamental que inspira toda a espiritualidade cristã, evangélica. E, de fato, como constatamos no testemunho de nossos militantes, dos melhores e mais dedicados de nossos irmãos, são as atitudes de Jesus que inspiram e sustentam a luta dos cristãos na América Latina de hoje.

Ao lado de Jesus, o exemplo de Maria — vista como a mulher ativa que diz o seu “Sim” à encarnação, que luta pelo Filho e ao lado dEle, que acompanha a Igreja apostólica de Pentecostes (cf. “Marilyn Cultus”, n.º 37) — é, para homens e mulheres, grande motivo de inspiração da fé e da espiritualidade do nosso povo em sua vida cotidiana e em suas lutas pela libertação.

12. Esta espiritualidade se alimenta continuamente na oração e, muito particularmente, na capacidade de ler os “sinais dos tempos”, a vontade de Deus, que se manifesta na vida e nos acontecimentos para quem olha e à luz da fé. É o modo de olhar a vida e a história que a Bíblia nos ensina, que Jesus praticou particularmente em sua pedagogia, para levar as pessoas e o povo à conversão, à mudança, à libertação do pecado e ao encontro com Deus e um Reino de Justiça. É também um método deste tipo (reflexão sobre a vida à luz da Bíblia, VER — JULGAR — AGIR, revisão de vida...) que orienta as nossas comunidades e os movimentos leigos mais engajados, tornando-os capazes do discernimento cristão, que os habilita a atuar com espírito evangélico num mundo em que joio e trigo ainda estão misturados.

III - Orientações práticas

Grupos e plenários escolheram diversos itens da problemática trazida pelos participantes e, através do diálogo e da reflexão em comum, procuraram formular orientações e sugestões para a ação de leigos e pastores em nossas comunidades, paróquias, dioceses, movimentos e organismos especializados.

1 - A missão do leigo

O leigo exerce seu apostolado tanto na Igreja como no mundo. Cada leigo deve ser perante o mundo, testemunha da vida e ressurreição de Jesus. Deve ser sinal do Deus vivo.

A missão do leigo é evangelizar. Esta evangelização implica o compromisso de libertar o homem da miséria e da exploração e levá-lo a sua realização plena e transcendente.

Para melhor desempenhar a evangelização e libertação é preciso estudar e entender os mecanismos geradores da pobreza e da miséria.

Quais as tarefas que, prioritariamente, o leigo deve assumir para realizar esta sua missão?

Deve assumir dentro e fora da Igreja o compromisso na Evangelização libertadora: 1.º) sendo fermento na massa, especialmente na partilha dos próprios bens, a serviço da libertação; 2.º) através de um serviço específico na comunidade (catequese, liturgia, animação, administração dos bens da comunidade); 3.º) pela atuação efetiva e decidida nos movimentos populares (Sindicatos, Associações, Partidos...)

Em consequência, sugerimos que na prática pastoral se leve em consideração o que facilita a atuação dos leigos:

NA COMUNIDADE: Boa organização, formação e acompanhamento;

NA PARÓQUIA: Descentralização de lideranças e definição das linhas pastorais;

NA DIOCESE: Uma pastoral de conjunto;

Apoio ao leigo na luta pela justiça;

Planejamento e avaliação periódica das atividades; Questionamento acerca dos diversos movimentos que não seguem as orientações da Pastoral de Conjunto.

2 - A participação da mulher

Na Bíblia, a mulher tem uma atuação decidida. No Antigo Testamento são vários os exemplos de mulheres que marcaram a caminhada do Povo de Deus (Judite, Mirian, Rute etc.). No Novo Testamento, temos Maria, figura de mulher que está presente ativamente em todos os momentos da vida de Jesus e da Igreja que nasce. Representa a doação completa para a concretização do Reino de Deus.

Atualmente, em virtude das mudanças pelas quais a sociedade passou e ainda passa, a mulher deixa de executar apenas tarefas domésticas e vai assumindo funções cada vez mais abrangentes e decisivas na transformação dessa sociedade.

No entanto, a trajetória no reconhecimento da mulher como pessoa capaz e criativa ainda sofre resistência, não só por parte do homem, como pela própria mulher.

Analisamos o que facilita e o que está dificultando a participação da mulher na Igreja e sua missão na sociedade e constatamos:

O que dificulta:

- A história produziu submissão da mulher e ela introjetou em si mesma o ser submissa.
- A falta de formação, preparação e consciência de seus próprios valores.
- A educação familiar direcionada a fazer da mulher um ser inferior, ligado apenas às tarefas domésticas, sem participação no plano das decisões.
- Na Igreja, o trabalho da mulher é pouco valorizado e não aparece.
- A presença do machismo na Igreja e na sociedade.
- A existência de um feminismo exagerado.

O que facilita:

- A conquista de espaço na sociedade.
- A tomada de consciência pela mulher de seu próprio valor e capacidade.

- A existência de maior preparação e formação.
- A abertura da própria Igreja à participação da mulher.

Entre diversas sugestões recomendamos:

- Que a mulher participe plenamente de planejamento, execução e avaliação das diversas atividades na Igreja.
- Que se ofereçam ocasiões de melhor formação da consciência crítica com relação à posição da mulher na sociedade.
- Torna-se necessário um estudo aprofundado para que a COMPLEMENTARIDADE aconteça e a riqueza do ser “masculino” e “feminino” apareça na comunidade dos fiéis.
- Devido à exploração da mulher (mão-de-obra barata, tendo dupla jornada de trabalho), a comunidade eclesial deverá dar apoio explícito às organizações de mulheres, promovendo a conscientização sobre o trabalho da mulher, propiciando-lhe uma real libertação.
- Que os Regionais da CNBB e CRB promovam um estudo teológico aprofundado sobre os Ministérios da Igreja, para melhor esclarecer a participação da mulher nos ministérios.

3 - Espiritualidade do leigo:

Para o cristão ser fiel a sua missão, ele deve viver profundamente sua espiritualidade. Essa espiritualidade tem sua raiz ou fonte no Batismo, que insere em Cristo e o faz membro de sua comunidade, e caracteriza sua presença nas diversas atividades na sociedade.

A Palavra de Deus, conhecida e refletida a partir da realidade do povo, e a vida sacramental são alimento principal dessa espiritualidade.

Para nossa realidade de Amazônia, em muitos lugares onde a celebração eucarística é rara, devemos dar especial destaque à Palavra de Deus.

Outros meios que sustentam e que fazem crescer esta espiritualidade são: formas tradicionais de devoção popular, quando orientadas para uma vivência cristã libertadora; celebração litúrgica da vida, inclusive do sofrimento no seu aspecto redentor; vivência da fraternidade na comunidade; oração, meditação, estudos, cursos; inspiração na prática de Jesus, de Maria e dos Mártires dos nossos dias, que testemunharam seu compromisso até as últimas conseqüências.

Para sustentar e desenvolver a espiritualidade dos leigos são importantes as atividades de formação mencionadas no item seguinte.

4 - Formação do leigo:

Necessidade

À medida em que o fiel vai assumindo sua fé no compromisso do dia-a-dia, sente necessidade de uma formação cada vez mais profunda, tanto no aspecto doutrinal quanto espiritual, para que possa ser fermento de transformação no mundo. Daí surge a necessidade de a Igreja atender aos anseios de formação dos fiéis.

Aspectos

A formação que o leigo pede deve ser concretizada em:

- Formação contínua, integrando fé e vida, ação e reflexão.
- Formação de uma consciência crítica, para que o leigo possa discernir as exigências do Reino dentro das situações concretas.
- Formação humana, política e social, fundamentada na Escritura e no Magistério da Igreja.

Meios

Para que essa formação se torne viável, a Igreja, em seus diversos níveis, deve investir recursos humanos e financeiros para:

- Formação de líderes para os diversos campos de ação cristã;
- Criação de bibliotecas;
- Elaboração de subsídios;
- Formação para os diversos ministérios;
- Criação de Centros de Treinamentos;
- Utilizar os MCS para a formação e formar cristãos para atuar nos mesmos MCS;
- Acompanhar com revisões e aprofundamento doutrinário os cristãos comprometidos.

Formação missionária

A Igreja da Amazônia, que conta com a grande riqueza da colaboração de muitos leigos missionários vindos de outras regiões do Brasil ou do exterior, deve também dar uma formação missionária aos seus próprios leigos.

5 - Atuação do leigo cristão na política

No contexto do atual momento político, de grande responsabilidade para todos os cidadãos, face à iminência da eleição da Assembléia Constituinte, foi dada especial atenção à reflexão sobre o tema da atuação dos leigos na política.

5.1. — Critérios para a participação do cristão na política partidária

O cristão deve tomar consciência do dever de participar da vida política e da atividade partidária, procurando a justiça e o bem do povo, na fidelidade ao seu compromisso com o Evangelho e aos princípios da Doutrina Social da Igreja.

A Igreja, para apoiar o engajamento político dos leigos deve:

- Desenvolver a educação política de base, em comunidades e paróquias, através de cursos e cartilhas;
- Oferecer oportunidades de estudar adequadamente a Doutrina Social cristã;
- Elaborar orientações críticas (também em forma de cartilhas) sobre as ideologias dos diversos partidos;
- Acompanhar pastoralmente os militantes engajados na política partidária para que não se desliguem de sua opção eclesial.

O leigo cristão, para escolher o partido em que votar ou militar, deve procurar conhecer não apenas a filosofia e o programa do partido, mas também verificar e acompanhar sua atuação prática e seu compromisso futuro. Com relação aos candidatos a serem eleitos, deve verificar que te-

nham um passado limpo, uma vida coerente e um compromisso com a base.

5.2. — Atuação diante da Constituinte

Reafirma-se a necessidade de continuar a trabalhar, em regime de urgência, na conscientização do povo com relação às próximas eleições da Assembléia Constituinte:

- dentro das diretrizes da última Assembléia da CNBB e do recente Conselho Permanente;
- Através de todos os meios disponíveis (MCS, cartilhas, folhetos, audiovisuais, encontros, reuniões, aulas e debates nas escolas...);
- esclarecendo o povo sobre a importância de eleger deputados federais e senadores realmente comprometidos na defesa dos interesses populares;
- elaborando propostas para a Nova Constituição, com especial destaque às que atendem aos interesses das minorias, notadamente dos povos indígenas na região amazônica.

Durante os trabalhos da Assembléia Constituinte, deve prosseguir o esforço de formação e conscientização, pelos MCS e pela assessoria a movimentos populares, para que acompanhem os debates e defendam suas propostas.

Pede-se que o projeto de Constituição seja objeto de plebiscito popular.

Pede-se também que o Regional da CNBB alerte contra a manipulação pelos MCS, quando esses visarem confundir o povo a respeito das questões constitucionais.

5.3. — Critérios para participação nos movimentos populares

A comunidade cristã deve conscientizar os leigos sobre o *dever* de participar nos movimentos populares e nas entidades de classe (sindicatos, associações etc.) e deve também orientar acerca dos meios de participação.

Os cristãos devem, antes de tudo, verificar se existem iniciativas ou movimentos surgidos do povo, e dar a eles seu apoio, colaborando mesmo com aqueles que não nasceram de uma inspiração cristã, mas buscam realmente o bem do povo.

Quando não houver iniciativas já encaminhadas, os cristãos podem e devem suscitar movimentos ou entidades que correspondam às necessidades do povo e a defesa dos seus direitos.

Os leigos devem, nesta ação, procurar uma estratégia coerente, manter-se articulados com a comunidade eclesial e em diálogo com a hierarquia, da qual espera um acompanhamento pastoral e meios de formação espiritual e social.

5.4. — Formas de preparação e acompanhamento dos militantes

A Igreja deve favorecer a formação de militantes cristãos para atuar na área social e política, oferecendo-lhes formação não apenas teológica e eclesial, mas também com relação a programas políticos e ideologias, análise estrutural e conjuntural da sociedade, preparação específica para a militância contra os perigos da manipulação.

O trabalho de formação não deve limitar-se à época das eleições, mas deve ser continuado e deve começar pela catequese, na qual se abre a criança ao senso crítico e ao sentido cristão da atuação na sociedade.

Além da formação, a comunidade eclesial deve procurar manter alguma forma de acompanhamento dos militantes engajados, dos quais exige também um compromisso firme em favor do povo.

Por isso, não deve marginalizar ou excluir o militante que se engaja no partido ou no sindicato. Deve oferecer-lhe oportunidades para atualizar sua formação e rever seu engajamento à luz da fé.

Os cristãos devem também apoiar eficazmente os candidatos de base, que tenham uma prática coerente e comunguem com os princípios cristãos.

5.5. — Observações gerais

Foi lembrado também:

- que os cristãos não devem fechar-se no seu próprio grupo, mas reconhecer os valores dos outros e colaborar com eles, em vista do bem do grupo;
- que os cristãos busquem uma efetiva coerência com os valores evangélicos *na prática* e não apenas na coerência com os documentos da Igreja *no discurso*;
- que a Igreja procure superar as divisões internas, especialmente a intromissão através dos MCS de nível nacional (TV, grande Imprensa) de mensagens que confundem o povo e contrastam com trabalho de nossas Igrejas para uma evangelização libertadora;
- que a Igreja alerte com relação a planos e iniciativas do governo ou de grandes grupos, que são impostos sem discussão em prejuízo dos interesses do povo;
- que a Igreja deve trabalhar, com urgência, na conscientização e formação política, embora sabendo que se trata de trabalho a longo prazo, em que as mudanças profundas da sociedade exigirão um esforço prolongado;
- que a Igreja confie em seus princípios e em sua experiência de trabalho com o povo, procurando evitar que seus militantes sejam arrastados por uma visão apresada e unilateral do "vanguardismo político";
- que os militantes cristãos podem e devem aproximar-se mais da prática partidária, evitando a tentação de se manter distantes da política partidária pelo medo de "sujar as mãos";
- que é dever de todo cristão e de toda comunidade dar o passo que está ao seu alcance, no trabalho de conscientização e formação política, na direção de um compromisso real com as mudanças de que a sociedade precisa.

IV. Destaques

A Assembléia, na conclusão de seus traba-

lhos, pediu uma particular atenção das Igrejas do Regional para estes assuntos:

1. Comunidades Eclesiais de Base (CEBs)

Considerando a articulação entre as CEBs do Regional, percebida também no 6.º Encontro Intereclesial, a Assembléia aprovou as seguintes propostas:

- a) Formação de um grupo de coordenação para organizar um encontro Regional de CEBs, de 3 em 3 anos, em preparação ao Encontro Nacional;
- b) Realização de encontros anuais nas diversas áreas, visando à articulação das CEBs e a preparação do Encontro Regional.

2. Família

A Assembléia aprovou que se realizem estudos mais profundos, seguidos de ações concretas, sobre a realidade da família na Amazônia, que

apresenta um quadro bastante diversificado e, até certo ponto, preocupante, que está comprometendo os papéis da família na sociedade.

3. Pastoral operária

As comunidades eclesiais devem conscientizar os leigos acerca da importância da pastoral operária e devem apoiar os cristãos que se dedicam a este trabalho pastoral, que é por excelência um campo de atuação dos leigos.

V. Conclusão

A Assembléia encerrou seus trabalhos com a celebração Eucarística, em que todos agradeceram a Deus o encontro fraterno e renovaram o seu compromisso de não poupar esforços para realizar as sugestões que emergiram da reflexão comum, animados pelo testemunho dos irmãos e pelo Espírito de Cristo e de Maria Santíssima, Mãe da Igreja.

Manaus, 18 de setembro de 1986

2. NORDESTE I

Introdução

O 1.º Encontro Regional dos Leigos nasceu diante do contexto do Sínodo sobre os Leigos, a acontecer em outubro de 1987. Há muito tempo os leigos engajados na Pastoral do Regional Nordeste I sentiam a necessidade de refletir a sua condição e o serviço que vêm prestando à Igreja. Algumas tentativas foram feitas no sentido de articular as experiências, mas não houve continuidade e não foram retomadas durante meses.

Com a convocação de um Simpósio a se realizar em Roma, de 21 a 25 de maio, contando com a presença de três leigos do Brasil, entre os quais uma pessoa do Ceará, foi tomada a iniciativa de realizar visita às dioceses do Ceará e aos Regionais do Nordeste, com a finalidade de sentir as preocupações dos leigos neste momento da caminhada da Igreja no Brasil. As reuniões aconteceram com leigos das dioceses de Sobral, Tianguá, Crato, Iguatu, Itapipoca e Fortaleza, engajados nas pastorais e movimentos. O contato com Fortaleza e Teresina (Nordeste IV) deu-se com leigos dos movimentos. Em Recife houve conversas isoladas com leigos que articulam os trabalhos do CIMI, da ACR, da PJMP, da Comissão de Justiça e Paz e do SEDIPO (Serviço de Documentação e Informação Popular) do Nordeste II.

Muitos pontos foram levantados por ocasião desses encontros e conversas, nascendo a idéia de um grande Encontro Regional para colocar em comum as grandes preocupações, as angústias e dúvidas sentidas. O Encontro seria, assim, o início de uma articulação dos leigos de todo o Ceará. Nos dias 24 e 25 de abril, no Cenáculo, em Fortaleza, 31 leigos compareceram, apesar do pouco tempo de preparação e da premência da data escolhida. Apenas os leigos de Crato não puderam estar presentes.

Pontos tratados durante o Encontro

1. Memória da origem do Encontro

2. Principais preocupações sentidas nas visitas às dioceses
3. 1.º Encontro Nacional dos Leigos
4. A articulação dos leigos no Ceará: como fazer?
5. Sugestões para o Sínodo sobre os Leigos

Principais preocupações

Entre as preocupações sentidas nas visitas às dioceses, destacaram-se as seguintes:

1. Espaço ocupado pelos leigos na Igreja: — que espaço é este?
— Como os leigos deverão se articular para ocupar o espaço que lhes é devido?
2. O leigo, sua missão e a política. Tensões existentes e perspectivas de saída.
3. A formação dos leigos na Igreja:
— em que consiste?
— quais os seus objetivos?
— que metodologia usar?
— conteúdo: área de abrangência.

São os seguintes os resultados das discussões feitas por três grupos. Cada grupo assumiu uma preocupação.

1.ª Preocupação: espaço dos leigos na Igreja.

- O leigo é cidadão e é cristão. Essas duas dimensões não se casam bem. Falta tomar consciência do espaço do leigo. Ele próprio não consegue se assumir como tal, muitas vezes. Fica na dependência do clero, dentro da paróquia, com horizontes limitados. Há muito medo do clero e o leigo também teme outro leigo.
- A questão do poder: o leigo é considerado "soldado" de Cristo, mas, no fundo, é cerceado e não pode trabalhar. O leigo também busca o poder e desrespeita o outro. Há desvalorização do trabalho do leigo, que é mal remunerado. A falta de recursos econômicos torna o leigo dependente da hierarquia. Falta ao leigo a segurança necessária ao trabalho missionário que realiza. A Paróquia deveria colocar o dinheiro a

serviço da pastoral. Deviam custear a reciclagem dos agentes.

- Há concentração de projetos nas mãos do padre, da religiosa ou do “leigo” que se assume como padre. Até que ponto os projetos abafam a caminhada do povo?
- Alguns questionamentos: — o espaço que ocupamos foi conquistado, ou foi dado pelo padre? — Que valores estamos reforçando no nosso trabalho? — Como fica a situação dos grupos que estão criando um espaço, mas não estão na linha pastoral da Igreja?

2.^a Preocupação:

O leigo, sua missão e a política.

- Ainda não há união e organização entre os leigos. Todos trabalham, mas sem juntar forças. O leigo ainda não conhece sua missão como elemento transformador da sociedade. Há graves tensões entre leigo e clero, principalmente entre os leigos que são assalariados. Tensões também entre leigo X leigo.
- Perspectivas: — usar o espaço que já se tem e procurar ampliá-lo, buscando o apoio de outros leigos; — procurar ter visão política definida e objetiva; — procurar unir esforços, promovendo debates, seminários que contribuam para uma formação que acabe com a desconfiança contra leigos engajados; — buscar ser com o povo e não assumir pelo povo; — respeitar o saber popular.

3.^a Preocupação:

a formação dos leigos na Igreja.

- Por falta de formação, o leigo sempre tem o padre como referencial. O padre deve dizer o que está certo. O leigo precisa ter uma formação abrangente, que englobe o social, o político e o econômico, conhecer o sindicato. Fazer a interação Fé e Vida. Falta-nos uma sólida formação teológica. É importante conhecer também as ideologias, procurando identificar o que é fé e o que é ideologia para não haver instrumentalização.

Objetivos a atingir:

- proporcionar linhas mais claras do projeto de sociedade que queremos
- clarear a ideologia que deve permear nossa ação
- estudar a implicação teológica do Plano de Deus em relação à realidade.

Metodologia:

- identificação dos problemas da comunidade (VER-JULGAR-AGIR);
- organização em pequenos grupos;
- articulação com outros leigos capazes de ajudar na reflexão;
- formação de agentes para trabalhar com os pequenos grupos.

Destaques de alguns pontos que saíram nos três grupos:

1. Articulação entre Movimentos e Pastorais e também com outros leigos para ajudar na reflexão.
2. Valorização do leigo:
 - que a relação empregatícia da Igreja com o leigo

se faça em bases mais justas (remuneração justa e proporcionar reciclagens para que o serviço seja mais qualificado);

- o leigo necessita de autonomia ideológica. Que sejam evitadas formas autoritárias que cerceiam a liberdade de expressão;
 - torna-se imprescindível a participação do leigo na administração dos recursos da Igreja em função da pastoral (os recursos financeiros da Paróquia e os Projetos devem contar também com o leigo na sua administração).
3. Identificação da missão do leigo-Povo de Deus:
 - engajamento profissional e em todas as realidades como cristão.
 4. Inserção no projeto do povo: o agente leigo deve respeitar a cultura do povo e não formular sozinho um projeto para o povo.
 5. É importante e indispensável ao leigo uma formação abrangente para clarear o projeto de sociedade que queremos construir.
 6. Estudo da implicação teológica do Plano de Deus em relação à realidade.

Missão do leigo na Igreja

Pe. Marcelino Sivinski, na manhã do segundo dia, ajudou na reflexão sobre a missão do leigo: — Para entender a missão do leigo, é preciso primeiro saber o que é Igreja. Para as comunidades, Igreja “é a reunião dos que crêem em Cristo e no seu projeto”. Para a Lumen Gentium, “Igreja é o Povo de Deus”. Os leigos são a Igreja.

A palavra clero significa *separado, isolado*. Com o passar do tempo, os conceitos foram invertidos. Hierarquia quer dizer autoridade-serviço. Mas o tempo fez a hierarquia tornar-se o centro da Igreja para exercer o controle da instituição. Onde reside o grande desafio? Parece que é preciso redescobrir a fidelidade à vida e à prática de Jesus Cristo no hoje da História. Enquanto a Igreja-instituição faz as leis para garantir o controle, a Igreja-Povo de Deus vai descobrindo a fidelidade no dia-a-dia. Esse é um processo de descoberta em comunidade, tendo em vista a necessidade dos irmãos. O que mantém a unidade é a abertura do homem em busca da maior fidelidade a Jesus Cristo e seu projeto. Ao falar-se em fidelidade, fala-se em salvação. O que se entende por *salvação*?

Salvar-se é estar em comunhão: qual a sua dimensão? O sangue foi derramado para a salvação dos homens. Que homens? Os marginalizados.

Outro elemento da salvação: a solidariedade. Como dar a vida para que haja salvação? Qual o projeto pelo qual vale a pena dar a vida? Ser fiel a Jesus Cristo, ter fé em Jesus Cristo.

Ação — Oração

Outro ponto aprofundado foi o da oração. A vida de Jesus Cristo está cheia de ação e oração. Oração é o encontro com Deus. Nela estão contidos os seguintes elementos:

- avaliação da prática
- busca do projeto
- forma de concretização
- alimento conversão
- esperança porque o Reino está chegando.

Conflito:

A espiritualidade na América Latina é muito

própria. Ela é um segmento de Jesus Cristo marginalizado. Ela só pode ser vivida na comunidade. Traz perseguição e martírio. Fugir do conflito é conciliar. É preciso administrar, clarear o conflito, ele é uma cruz. Conflito com relação à prática do mundo. Mexe com poder e participação.

Um dos conflitos mais permanentes que o leigo enfrenta é o da hierarquia e Povo de Deus. Esse conflito leva-nos a aprofundar a visão de Igreja em que apostamos. Ele deve levar ao diálogo numa atitude de busca. Para a Igreja Povo de Deus, a hierarquia é um serviço, qualificado, graças ao testemunho e ao sinal. O serviço da hierarquia deve ser de animação, unidade, solidariedade, de celebrar a fé, de reflexão e avaliação. É um serviço eminentemente de articulação.

O ministério ordenado tem razão de ser graças à comunidade. O sacerdócio tem ligação intrínseca e profunda com Jesus Cristo. O sacerdote tem o poder de estabelecer laços na comunidade. A pergunta teológica que se impõe: se alguém está numa comunidade e não consegue interligar experiências, pessoas, pode ser considerado um sinal? Para ser fiel à missão, a Jesus Cristo, é preciso estar aberto para confrontar as práticas, avaliar-se.

Em que consiste a missão e o projeto de Jesus Cristo? Ser fiel ao Pai, fazer a sua vontade, construindo a justiça, a igualdade, comprometendo-se com a mudança do sistema, das relações sociais. Consiste em lutar para sair da escravidão, reconciliar os homens entre si e com o Pai.

Como a Igreja vai reconciliar-se com os que morrem de fome? Reconciliar-se implica num PROJETO. É impossível ser cristão se através da prática não provocamos o NOVO.

A missão do leigo é estar no meio do povo e lutar para que ele saia da escravidão. A missão é um processo. As grandes libertações não nasceram de dentro do templo, mas do meio do povo. O problema consiste em ressituar-se como Povo de Deus. O que é participar nessa Igreja que quer ser Povo de Deus? Participar nas próprias decisões. O específico é redescobrir a missão profética.

Quem pensou a teologia? Os teólogos. Mas essa teologia não precisa ser reescrita pelo Povo de Deus? Quem estruturou essa Igreja? A missão do leigo não será reestruturá-la?

O que é espiritualidade? Para muitos, é rezar. Para o leigo, não será assumir a vida de sacrifício todos os dias? Onde está mais presente o espírito do Evangelho?

É preciso pensar formas e processos para criar participação. O que é mais importante, participar na comunidade ou no sindicato? Como fazer esse Deus presente na luta, uma forma de participação da Igreja? Pensar os caminhos da Igreja. Pensar as prioridades. A participação mexe profundamente com o ser Povo de Deus. O que caracteriza a Igreja do Brasil e da América Latina: *a bíblia na mão do povo*. Esta é uma forma de resistência à opressão. *A solidariedade* é outro sinal forte. Quando pensamos a missão específica do leigo, não estamos querendo uma coisa paralela? Essa presença não será mais um apoio, uma luz? Específico não será fazer a vida de fé fermentar numa comunidade? E contribuir na organização do povo?

São os leigos que tentam releer e realimentar a História, para se ressituar no hoje e encontrar aí a sua missão como resposta. O específico do leigo

exige estar muito afinado com o tempo, com a conjuntura, com a missão da Igreja e a bíblia.

Articulação Regional

Os participantes do Encontro decidiram que deve haver uma equipe formada por uma pessoa de cada diocese para fazer a articulação dos leigos do Regional. Alguns objetivos dessa equipe foram pensados:

1. acompanhar os encontros a nível diocesano
2. animar os leigos das dioceses para se organizarem entre si (atividades e estudos)
3. interligar a caminhada dos leigos no Regional (trocas de experiência)
4. ser ponto de apoio nas dioceses
5. avaliar a caminhada do leigo
6. documentar a caminhada.

Como fazer a articulação?

Além da escolha de uma equipe de articulação, os participantes pensaram ainda nos seguintes pontos:

1. identificar nas dioceses os trabalhos de leigos engajados
2. organizar grupos a nível de paróquia, diocese e Regional
3. estudar mais a missão do leigo
4. estabelecer comunicação através de boletim ou circular. Enquanto a organização está começando, deve-se usar o espaço já existente do boletim "Igreja no Ceará"
5. realizar outro Encontro Regional para discussão dos resultados do Simpósio de Roma. O Encontro deverá ser em agosto
6. organizar caixa-comum para Encontros
7. pensar nomes para uma assessoria
8. assumir a articulação em cada diocese.

Questão financeira

Os leigos pensaram muito sobre a sua dependência financeira. Viram a necessidade de fazer uma grande articulação com o objetivo de angariar fundos para uma caixa-comum. Em cada diocese, dependendo da aceitação e da valorização do trabalho do leigo, procurar conversar com o bispo e os padres sobre uma nova forma de empregar o dinheiro das paróquias. Um outro ponto firmado: assumir pessoalmente, com um dia de trabalho e procurar pessoas leigas, amigas, que possam e desejem colaborar com a caixa-comum. — Realizar pequenas promoções (como a venda de pastéis, de bolo etc.)

Sugestões para o Sínodo

- Levam para o encontro com os latinos-americanos, em Roma, a preocupação com o espaço do leigo na Igreja. Leigo-Povo de Deus não participa. É chamado só para aprovar. Até que ponto esse poder emana do alto?
- Procurar discutir a questão da identidade do leigo (o que *não é ordenado*, ou todo o Povo de Deus?).
- Dar ênfase ao trabalho político como consequência da fé.
- Esmagamento do Terceiro Mundo.
- Questão das minorias (mulheres, índios, negros).

- Levar material para expor: slides, fotografias, vídeo-cassetes, filmes (sobre a seca, a violência no campo e na cidade, a organização do povo).
- Até outubro, procurar colher sugestões na base através de contatos.
- Enviar com antecedência o documento para estudo.

Avaliação do Encontro

1. É importante cuidar para que não haja improvisação nos próximos Encontros. Marcar, com bastante antecedência e procurar envolver o maior número possível de pessoas. A escolha dos participantes deste primeiro Encontro foi muito restrita. Houve poucos contatos por causa da pressa (viagem a Roma no dia 16 de maio).
2. A escolha da data do Encontro: não deverá cair numa sexta-feira por causa do trabalho das pessoas.
3. Como primeira experiência, o Encontro foi muito valioso. Houve riqueza e abertura nas colocações. Um clima muito fraterno e descontraído.
4. Assessoria: foi excelente a ajuda do Pe. Marce-

lino, clareando as idéias e abrindo novas pistas de reflexão. Pena que o espaço que lhe coube tenha sido pouco (apenas a manhã do 2.º dia).

5. Coordenação — foi tranqüila e ajudou bastante no encaminhamento.

Conclusão

No final do Encontro, a equipe de articulação fez uma rápida reunião para definir algumas questões:

- *Data de sua primeira reunião:* a equipe vai se reunir após a viagem de Roma para encaminhar o 2.º Encontro dos Leigos. Ficou marcado para os dias 1 e 2 de agosto.
- O 1.º Encontro deverá ser divulgado no boletim "Igreja no Ceará". Sônia, de Fortaleza, ficou responsável pela redação da notícia.
- Até agosto, os leigos deverão encaminhar, nas dioceses, a sua articulação vindo com muita atenção a questão financeira e o envolvimento de maior número de pessoas.

Fortaleza, 1.º de maio de 1987.

3. NORDESTE II

O encontro iniciou-se às 9:00 horas do dia 06/12/86, no Centro de Treinamento de Miramar (CENTREMAR), com uma celebração, tendo como tema central de reflexão a participação dos leigos na comunidade e na Igreja, a partir de uma dramatização de várias maneiras possíveis e da leitura de um texto de Puebla (777-785). Durante esta celebração ocorreu também a apresentação dos participantes do Encontro.

Concluída a celebração foi feita a composição das equipes de trabalho e a apresentação de como se desenvolveria o Encontro.

A seguir, após o intervalo para um cafezinho, os participantes dividiram-se em grupos para estudarem e refletirem, com a ajuda de um texto anteriormente preparado, a Missão do Leigo na Igreja e no Mundo.

Ainda antes do almoço realizou-se um plenário para colocar em comum as reflexões feitas. O debate em plenário permitiu selecionar os seguintes pontos a serem aprofundados:

1. Participação do leigo na Igreja.
2. Necessidade de formação do leigo.
3. A Evangelização da classe média na perspectiva da opção pelos pobres.
4. Presença da mulher na Igreja.

Estes pontos seriam analisados à luz da:

(I) missão da Igreja de promover a paz e a justiça (reconstrução do mundo) na sua opção preferencial pelos pobres e, (II) adoção de uma prática pedagógica libertadora, descrevendo o mais claramente os problemas envolvidos na questão e elaborando propostas concretas para a sua superação.

No período da tarde os participantes foram divididos em grupos, com cada grupo sendo responsável pelo aprofundamento da reflexão de um dos aspectos acima relacionados.

Na manhã do dia 07/12/86 realizou-se, após a celebração da Palavra, o plenário para apresentação, discussão e conclusão de cada grupo, o qual se encerrou na tarde do mesmo dia (antes do intervalo para cafezinho). Os relatórios de cada grupo são os seguintes:

Tema 1: "PARTICIPAÇÃO DO LEIGO"

(a) Formulação da Questão

- * Os leigos têm uma decisão limitada na direção da vida financeira da Igreja.
- * A participação ativa dos leigos nas Assembléias paroquiais e diocesanas é fraca.
- * Há um conflito entre padre x leigo causado por idéias diferentes e pela diferença de gerações.
- * Os padres não informam os leigos sobre a realização do próximo Sínodo dos Bispos.
- * A participação dos leigos nas Assembléias Regionais é muito reduzida.
- * Continua muito forte a visão de que Igreja é correspondente a bispo, padres, religiosos.
- * Apoio / não do padre ao trabalho do leigo — há uma tensão entre o clero e os militantes (leigos engajados na transformação do mundo).
- * Certa discriminação da mulher.
- * Aumento do espaço dos leigos nestes últimos 20 anos.
- * Isolamento dos leigos entre si.
- * Conflitos entre movimentos leigos e pastorais.
- * Tensão entre CEBs e movimentos de evangelização.
- * Disseminação das CEBs.
- * Crescente participação dos leigos na ação pastoral. Exemplo: Missões Populares.

(b) Propostas:

- I. Existência ou criação de um processo de pas-

- toral de conjunto em todas as dioceses, com a realização de Assembléias diocesanas periódicas e a existência de conselhos/coordenações diocesanas de pastoral eleitas pelo povo.
- II. Existência ou criação de conselhos pastorais paroquiais, aos quais se vinculem os conselhos de administração, dentro de uma pastoral de conjunto paroquial. Os conselhos devem ser eleitos pelo povo.
 - III. Ao nível da base ter as CEBs como a nova forma de ser Igreja — COMPROMISSO DE TODOS.
 - IV. Transformar a Assembléia do CPR em uma Assembléia das Igrejas do Regional NE II, com uma participação mínima de 50% de leigos (das dioceses, movimentos leigos e setores / serviços pastorais regionais).
 - V. Realizar uma campanha de conscientização e esclarecimento sobre a participação do leigo, em âmbito regional, aproveitando o momento do Sínodo sobre os leigos. Devem ser preparados subsídios para orientação das bases e haver um esquema estruturado de apuração dos resultados das discussões na base.
 - VI. Utilizar uma pedagogia libertadora em todos os processos e conselhos anteriormente citados.

Tema 2: “NECESSIDADE DE FORMAÇÃO DO LEIGO”

(a) Formulação da Questão

- * É necessário que o leigo tenha conhecimento da realidade política e social para acompanhar as questões atuais.
- * A formação do leigo é muito limitada — diminui a qualidade do seu serviço.
- * Precisa de uma formação bíblica e teológica, pois sem isso não atrai atenção, cai no descrédito.
- * Relação com a vida da comunidade. Exemplo: formação dos animadores de comunidade de Guarabira.
- * Causas:
 - centralização do saber, dos que participam mais — dominação.
 - falta de condição financeira do leigo.
 - falta de disponibilidade por ser muito solicitado.

(b) Propostas:

- I. Encontro de animadores nas bases.
- II. Retiros para leigos para questionar/avaliar a atuação na comunidade.
- III. Cursos de formação teológica para os agentes pastorais.
- IV. Abrir os cursos regionais de educação política.
- V. Aproveitamento das rádios diocesanas.
- VI. Cursos Bíblicos nas dioceses.

Tema 3: “A EVANGELIZAÇÃO DA CLASSE MÉDIA”

(a) Formulação da Questão

- * A classe média tem grande apego aos bens mate-

riais (consumismo) e está voltada para o individualismo.

- * Não há consciência de classe — o poder que tem não se expressa como classe. É o fiel da balança nas crises, pendendo para a direita.
- * Meio dos movimentos religiosos modernos — MCC, ECC, RCC, Focolare.
- * Os movimentos precisam de uma prática pedagógica libertadora para superação da dicotomia fé x vida e fé x mundo. A opção pelos pobres não passa pelo assistencialismo e não deve ser fuga do ambiente próprio mas comprometimento. Os membros devem entrar nas organizações intermediárias da sociedade como luz, sal, fermento.
- * É preciso aprofundar o conceito de classe e a visão de opressor. Uma grande fonte de conversão é o movimento popular, a nível das lutas e não do discurso.
- * O discurso da classe média (sempre contra as greves, reforma agrária etc.) corresponde ao padrão do sistema capitalista.
- * Problema da migração da classe média para a periferia (subúrbio), criando nova situação pastoral. Quem vai trabalhar com eles?
- * Pessoas que trabalham com a classe popular podem ajudar na conversão da classe média e de pessoas daí oriundas.

(b) Propostas:

- I. Convidar representantes dos movimentos de classe média como observadores para os encontros de pastorais e movimentos populares (pois o seu testemunho provoca a conversão da classe média).

Tema 4: “PRESENÇA DA MULHER NA IGREJA”

(a) Formulação da Questão

- * Maioria dentro da Igreja.
- * Quase sempre auxiliar, marginalizada, sem autonomia.
- * Reprodução na Igreja do modelo machista da sociedade.
- * Obstáculos:
 - mentalidade machista do clero e da própria mulher.
 - incoerência do leigo: engajado e ser machista.
 - marido breca o assumir de responsabilidades da mulher.
- * A mulher precisa aumentar o seu espaço de autonomia e participar nas decisões.

(b) Propostas:

- I. Criar Comissão Regional de Estudo da Condição da Mulher na Igreja para (a) levantar problemas específicos em todas as pastorais e dioceses do Regional e, (b) possibilitar a discussão de temas da condição da mulher.
- II. Estudo sobre a vida afetiva do leigo, a sexualidade e a moral da Igreja.

Durante a discussão do Tema 2: “NECESSIDADE DE FORMAÇÃO DO LEIGO” surgiu um outro aspecto relevante, cuja reflexão não foi aprofundada, o da Espiritualidade (que dá sentido ao que se faz).

Após o cafezinho, o Encontro continuou com uma exposição, feita por Istvan Árbos, da caminhada (história) da Organização dos Leigos no Brasil e no Regional NE II. Com esta exposição iniciou-se a reflexão do segundo tema do Encontro, a Organização dos Leigos do Regional NE II.

O segundo dia do Encontro foi encerrado com a celebração da Eucaristia, presidida pelo Pe. Leônidas.

Na manhã do dia 08/12/86 os trabalhos foram iniciados com uma reflexão conjunta sobre a Organização dos Leigos do NE II, em grupos de cochicho (para levantar questões) e em plenário (para responder às questões), com as seguintes conclusões:

I. Características Básicas:

- * Autonomia (não dependência de hierarquia, mas espaço próprio dentro da Igreja).
- * Provisoriedade (quando a Igreja for caracterizada pela comunhão e participação, não tem sentido uma organização dos leigos, pois toda a Igreja é leiga, Povo de Deus).
- * Não é movimento nem sindicato.
- * Comissão/Conselho Regional de Articulação dos Leigos do NE II (CORAL).

II. Pontos Definidores (o que é):

- * Órgão dos leigos atuantes organizados em movimentos leigos e organismos diocesanos e dos leigos engajados em setores/serviços pastorais e associações com caráter regional.
- + + os movimentos leigos devem ter representatividade e coordenação regional.
- * Voz dos leigos na Igreja e no mundo (participação nas decisões importantes).
- * Espaço para o leigo se perceber co-responsável pela Igreja e pelo mundo ("ide e ensinai a todos os povos o que vos ensinei") e continuador da missão de Jesus.
- * Espaço para formulação da identidade do leigo a ser concretizado em todos os níveis eclesiais (desde a base até o nível nacional e mundial).
- * Lugar de encontro e comunhão dos leigos (ponto de apoio) — fortalecer unidade na diversidade.
- * Papéis: representação, articulação, intercâmbio.

III. Objetivos (para que):

Busca permanente de

- * O mundo novo (justo, fraterno, igualitário, com liberdade) — Reino de Deus (dom).
- * A Igreja nova (comunhão e participação) — sacramento do Reino, Povo de Deus, Corpo de Cristo.
- * O homem novo — profeta e testemunha do Reino.

Durante a reflexão conjunta evidenciou-se também que a organização dos leigos se caracteriza muito mais como um espaço próprio que se concretiza através de encontro, retiros e outros eventos periódicos, com um ritmo lento, necessário para a construção da identidade do leigo em uma Igreja que ainda não se caracteriza pela comunhão e participação, que ainda não é o sacramento de Deus no mundo. Conversou-se também, mais demoradamente, sobre a organização dos leigos a nível diocesano e ao nível regional.

Para continuar a caminhada tomaram-se duas decisões:

- I. Marcar um Encontro Regional de Leigos aberto ("Encontrão"), sem limite de participação por dioceses, movimentos e setores/serviços pastorais, para o 2.º semestre de 1987 (local e data deverão ser fixados durante a Assembléia do CPR em março de 1987).
- II. Confirmar o mandato da atual Equipe Regional de Articulação dos Leigos do Regional NE II.
- III. Solicitar à Presidência da CNBB Regional NE II que a próxima Assembléia da CPR (março 1987) haja um mínimo de 50% de leigos participantes (dos quais a metade seja de mulheres).
- IV. Solicitar aos bispos das dioceses presentes a este Encontro que indiquem para participar na próxima Assembléia da CPR os leigos aqui presentes, a fim de possibilitar uma transmissão mais fidedigna das reflexões e propostas do II Encontro Regional de Leigos do NE II.

O II Encontro Regional de Leigos do NE II, que contou com a presença de 22 (vinte e dois) leigos, representando 6 dioceses, 5 movimentos leigos e a ERAL, foi encerrado com uma celebração da Palavra, seguida de almoço, às 12:00 horas do dia 08/12/86.

4. LESTE II

A formação dos leigos e sua participação na missão da Igreja

Nos dias 18 e 19 de novembro, no âmbito da Assembléia Regional Leste II (Minas Gerais e Espírito Santo) da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, foi realizado um encontro de estudo sobre o tema "A formação dos leigos e sua participação na missão da Igreja". Do encontro participaram ativamente, junto com os Bispos e Presbíteros das trinta e uma Dioceses de Minas e Espírito Santo, também os leigos representantes de comunidades eclesiais e movimentos. O fruto das reflexões do encontro, assim como foi aprovado na última assembléia plenária, apenas com pequenas modificações de redação, está contido neste relatório, que é agora oferecido às Igrejas do Regional

— às Dioceses e as suas paróquias, comunidades de base, movimentos, grupos e associações — para que estimule e ilumine a reflexão e a ação, principalmente no campo da formação e participação do laicato. O relatório também constitui uma contribuição à reflexão e ao debate que prepara o Sínodo dos Bispos de 1987.

O relatório, respeitando a dinâmica dos trabalhos em grupos, está dividido em quatro partes:

- I. A formação que os leigos desejam.
- II. A espiritualidade dos leigos.
- III. A participação na vida eclesial.
- IV. A missão na sociedade.

I. A formação que os leigos desejam

1. Objetivos

Os leigos desejam um tipo de formação que atenda, quanto possível, à pessoa na sua integridade, incluindo diversos aspectos:

- humano-afetivo, com vista à maturidade pessoal e ao desenvolvimento da capacidade de relacionamento com os outros;
- sócio-político, com vista à compreensão da realidade e das condições em que se pode concretizar a ação pela justiça e a libertação, com a ajuda da doutrina social da Igreja e de outros instrumentos de análise científica;
- bíblico-teológico, com vista à compreensão das verdades essenciais da doutrina cristã e ao desenvolvimento da capacidade de ler os fatos da vida à luz da fé;
- espiritual e litúrgico, visando à plena vivência da liturgia e, da oração pessoal;
- profético-missionário, com vista ao aprofundamento da fé e do compromisso na evangelização e no testemunho, em comunhão com a Igreja.

2. Metodologia

Os programas de formação dos leigos deverão se pautar pelas seguintes orientações metodológicas:

- 1.º - adaptação à realidade específica a que se dirige;
- 2.º - articulação com a experiência vivida dos participantes ou, de preferência, "formação na ação";
- 3.º - embasamento na verdade sobre Cristo, a Igreja e o homem, numa perspectiva de evangelização libertadora;
- 4.º - acentuação dos conteúdos relacionados com a missão específica dos leigos engajados;
- 5.º - animação confiada principalmente aos próprios leigos, que tenham condições de formar novos líderes ou comunicar e multiplicar suas experiências;
- 6.º - utilização positiva dos meios de comunicação social e crítica da influência da televisão e outros MCS;
- 7.º - intervenção nos ambientes menos acessíveis aos padres ou onde os leigos têm maior penetração (inclusive família e escola);
- 8.º - orientação dentro da pastoral de conjunto e da opção da Igreja pelos pobres;
- 9.º - metodologia inspirada no VER-JULGAR-AGIR-REVER (AVALIAR);
- 10.º - planejamento — acompanhamento constante — aprofundamento progressivo.

3. Instrumentos da formação

Como instrumentos da formação dos leigos, são utilizados atualmente e devem ser mais desenvolvidos:

- 1.º - as Comunidades Eclesiais de Base, particularmente naqueles momentos (círculos bíblicos, grupos de reflexão) que levam as pessoas a um aprofundamento consciente da sua fé;
- 2.º - a participação em movimentos populares e grupos de jovens, especialmente se acompanhada de reflexão adequada, na perspectiva da opção pelos pobres;
- 3.º - a participação nos diversos movimentos eclesiais (associações, Cursilhos, Movimentos

familiares, Vicentinos etc.), especialmente se adequadamente inseridos na pastoral da Igreja local;

- 4.º - a participação na própria ação pastoral, especialmente quando planejada e constantemente avaliada; a participação no Conselho Pastoral, que também pode promover encontros especialmente destinados à formação dos agentes de pastoral e dos leigos;
- 5.º - a participação na liturgia, particularmente na celebração dominical da Missa (cuja pregação deve estar voltada para a experiência de vida dos leigos) e nos momentos fortes, valorizados por iniciativas catequéticas e pastorais (Campanha da Fraternidade, Novena de Natal, Mês Vocacional, Mês da Bíblia etc.);
- 6.º - Cursos de formação teológica e escolas de pastoral, promovidos também em paróquias e localidades rurais, e Institutos permanentes de formação catequética nos centros maiores.

4. Questionamentos

Entre muitos questionamentos que se põem, destacamos:

- 1.º - O que podemos fazer para preparar o leigo para atuar como cristão no mundo, na dimensão "secular"?
O que podemos fazer, especialmente, para a formação dos leigos que atuam na política ou em setores da sociedade civil afastados da Igreja?
- 2.º - O que podemos e devemos fazer, *sistematicamente*, nas paróquias e comunidades, para oferecer aos católicos adultos, toda semana, além da Missa ou do culto dominical, uma outra oportunidade de reflexão e formação cristã?

II. A espiritualidade dos leigos

1. O que alimenta a espiritualidade dos leigos?

1. Serviço à comunidade, unido no Pastor e ao grupo.
2. A liturgia e, principalmente, a Eucaristia.
3. Romarias, novenas e outras expressões da religiosidade popular.
4. A luta concreta pela justiça e o compromisso com a libertação dos pobres.
5. Ação comunitária no intuito de transformar as estruturas sociais.
6. Ação concreta dos movimentos, associações e CEBs.
7. Leitura e Reflexão Bíblica.
8. Estudo de teologia.
9. Celebrar as vitórias e as lutas.
10. Freqüência aos Sacramentos, Retiros, Encontros, Cursos, Formação religiosa, Círculos Bíblicos.
11. Devção a Nossa Senhora, Semana Santa, Campanha da Fraternidade, Novena de Natal.
12. Homilias bem preparadas e adaptadas à linguagem e vida do povo.
13. Espiritualidade unida à ação.
14. Uma teologia que nasce do povo.

2. O que mantém viva sua fé e seu espírito apostólico?

1. A Bíblia.

2. A participação nos Sacramentos.
3. O contato pessoal com Cristo na Eucaristia e na Palavra.
4. O conhecimento da opção de Jesus e a coerência com esta opção.
5. O aprofundamento da fé.
6. Reflexão e ação em grupo.
7. A percepção, pelos leigos, de que a Igreja está caminhando.
8. Valorização da religiosidade popular.

3. O que enfraquece a sua espiritualidade?

1. Contra-testemunho de alguns membros da hierarquia, mas também de leigos. Radicalismos.
2. Clericalismo.
3. Ativismo sem um verdadeiro espírito evangélico. Às vezes, o leigo se dirige sozinho.
4. Mudanças freqüentes ou inadequadas de métodos e de pessoal, na ação da Igreja, dificultando a continuidade nas atividades e na reflexão.
5. Má distribuição de atividades, favorecendo espiritualidade individualista.
6. Falta de adaptação dos documentos eclesiais à linguagem do povo.
7. Falta de uma verdadeira Pastoral de Conjunto.
8. A impressão de que, às vezes, a hierarquia não vive os desafios que o povo enfrenta.
9. O fato de que, às vezes, os leigos não compreendem certas posições da Santa Sé com relação a problemas políticos e eclesiais da América Latina.

4. O que os leigos esperam de seus pastores?

1. A realização de uma Pastoral de Conjunto.
2. Maior abertura ao diálogo com os leigos.
3. Conversão permanente.
4. Comunicação mais eficiente entre os diversos organismos eclesiais locais.
5. Pluralismo de atividades e serviços que possibilitem a formação do laicato.
6. Formação de lideranças cristãs.
7. Que os pastores saibam e possam ouvir os seus fiéis leigos.
8. Que os pastores procurem uma maior comunhão fraterna com o laicato.
9. Que os pastores sejam profetas.
10. Que os pastores valorizem as CEBs e as pastorais específicas do meio popular (Pastoral da Terra, Pastoral Operária etc.).

5. Questionamentos

1. Como ajudar os leigos a entender as mudanças que estão acontecendo na religião?
2. Como elaborar e difundir uma teologia mais aberta, com uma visão mais abrangente da salvação, considerada não apenas no aspecto escatológico, mas nas suas implicações históricas, atuais, na vida cotidiana do cristão, teologia que ajudaria os leigos a encontrarem melhor o sentido e as formas da sua participação na Igreja?

III. A participação na vida eclesial

1. Qual a motivação que leva o leigo a participar ativamente da vida eclesial e da evangelização?

a) Motivações de ordem teológica

- o Batismo que nos fez membros da Igreja

- a Crisma, o sacramento da responsabilidade de adulto dentro da Igreja
- a Eucaristia, sacramento da caminhada
- a co-responsabilidade na missão da Igreja
- a Bíblia estudada em Comunidade, levando ao conhecimento de Deus, ao amor e engajamento para com o Reino d'Ele
- o despertar para assumir a missão, colocando-se a serviço da Igreja em vista da missão no mundo.

b) Motivações de ordem histórico-pastoral:

- abertura do Concílio Vaticano II e valorização dada aos leigos.
- interpelação criada pelos sinais dos tempos, levando o leigo a se definir e posicionar melhor; é a própria realidade de hoje que está chamando
- cursos teológico-pastorais, despertando visão mais clara e completa da Igreja
- opções pastorais das Igrejas locais e seus Pastores, dentro de uma Pastoral de Conjunto, em que o leigo encontra condições para assumir suas funções
- a organização mais aprimorada da pastoral, o que favorece o leigo de modo geral
- a caminhada da própria Comunidade onde o leigo se identifica, se descobre e é valorizado
- convocação feita pela hierarquia, fortalecendo a vocação batismal.

c) Motivações de ordem pessoal:

- necessidade de testemunhar Cristo e ser fermento, confirmando o chamado de Deus
- convicção motivada pelo testemunho e incentivo da hierarquia e outros cristãos
- clima de confiança no relacionamento entre leigos e hierarquia
- umas motivações são 'negativas': auto-promoção, prestígio, fuga do dever de estado...

2. Quais os motivos que dificultam tal participação?

a) Motivos gerais

- a carga histórica pesa muito negativamente: favorece a acomodação e o passivismo dos leigos
- a própria estrutura piramidal da sociedade leva ao passivismo
- estado de inferioridade da mulher dentro da Igreja ('Nós mulheres continuamos a trabalhar na Igreja por teimosia')
- celebrações desligadas da realidade
- falta de pedagogia em diversos setores.

b) Motivos determinados pelo clero

- clericalismo excessivo nas tarefas paroquiais
- alguns padres:
 - sentem-se donos da Igreja
 - não aceitam a vocação do leigo
 - temem que o leigo lhes tire a função e o lugar
 - resistem aos leigos: não os deixam assumir
 - não têm confiança
 - não dialogam
- falta de organização pastoral
- falta de conhecimento da Teologia do leigo.

c) Motivos decorrentes de atitudes dos leigos

- alguns leigos sentem-se donos da Igreja
- falta de formação
- fechamento dos movimentos

- acomodação devida aos ídolos de hoje
- medo de trair sua classe social
- medo, timidez, respeito humano, especialmente diante das renúncias que o engajamento exige
- o grave problema da perseguição com o perigo de ficar só e abandonado
- necessidades do trabalho impedem às vezes a maior doação dos leigos

3. Os leigos têm espaço adequado para a sua participação na Igreja?

A maioria acha que, em teoria, existem espaços para os leigos participarem. Mas, ao nível prático, há muito a desejar. Alguém até acha haver espaços apenas para ajudar, não para participar mesmo.

4. O que seria desejável fazer para melhorar?

- Formar os leigos a terem gosto de ser leigos.
- Formar os padres para eles serem mais aptos na preparação dos leigos.
- Pastoral nova, fruto de mentalidade nova.
- Leigos e clero juntos, criando consciência da unidade na caminhada.
- Saber distribuir responsabilidades.
- Os ministérios laicais obedeçam a certo rodízio e sejam temporários, para não clericalizar os próprios leigos.
- O leigo tenha mais clareza sobre sua função específica.
- O padre tenha mais tempo para o diálogo, a convivência com as famílias e as pessoas em geral, procurando relações mais personalizadas.

5. Questões para debate e reflexão

- a) Aprofundar as motivações teológicas: igualdade fundamental; carismas e serviços diferentes.
- b) Como evitar o monopólio das decisões e ações em vista de uma Pastoral de Conjunto?
- c) Quais os caminhos concretos para a "correção fraterna" e a ajuda recíproca entre padres e leigos?

IV. A Missão na Sociedade

1. O cristão tem um compromisso com a evangelização da sociedade? Por que?

O compromisso com a evangelização da sociedade nasce da própria essência do "ser cristão", e não simplesmente de uma delegação extrínseca. O cristão assume com os sacramentos da iniciação cristã (Batismo, Crisma, Eucaristia) a missão que Cristo confiou à Igreja: ser fermento transformador e libertador, construindo o Reino de Deus aqui e agora.

2. O que o leigo deve fazer prioritariamente para a transformação da sociedade?

Para a evangelização da sociedade, o leigo deve, prioritariamente:

- Conscientizar-se de sua missão. Conhecer e assumir o seu papel de leigo, *conhecer o que vai transformar*. Evangelizar-se para evangelizar. Aderir a Cristo e a sua mensagem. Descobrir na sociedade os anti-valores que se opõem ao Reino de Deus. A transformação deve atingir as raízes, as estruturas geradoras destes contra-valores.
- Ser um sinal da presença de Deus no mundo, através de um testemunho pessoal autêntico.
- Viver em comunhão fraterna e ser fonte irradiadora desta fraternidade.
- É necessário que haja a comunhão com a hierarquia, mas ter também uma autonomia sadia na atuação da sociedade.

3. Quais os instrumentos e as formas de organização de que os leigos precisam para realizar sua missão?

- O leigo não se sente bem preparado para assumir sua missão na Igreja. Que haja um trabalho maior em linha de formação, instrução e de espiritualidade para o leigo, bem como cursos de liderança, de formação da consciência crítica, de preparação para atuar em movimentos sociais e partidos políticos.
- Que haja uma abertura maior da Igreja para a participação do leigo, com um melhor reconhecimento do seu espaço de atuação na Igreja.
- Homilias bem preparadas.
- Catequese permanente em todos os níveis.
- Seriedade e continuidade na participação.
- Desenvolver instrumentos e formas de participação, como: CEBs, pastorais específicas, reforço das estruturas de participação em todos os níveis (conselhos paroquiais, diocesanos, regionais...), movimentos (dentro das opções pastorais prioritárias das Dioceses e da Igreja do Brasil).
- Descentralização do trabalho pastoral sob a orientação da hierarquia, a partir da comunhão e participação na elaboração das decisões, sem monopólio de alguns.
- Maior confiança no leigo por parte da hierarquia.

4. Questões para debate

- Quais são os valores que favorecem e os contra-valores que impedem a transformação da sociedade, à luz do Evangelho, em nosso Regional?
- Quais os passos a serem dados numa pedagogia de transformação libertadora?

5. SUL II

Assembléia Representativa do Povo de Deus, no Paraná

Com a presença de 135 representantes de todas as Dioceses do Paraná, ocorreu em Curitiba,

dias 13 e 14 de setembro de 1980, a 36.^a Assembléia Regional do Povo de Deus. Participaram 76 leigos (56,3%), 17 religiosas, 22 sacerdotes e 20 Arcebispos e Bispos de todo o Paraná. Foram 2 dias intensos de trabalhos, orações e convivência serena e

fraterna que culminaram nesta 4.^a etapa, pois os trabalhos tiveram início em maio nas Paróquias, depois nas Dioceses, em seguida nas Províncias Eclesiásticas e, por fim, a nível de Regional Sul II.

A Assembléia, que teve como tema central "Leigos no mundo atuando e se organizando como cristãos", aprovou um documento endereçado às comunidades, intitulado "CARTA AOS IRMÃOS DAS COMUNIDADES" e produziu ainda 6 anexos que terão seus textos estudados e homologados pela Presidência do Regional Sul II, em reunião marcada para os dias 14 e 15 de outubro corrente.

A Constituinte, os candidatos e a Igreja

Um dos anexos discutidos e já aprovado pela Assembléia refere-se à CONSTITUINTE. Foi formada uma comissão a nível estadual, com atribuições de criar diretrizes para melhor orientar o povo no processo constituinte. Fazem parte desta comissão um leigo de cada Diocese, e um Bispo de cada Província Eclesiástica, sendo eles: Dom Lúcio Ignácio Baungaertner, Dom José Maria Maimone, Dom Getúlio Teixeira Guimarães e Dom José Alves. A equipe teve sua primeira reunião em Campo Mourão, dia 27-09-86.

A pedido da Assembléia, esta comissão deverá elaborar uma "lista positiva" com nomes de candidatos pluripartidários à Constituinte, a serem apresentados como confiáveis. Desta lista os cristãos escolherão os de sua preferência.

Esta comissão tem ainda a tarefa de utilizar e intercambiar os materiais existentes nas Dioceses que visam a conscientização das suas comunidades e do povo em geral sobre a importância histórica, única e decisiva da eleição dos constituintes e elaboração da Nova Constituição Brasileira. Situam-se neste campo as cartilhas populares confeccionadas pela Arquidiocese de Curitiba, pela Diocese de Toledo e pela CPT (Comissão Pastoral da Terra).

Documentos a serem homologados

Os seis anexos, cujos textos serão homologados pela Presidência, tratam dos seguintes assuntos: *Educação, Meios de Comunicação Social, Constituinte, Reforma Agrária, Sindicalismo e Sínodo dos Bispos* a realizar-se em Roma, em 1987, sobre o tema *Leigos*.

Carta aos Irmãos das Comunidades

1. Pensando em tantos irmãos que vivem nesta Igreja que está no Paraná e que juntos formam o Povo de Deus, nós, leigos, religiosos(as), padres e bispos estamos escrevendo esta carta-relatório, para contar como aconteceram nossas pesquisas da realidade, nossa reflexão e conclusões, a respeito do tema da 36.^a Assembléia Regional "LEIGOS NO MUNDO ATUANDO COMO CRISTÃOS".

2. Durante a reunião que se realizou em Curitiba, dias 13 e 14 de setembro, procuramos fazer uma fotografia e uma radiografia de como vivem e atuam os leigos no mundo da educação, meios de comunicação social, Constituinte, Reforma Agrária, Sínodo dos Bispos sobre os leigos e outros campos de atuação dos leigos.

3. Começamos nosso trabalho estudando os relatórios vindos das 4 Províncias Eclesiásticas e que analisavam a situação do leigo no mundo, com seus desafios, causas e propostas de solução.

4. Eis uma síntese dessas propostas segundo os relatórios e os passos que estão sendo dados diante do tema: "Leigo no mundo atuando como cristãos".

Educação

5. Com relação ao assunto *EDUCAÇÃO*: os relatórios optam pela passagem de uma educação massificada, manipuladora, alienante e competitiva, para uma educação comunitária, tanto nas escolas confessionais, como nas do Estado e dos Municípios.

Educação que seja comprometida com a vida e a realidade de cada região, formando pessoas com senso crítico e verdadeiros agentes de transformação.

Optam ainda por uma Pastoral da Educação, onde se trabalhe por uma Educação integral evangélico-Libertadora nos seus objetivos, conteúdos, métodos e agentes.

Nesta educação seja reconhecida a pessoa do professor, valorizada sua competência profissional e as organizações existentes que ajudam o seu aprimoramento, em especial, a Associação de Educação Católica (A.E.C.). Sejam realizadas ou criadas as organizações de grupos de professores, pais e estudantes cristãos que levem à participação e comunhão de todos e a busca de solução a partir dos mesmos.

Mais uma vez, levantaram o assunto do Ensino Religioso, visto como parte integrante da Educação e que a Escola torne possível esta Educação no currículo e no horário escolar.

M.C.S.

6. Sobre os *M.C.S.*, reafirmaram o seu valor, reconhecendo, porém, a pouca presença efetiva dos membros da Igreja nos mesmos. Há ainda muita omissão, por comodismo, em aproveitar os espaços nos *M.C.S.* Diante de uma onda de permissividade, com tantos contra-valores, a nossa atitude é ainda de passividade e não de educação para um esclarecido senso crítico.

Julgaram urgente a organização e articulação da Igreja nos *M.C.S.* em geral e a formação de profissionais competentes para atuarem nestes meios de extraordinário valor para a Evangelização.

Constituinte

7. Diante da Constituinte, os relatórios dizem que as Dioceses:

Acolhem e assumem o Doc. da CNBB: — "Por uma nova Ordem Constitucional" e consideram omissão grave a nossa não participação no processo de uma Educação Política que visa a unir, organizar, esclarecer e conscientizar o povo a respeito dos valores básicos e dos direitos fundamentais que devem ser incluídos na nova Constituição.

Com relação aos candidatos à Constituinte, uns pedem uma lista de nomes, outros apenas sugerem que se levem em conta os princípios e critérios apresentados pela CNBB e que descrevem o

perfil do candidato, ajudando a educar o senso crítico do eleitor.

Para conseguir isto, quase todas as dioceses estão elaborando subsídios (grupos de reflexão), promovendo debates e encontros sobre os temas da carta da CNBB.

Reforma Agrária

8. Os relatórios optam por uma Reforma Agrária, autêntica ampla e participativa, considerando que a terra é um Dom de Deus para todos e deve ter uma função social, em vista do Bem Comum.

Reafirmam de modo claro o apoio das nossas Igrejas, nas lutas dos trabalhadores rurais e dos acampados que são numerosos em nosso Estado.

Em contato com os acampados, vemos que são vítimas de uma política agrária injusta, e aqueles que são imbuídos de princípios humanos cristãos são verdadeiros apóstolos anônimos de uma Reforma Agrária, que desejamos seja mais agilizada por nossas Autoridades Estaduais e Federais.

Sínodo dos Bispos

9. Os relatórios trataram também de nossa preparação para o próximo *Sínodo dos Bispos* sobre os Leigos, a realizar-se em Roma, em 1987.

Sentimos que devemos nos preparar mais e melhor para este acontecimento com estudos e orações.

Muitos depoimentos chamaram nossa atenção sobre o nosso Batismo e Crisma como razão de nosso compromisso para criarmos um mundo mais justo e fraterno.

Outros campos de atuação dos leigos no mundo

10. Para ilustrar este assunto, foram apresentadas, durante a Assembléia, experiências pastorais quer no aspecto da evangelização como de promoção humana integral.

Na descrição dessas experiências, a figura de Jesus, a Bíblia, os Documentos da Igreja foram os pontos de referência para orientar nossas reflexões e nossas atitudes.

11. No relatório das experiências, foram aparecendo algumas constantes, a saber:

— Importância da união entre leigos engajados;

— Necessidade de cultivar uma consciência crítica diante dos fatos da realidade;

— Estratégia de não trabalhar apenas *para* os outros, mas *com* os outros;

— Urgência de uma formação permanente que fomente agentes de transformação e de mudanças.

Os Assessores

12. Em nossas reflexões, fomos assessorados pela Comissão Nacional dos Leigos, que nos ajudou a responder algumas perguntas desafiantes, tais como:

— Qual é mesmo a identidade do Leigo?

— Quem somos nós no mundo?

— Por que agimos? ou razões de nosso engajamento?

13. À luz do Concílio, os Assessores revela-

ram a importância de superar a antiga separação entre o Clero e leigos, mostrando que todos, como membros do Povo de Deus, participamos de maneira diferenciada, na mesma missão de evangelizadores. Chamaram a atenção sobre a necessidade prioritária da formação mais intensiva e permanente do laicato, recordando quanto a Igreja já vem investindo e investiu na formação do Clero.

14. Alargaram as visões sobre uma Igreja, toda ela descentralizada em serviços e ministérios. Mostraram um leigo, não apenas objeto, mas sujeito do trabalho pastoral, sobretudo nas Comunidades Eclesiais de Base — que são uma obra prima do trabalho da Igreja no Brasil e na América Latina.

15. Demonstraram também que a opção preferencial pelos pobres modificou a composição de nossos Conselhos Diocesanos, exigindo por outra parte uma nova linguagem e atenção para novos projetos de participação e de libertação.

A Mulher

16. Entre os novos projetos, salientaram a importância e a presença da mulher como agente insubstituível de pastoral.

17. Focalizaram as tensões que os leigos engajados encontram para discernir a sua atuação no campo específico da Política e o apoio que necessitam de seus irmãos Pastores.

18. Foram dados esclarecimentos sobre alguns organismos ligados à CNBB e que procuram articular os membros do Povo de Deus em nível nacional, a saber: Comissão Nacional do Clero — Comissão Nacional de Pastoral e Conselho Nacional dos Leigos.

19. Insistiram na importância de todos os organismos Nacionais, Regionais e Diocesanos atuarem em profunda unidade com a Hierarquia.

20. No 2.º dia da Assembléia, foram retomados os trabalhos em círculos e plenários e daí surgiram propostas.

Conclusão

21. Esta 36.ª Assembléia Regional do Povo de Deus, que contou com a presença de 76 leigos(as), 17 religiosas, 22 padres, 20 bispos, num total de 135 participantes, foi para todos nós uma experiência de comunhão, participação e de diálogo.

Os relatórios vindos das dioceses e os dias de estudos fizeram uma radiografia da situação e do papel do Leigo em nossas Igrejas e despertaram propostas de ação.

Por Graça de Deus, a hora dos Leigos está raiando. O próximo ano de 87 é um ano de esperança. Dois grandes acontecimentos desafiam nossa criatividade:

O Sínodo dos Bispos sobre os Leigos que será o Sínodo da maioria dos Leigos na Igreja — e a elaboração da nova Constituição que visa à criação de uma sociedade brasileira mais participativa, justa e fraterna.

Confiamos no Espírito Santo que nós Cristãos haveremos de ser dignos desta hora única e privilegiada de nossa história.

Curitiba, 14 de setembro de 1986.

4. Leigos nas CEBs, nas Pastorais Específicas, nos Movimentos

1. OS LEIGOS NAS CEBs

A Autoconsciência Eclesial do Leigo nas CEBs

Pe. Pedro Gilberto Gomes, S.J.

Introdução

Nos dias de hoje, as Comunidades Eclesiais de Base são uma feliz realidade na América Latina. Esta realidade é reconhecida pela III Conferência do CELAM, realizada em Puebla, quando diz:

“As Comunidades Eclesiais de Base que em 1968 eram apenas uma experiência incipiente amadureceram e multiplicaram-se sobretudo em alguns países. Em comunhão com seus bispos e como pedia Medellín, converteram-se em centros de evangelização e em motores de libertação e desenvolvimento. A vitalidade das CEBs começa a dar seus frutos: é uma das fontes de onde brotam os ministérios confiados aos leigos: animação de comunidades, catequese, missão”. (1)

A vida eclesial que pulsa nestas comunidades de base começa a demonstrar um papel mais ativo do leigo em sua organização, coordenação e atuação. Contudo, antes de detalharmos melhor este papel, é conveniente apreciar a própria definição do leigo na Igreja atual. Definição de leigo que cobrou sentido mais amplo e consciente no Concílio Vaticano II, mormente na Constituição sobre a Igreja.

“Pelo nome de leigos são compreendidos aqui todos os cristãos, exceto os membros de ordem sacra e do estado religioso aprovado pela Igreja. Estes fiéis pelo batismo foram incorporados a Cristo, constituídos no Povo de Deus e a seu modo feitos partícipes do múnus sacerdotal, profético e régio de Cristo, pelo que exercem sua parte na missão de todo o povo cristão na Igreja e no mundo. A índole secular caracteriza especialmente os leigos.” (2)

Por sua vez, o Documento de Puebla afirma que “o leigo se situa por vocação na Igreja e no mundo. Membro da Igreja, fiel a Cristo, acha-se comprometido na construção do Reino em sua dimensão temporal. Em íntima comunicação, com seus irmãos leigos e com os pastores, nos quais vê seus mestres na fé, o leigo contribui para construir a Igreja como comunidade de fé, de oração, de caridade fraterna e faz isto por meio da catequese, da vida sacramental, da ajuda a seus irmãos”. (3)

Tendo esta dimensão do leigo bem clara, convém examinar como está a sua autoconsciência nas Comunidades Eclesiais de Base. Esta autoconsciência vai ser dimensionada em seis pontos, embora reconheçamos que muitos outros poderiam ser enfocados. Estes seis pontos são: 1) Reconhecimento do leigo como membro do Povo de Deus; 2) O leigo assumindo a organização eclesial; 3) O leigo sendo sujeito dos vários ministérios; 4) O leigo assumindo a palavra na comunidade eclesial; 5) O leigo sendo agente missionário; 6) O leigo realizando a unidade fé e vida.

1. Reconhecimento do leigo como membro do Povo de Deus

“Na eclesiologia, povo é uma categoria central: pode mostrar-se relevante apurar o conteúdo próprio desta categoria.” (4) Segundo este autor, na Bíblia encontramos três termos que em português são traduzidos por “povo”. Estes termos são: “Laos”, povo eleito, e que na Bíblia é um conceito teológico: sempre indica Israel; “Ethnos”, que significa povo pagão, sempre usado no plural (“Ethné”); e “ochlos”, povo, gente simples, marginalizada, massa, multidão. “Mais especificamente, porém, indica ‘ochlos’ dentro do ‘laos’, aquela massa popular que (aos olhos de outros) não tem identidade, o pessoal que politicamente não tem importância, gente pobre e desprezada.” (5)

Deste modo, se aceitamos a distinção de Groenen, convém fazer um paralelo com o leigo na Igreja em geral, mas particularmente no Brasil. O leigo que agora toma consciência de sua identidade nas Comunidades Eclesiais de Base poderia ser comparado a um “ochlos” dentro do “laos” da Igreja. Era marginalizado, não tinha voz, nome, identidade. Era massa passiva que recebia dos agentes de pastoral, e da hierarquia em geral, o conteúdo de sua fé, a direção de sua práxis, o objeto de sua eleição. Ouvia e não falava; recebia, não dava. Não porque não soubesse falar, ou que não tivesse nada a dar. Pelo contrário. O que se passava era que não se lhe reconhecia a identidade de Povo de Deus, de “laos”. Era simplesmente massa, o “zé-povinho”, o “ochlos”.

Isto começa a mudar com o surgimento das diversas Comunidades Eclesiais de Base. Este povo se descobre e se define. O leigo conscientiza-se, num longo processo de maturação, que pode ser apreciado pelo testemunho das diversas comunidades, consubstanciado nos relatórios realizados para os encontros intereclesiais de base. (6)

Convém salientar que esta autoconsciência aparece nos relatórios com a linguagem simples, às vezes chula, do homem do povo, mas que revela a densidade da vida que pulsa no interior destas comunidades. Esta realidade de Povo de Deus teve a sua expressão teórica no Concílio Vaticano II. Em muitas passagens da Constituição sobre a Igreja, encontramos explicitada esta realidade fundamental para a vida da Igreja que, por muitos anos, embora não negada, havia sido negligenciada. (7)

Contudo, a reafirmação tão importante do Concílio era ainda uma teoria e não chegava à prática concreta da Igreja. Os leigos ainda não haviam experimentado o que significava na prática ser membro do Povo de Deus. Esta consciência prática, nos parece (embora não somente), veio com o desenvolvimento das Comunidades Eclesiais de Base. Nelas, o leigo é leigo e simplesmente leigo. A Igreja começa a ter para ele um novo

sentido. Sente-se responsável, sente-se Igreja, conforme se pode perceber pelos diversos depoimentos. Afirmando as comunidades: "Leigo já significa o trabalhador na base. E esta palavra recupera o seu sentido: membro do povo". "O que se faz — o povo se reúne uma vez por semana em grupo de 20 a 30 pessoas, nos diferentes pontos do bairro (setores)." (8) Parte-se para uma ação, para um aprofundamento maior da parte do leigo que experimenta existencialmente a sua pertença ao Povo de Deus. (9) Esta vida em comunidade, esta maneira de viver a sua fé é compreendida como uma pedagogia libertadora porque o povo faz a experiência de sua capacidade e descobre que não é tão ignorante como pensava, ou como queriam fazê-lo acreditar que era. Portanto, "as CEBs se definem cada vez mais como um movimento de leigos". (10) Todos estes depoimentos, estes testemunhos, nos fazem ver de uma maneira muito simples, mas também muito profunda como o leigo, nas Comunidades Eclesiais de Base, toma consciência de sua pertença ao Povo de Deus. São as CEBs, realmente, a consciência prática do enunciado teórico do Concílio Vaticano II sobre a dignidade do leigo na Igreja.

2. O leigo assume a organização eclesial

Como conseqüência do fato de haver um reconhecimento do leigo como membro do Povo de Deus, surge o compromisso deste mesmo leigo em organizar a comunidade eclesial. Começa ele a descobrir a Igreja como sua e vê a importância de ele participar na sua organização. A importância de entrar num processo, do qual antes estava fora, muitas vezes por omissão sua, ignorância do seu papel, mas também por açambarcamento da Igreja pelos dirigentes pastorais, é percebida experimentalmente pelo leigo. Nas CEBs esta consciência está crescendo. Os líderes que começam a assumir a organização surgem de diversos movimentos. Isto é o que constata a Igreja de Liberdade, quando diz que "destes movimentos apareceram os primeiros líderes da comunidade: coordenadores de setores, visitantes, orientadores de batismo". (11) Numa outra constatação com respeito a estes líderes, notamos que na sua maioria são gente considerada incapaz pelos critérios do "mundo". Gente simples que se reúne e começa a ter uma participação já esquecida na Igreja de Deus. Isto se demonstra pelo testemunho de algumas comunidades quando analisam o seu grupo de fiéis. (12) Este testemunho nos recorda muito o que diz São Paulo a seus fiéis da cidade de Corinto. (13) Este povo simples, humilde, teve reconhecidos seus valores, sua força. Este povo humilde, antes nunca considerado, agora se reúne e se organiza num colégio paroquial. Este colégio seria um conselho que garanta a existência da comunidade para que esta possa receber os serviços do culto e dos sacramentos. (14)

Esta organização eclesial assumida pelo leigo pode ser tematizada em alguns pontos referenciais. Existe, na base, uma construção da Igreja. Isto não significa que simplesmente a Igreja emane das bases. Significa, isto sim, que as bases, em comunhão com seus pastores, organizam e constroem a sua Igreja que se verifica nestas mesmas bases. Isto aparece nos depoimentos e objetivos de muitas

Igrejas particulares. Dentro desta Igreja viva que se constrói, aparece tensão quando algumas pessoas não compreendem o que acontece e se assustam, mas a confiança permanece. (15) Deste modo, motivados pelo Espírito do Senhor, em comunhão com seus pastores, os leigos assumem a criação de sua Igreja. Esta Igreja construída pelas bases pode ser definida como uma Igreja viva. (16) Esta Igreja, por ser viva, afirma a autonomia da comunidade (17) e assume decisivamente a sua fé e anima a vida religiosa. Este assumir comunitário é visto pelas diversas comunidades como um sinal de libertação. (18) Os diversos relatórios demonstram uma crescente tomada de consciência da parte do leigo que, por isso, assume a organização eclesial como inerente a sua fé.

3. O leigo é sujeito ativo dos diversos ministérios

Dom José Maria Pires afirma que os leigos "vão deixando de ser considerados meros auxiliares do padre e executores das ordens da hierarquia e começam a sentir-se com direito de participação no processo decisório, embora reconhecendo que, pela natureza da instituição, a última palavra cabe, de direito, à hierarquia". (19)

Esta consciência do leigo, de sua dignidade, de sua responsabilidade dentro do Povo de Deus, o faz assumir gradativamente o papel de sujeito ativo dos diversos ministérios. Ministérios que, por sua própria natureza, lhe competem. Para não haver confusão com os ministérios ordenados, cabe salientar que assumimos a distinção feita num Documento publicado pela CNBB. (20) Segundo este Documento, as iniciativas que podem favorecer o surgimento dos ministérios podem ser expressadas como a convivência comunitária com o povo simples, humilde e pobre da parte de algumas pessoas dos quadros da Igreja, o próprio caminhar do povo que espalha a prática das CEBs e as pesquisas realizadas para ver quais são as maiores necessidades do povo. (21)

Esta consciência de que o leigo deve ser o sujeito ativo dos vários ministérios que surgem nas CEBs é uma consciência coletiva que se adquire aos poucos, numa progressão cada vez maior. Fruto desta consciência, "multiplicam-se os grupos, as equipes, os serviços (ou ministérios)". (22) Há um caminhar, é um processo. Esta consciência coletiva se explicita também quando os serviços da comunidade são tomados como um projeto comum, e não como um problema individual de cada pessoa. Por isso mesmo, é compreendida como um momento de explicitar um novo tempo de Igreja, como o dizem expressamente algumas comunidades. (23)

Estes ministérios dos quais os leigos são sujeitos ativos não surgem de fora para dentro da comunidade. Ao contrário, para serem realmente serviços devem partir das necessidades próprias das diversas comunidades eclesiais. É o que nos demonstra uma comunidade, quando diz que "os ministérios (...) precisam ser repensados e apresentados como resposta às verdadeiras necessidades destas comunidades". (24) A partir destas necessidades, escolhe-se as pessoas capazes de assumir estes serviços. (25) A escolha dos responsáveis se dá através de um lento e gradual processo de formação. (26)

Normalmente estas tarefas são distribuídas pelo Conselho conforme os dons de cada pessoa, embora haja casos em que o procedimento seja diverso. O grau de responsabilidade com que são assumidas também difere um pouco. Depende das pessoas. Os tipos de ministérios que surgem nas CEBs e que são assumidos pelos leigos são os mais diversos, dependendo da tradição de cada Igreja. Por isso, são apontados como ministérios nas comunidades: sacristão, animador da liturgia, animador da reflexão bíblica, catequista, orientador de noivos, farmácia, animador de pais e padrinhos, ajuda mútua, promoção e administração. (27) Na Igreja de Jales, "os trabalhos foram divididos em três setores: culto, arte popular e trabalhos comunitários. Como disse um dirigente: 'tudo se passa como uma árvore, que tem seu tronco que dá vida a três ramos que vão produzir os frutos'". (28) Como se pode depreender destes diversos relatórios, as comunidades organizam seus ministérios a partir de suas necessidades, tanto no campo religioso, como social. Isto porque se pode detectar duas classes de ministérios que surgem nas CEBs: os tradicionais e os novos ministérios. Assumindo a posição do Estudo da CNBB (29) que situa os ministérios em diaconais e sacramentais e em consonância com o que se disse sobre os tipos de ministérios que surgem nas CEBs, pode-se dizer que os ministérios tradicionais seriam aqueles ligados aos sacramentos. Neste campo, o leigo assume um papel preponderante na preparação dos fiéis para o seu recebimento. A própria comunidade se encarrega de dirigir a preparação e, na falta de sacerdote ou outro ministro ordenado, também a sua administração. (30) Por outro lado, os novos ministérios que surgem nas CEBs estão ordenados ao serviço da comunidade. Por isso, podem ser caracterizados como ministérios diaconais, ministérios de serviço.

Nesta linha ordenam-se todos aqueles serviços que brotam das necessidades e da vida de reflexão da comunidade e a fazem se abrir para o mundo, preocupando-se com seus problemas e suas resoluções. Cada comunidade possui um coordenador leigo que exerce o carisma real dentro da comunidade, para aceitar a definição dada pelo Documento da CNBB anteriormente citado. Carisma real porque o carisma sacrificial pertence ao ministro ordenado, ao presbítero. Cada comunidade abre-se aos problemas de sua realidade concreta, já seja os problemas inerentes a sua condição urbana, como locomoção, água, luz, calçamento, participação em sindicatos de classes, preocupação com os enfermos; pobres, desempregados, conscientização política dos seus membros; já seja os problemas de sua condição rural, como o problema da terra, posseiros, sindicato rural, escola, escoamento dos produtos, cooperativas, saúde... Estes serviços concretos são assumidos concretamente pelos leigos, como algo de sua estrita competência. Este compromisso brota como fruto da reflexão evangélica no seio da comunidade eclesial, suscitada pelo Espírito de Deus. É a autoconsciência das CEBs neste campo que se nota nos diversos relatórios das comunidades.

Como explicitação destes relatórios, convém nomear alguns. A comunidade de Santa Margarida, tentando formar um povo, a primeira coisa que fez foi levantar "alguns problemas que acha-

mos mais graves e pensamos dever enfrentar: foram estes: posto de saúde, luz, esgoto, córregos e enchentes" e nomeou uma comissão encarregada. Examinou o motivo de suas enfermidades e detectou problemas de salários, moradias, higiene, fossa, poço. O mesmo realizou quanto ao transporte coletivo, escola etc. E estes trabalhos são feitos em união com outras organizações que transcendem o âmbito da comunidade eclesial. (31) Na Vila Rubim, encontramos diversas equipes funcionando: a equipe do Conselho Paroquial, equipe de promoção social, do dízimo, da conscientização, de recepção, através das quais a comunidade realiza sua atuação no seu meio social e se encarrega destes novos serviços, nascidos como fruto de uma necessidade real da comunidade. (32)

4. O leigo assume a palavra na comunidade eclesial

Com o desenvolvimento das comunidades e a conseqüente valorização da figura do leigo dentro da Igreja, este começa a assumir a palavra dentro da comunidade. A experiência que tínhamos, quanto à figura do leigo, era a de um grupo amorfo que participava dos diversos atos da Igreja como ausente. Passivo, recebia tudo; ouvinte, não dizia nada. Parece que esta situação está experimentando uma mudança gradativa, mercê, em grande parte, da atuação e desenvolvimento das CEBs.

Esta mudança é notada em vários níveis, a partir do relato das experiências das diversas comunidades. Além de perder o medo e de começar a dizer a sua palavra dentro da comunidade, a atuação do leigo começa a fazer sentir a sua força na criação de novos tipos de comunicação para responder a sua crescente conscientização e na revitalização dos veículos tradicionais de comunicação eclesial.

Ao descobrir-se com coragem para dizer a sua palavra dentro da comunidade, o leigo começa a descobrir-se como pessoa que tem algo a dizer para si e para os outros; começou a descobrir-se como alguém com uma experiência de vida digna de ser participada. (33)

Desta consciência aflora a percepção da dignidade própria como pessoa, como gente. (34) Aqui os marginalizados podem falar. Por isso, nesta descoberta de si pela comunicação de sua palavra, quem mais se encontra é o povo simples. Porque se encontra como gente, dizendo a sua palavra o leigo começa a comunicar suas experiências. Comunica suas experiências e descobre a experiência original que motivou alguma celebração e que hoje possui seu sentido deturpado. (35)

Como conseqüência de todo esse processo de descobrimento do valor de sua palavra na comunidade eclesial o leigo desperta para a realidade dos seus problemas e os verbaliza de forma expressa na comunidade. Isto ele o faz ao compartilhar com seus irmãos na oração comunitária, nos encontros e reuniões em geral. (36) Através de inúmeros depoimentos das bases (37), detecta-se uma coragem aflorando no meio do povo. O Evangelho fortalece, ilumina a visão desta gente simples que, analisando a sua vida, sente com mais dor os problemas que a afligem. Portanto, este descobrir-se como autor de sua vida, sujeito de sua palavra, e não como mero

expectador passivo, é percebido pelas comunidades como um sinal de libertação. (38)

Este assumir o leigo a sua palavra na comunidade eclesial tem conseqüências importantes. Pois ele começa a influenciar dentro da comunidade propondo um novo tipo de comunicação, uma maneira nova de expressão, uma nova linguagem. Isto é patente quando se nota, a partir dos relatórios das bases, um crescimento na participação laical em toda a vida da Igreja. Esta participação se expressa nas Assembléias Pastorais. (39) Os documentos produzidos pelo povo das comunidades comportam diversas formas e matizes. Por exemplo, é costume do povo falar em parábolas, como testemunha uma comunidade, ou traduzir as parábolas para a sua realidade. (40) Porém, a expressão mais patente desta realidade do povo tomando a palavra, deu-se no Encontro Intereclesial de João Pessoa. No final deste encontro, os participantes escreveram diversas cartas, entre as quais estavam uma dirigida aos bispos em Puebla e outra ao Papa João Paulo II. (41)

Porém, a influência do leigo não se restringe a estes novos canais de comunicação eclesial. A vida que brota das comunidades, como uma seiva, penetra desde as bases e vai atingindo, com lentidão, mas com tranqüilidade, todos os setores da vida da Igreja. Os veículos tradicionais de comunicação vão se transformando em virtude desta participação laical. Um exemplo típico é a transformação sofrida por inúmeros Boletins Diocesanos, antes órgãos divulgadores do bispo, agora voz oficial das bases, como testemunha Dom José Maria Pires. (42) Estes boletins mereceram diversos estudos sobre o seu conteúdo de comunicação. (43) A influência das comunidades de base sobre estes boletins se faz sentir através dos testemunhos das diversas Igrejas. Nestes testemunhos, as comunidades aparecem não só usando destes meios, refletindo sobre eles, mas também se encarregando de sua produção e circulação. (44) Isto demonstra, de alguma maneira, a importância que as comunidades emprestam a estes pequenos veículos de comunicação; a transformação operada neles pela ação das comunidades; a transcendência dos mesmos para fora do âmbito puramente eclesialístico para ser órgão de comunicação das CEBs. E este é mais um testemunho de que a consciência do leigo está crescendo e ele começa a assumir a sua palavra dentro da comunidade eclesial.

Contudo, no dizer de Dom José Maria Pires, "foi certamente no culto que se processaram as modificações de linguagem mais profundas e sensíveis. Os católicos nunca puderam criar nada no campo da liturgia". (45) Esta situação começou a mudar quando o Concílio Vaticano II abriu caminho para a reforma litúrgica, através de seu decreto "Sacrosanctum Concilium". (46) Esta possibilidade prática (ou teórica) ganhou corpo através das CEBs. E é isto que emerge dos diversos relatórios das comunidades de base espalhadas ao longo do território nacional. (47) A participação do leigo nas liturgias aumenta, segundo o testemunho das comunidades, quer na adaptação do culto à realidade local, quer como assumindo a sua palavra dentro do culto. (48) O interessante é que o leigo, ao começar a dizer a sua palavra na Liturgia, começa a assumir a direção da mesma, entendendo a Liturgia como a oração da comunidade que se reúne

para rezar sobre o Evangelho. Vale a pena ter presente a descrição que a comunidade de Vila Rubim, após dizer que suas celebrações são dirigidas pelo sacerdote, salvo se este está fora, faz de sua celebração. (49) Neste depoimento aparece a coragem que o leigo tem ao assumir a sua palavra dentro da Liturgia.

Com todos estes testemunhos das diversas comunidades, pode-se ver como realmente o leigo começa a dizer a sua palavra dentro da comunidade eclesial. Palavra que se expressa de diversas formas, atinge diversos matizes, adquire diferentes graus de profundidade e de consciência. Porém que demonstra que aqui pode estar surgindo algo novo, algo questionante que merece ser olhado com atenção. De repente o leigo acordou. Deixou de ser o expectador passivo de uma Liturgia, de uma comunidade que nada tinha a lhe dizer, para começar a vivê-la como algo seu, algo próprio, expressão de sua própria vida e agente questionador de sua existência.

5. O leigo é agente missionário

A autoconsciência do leigo nas CEBs se manifesta na assunção que este realiza de sua vocação missionária. No momento em que descobre o seu papel, no momento em que se descobre como membro do Povo de Deus, desperta também para a importância do trabalho missionário, para a transcendência da evangelização. A vida que ele descobre, a consciência que cobra, não a guarda para si, mas se empenha em que outros realizem a mesma descoberta que ele. Sai por todos os lados falando e pregando a mensagem que ouviu. Este aspecto da missão aparece nos objetivos das comunidades. (50)

Esta consciência de missão se experimenta dentro do contexto da própria comunidade local, onde os membros das CEBs procuram fazer com que todos conheçam suas experiências no campo eclesial. Realizam e pedem missão nas comunidades. (51)

É muito viva a consciência de que se necessitam mais pessoas dispostas a assumir a evangelização; mais pessoas para responder as perguntas feitas pelo povo. Muitas vezes, a ação missionária se corporifica, para as comunidades, numa ação concreta dentro da sociedade. (52) Aliás, este é o tom que adquiriram os diversos testemunhos quando punham a dimensão da atuação concreta dentro da comunidade: a conscientização de seus irmãos. Poder-se-ia dizer que a ação missionária dentro da comunidade se expressa em fazer de todos a consciência a que se chegou na comunidade.

Porém, a ação dos leigos como membros das comunidades de base transcende o âmbito de sua pequena comunidade. Espraia-se por todos os lados. E isto acontece por vários motivos. O primeiro deles poderia ser articulado como o desejo de transmitir a vida que vivem. Depois o fato mesmo de que, sendo muitas comunidades do meio rural, assistimos a um verdadeiro êxodo para os centros urbanos. A vivência adquirida na comunidade de origem leva os seus diversos membros a um esforço de recriá-la em seu novo habitat. Principalmente na zona do Nordeste brasileiro, onde a seca todos os anos ocasiona uma verdadeira migração para o Sul. Outro motivo também é o desejo

de comungar com outras comunidades, sentir a mesma vivência e o mesmo apoio, o desejo de não se fechar em si mesma, como um gueto fechado. Esta é a realidade que se pode detectar dos diversos depoimentos comunitários. Isto se faz de vários modos. As comunidades enviam representantes em visitas para "bater um papo" e trocar experiências; enviam representantes para animar outras comunidades. Este intercâmbio e este espírito missionário é animado por encontros realizados por diversas comunidades. E isso é visto como um sinal de libertação. (53) Além deste constante visitar-se para se apoiar, se animar e trocar experiências, parte das comunidades um dinamismo missionário que visa transmitir sua vivência de Igreja e fundar novas comunidades. Este sair de si, para, num espírito missionário, formar novas comunidades, leva as comunidades a descobrirem que possuem muitos problemas em comum. (54)

É esta autoconsciência dos leigos a respeito de sua ação missionária que emerge dos diversos relatórios. A tarefa missionária, consequência da experiência de Jesus Cristo vivida em comunidade, agora é encarada como tarefa de toda a comunidade cristã. Não mais, como era costume acontecer, se observa o cruzar de braços dos leigos, enquanto os sacerdotes e religiosos se encarregavam da tarefa missionária. É a conscientização da parte dos leigos do fato de que "Cristo morreu de braços abertos para que não cruzássemos os nossos". Esta realidade salta aos olhos quando se lê com atenção os diversos depoimentos das várias CEBs.

6. O leigo é realizador da unidade: fé e vida

Uma última característica desta autoconsciência eclesial do leigo é que, baseado na Bíblia e na realidade, a sua reflexão da fé realiza a unidade entre fé e vida. (55)

A tentativa de realizar esta síntese entre a fé e a vida é expressada em diversos momentos pelas Comunidades Eclesiais de Base. Palmilhando os diversos relatórios, encontramos as pegadas desta consciência, onde o leigo emerge como agente ativo e consciente desta síntese de vida. A primeira coisa que salta aos olhos de quem lê os relatórios das diversas comunidades é o fato de que elas usam profusamente o método do ver, julgar e agir. Método este que foi consagrado pelas Conferências do CELAM em Medellín e Puebla.

Ao usar este método, para realizar ou tentar realizar a unidade entre fé e vida, o leigo descobre-se conscientizando os diversos indivíduos que compõem a comunidade. Conscientizando-os para uma realidade antes adormecida, talvez esquecida: sua dignidade, sua condição de sujeito ativo da história. Por isso mesmo, busca-se "levar o povo a tomar consciência do seu valor como pessoa e como povo". (56) Esta realidade está presente em quase todas as comunidades e reflete-se no testemunho que as comunidades dão de sua vida.

Ao refletir sobre o Evangelho, nos seus círculos bíblicos, os leigos examinam a sua vida e tomam consciência dos inúmeros problemas que existem na comunidade. (57) Estes problemas são detectados no trabalho, onde não se vê a real valorização; na família, onde existem enormes diferenças entre pais e filhos, entre os esposos; na convivência social, onde não se vê uma real cooperação,

nem uma união em torno de um objetivo comum. (58) Os problemas podem ser coisas muito concretas dentro da comunidade, que dizem respeito ao cotidiano das pessoas e a seus direitos e deveres, como por exemplo a Lei da Renda.

Os problemas percebidos, conscientizados dentro das comunidades pela reflexão do Evangelho, levam os leigos a um compromisso maior na sua ação prática. A comunidade maior, ainda que não pertencendo a uma CEB, percebe que os membros desta estão profundamente comprometidos com seus problemas e não se fecham sobre si mesmos, formando um gueto. As próprias comunidades expressam este comprometimento de seus membros, ou ao menos o desejo de comprometer-se, nos diversos relatórios. Uma comunidade, ao selecionar os casos mais significativos em termos de caminhada da Comunidade Eclesial de Base, entre outros, aponta o fato de que existe uma "abertura e interesse efetivo pelos problemas sociais do bairro". Por isso mesmo, as comunidades demonstram um desejo de "assumir sempre mais a realidade humana", havendo "gestos significativos de compromisso com os direitos da pessoa humana". (59).

O compromisso com esses problemas está vinculado à consciência de ser batizado e, consequentemente, cristão. É a mesma consciência que leva a pastoral de periferia de uma comunidade a comprometer-se em resolver o problema dos loteamentos clandestinos. E assim, um problema de todos passou a interessar a comunidade. (60)

Este comprometimento se expressa também em comemorar as datas significativas para o povo, por exemplo o dia 1.º de maio, denunciando as injustiças contra o trabalhador.

Frente a todos estes problemas, aos leigos resta a consciência de que se deve "viver os problemas e assumi-los como nossos". (61)

Ao perceber os problemas que existem na comunidade, ao tomar consciência do seu papel na sociedade, fruto duma reflexão evangélica que o chama a comprometer-se, o leigo descobre-se assumindo o desenvolvimento integral de seus irmãos e seu próprio. Este desenvolvimento integral adquire nos relatórios os mais diversos matizes, quase todos eles ligados ao termo "libertação", mas que significam sempre uma consciência de que deve se processar uma mudança nas relações experimentadas. Esta consciência leva a um "treinamento dos animadores dos grupos". Noutra comunidade, este desejo de assumir o desenvolvimento integral se expressa como um valor, quando afirma que há "um interesse em desenvolver a comunidade sob todos os aspectos". Na linha de Medellín, afirma-se que um dos objetivos da Igreja é "cada um comprometer-se com o desenvolvimento integral do homem da região". (62)

Por outro lado, ao refletir sobre o Evangelho e ver a necessidade de realizar a unidade fé e vida, o leigo descobre também que a sua vida cristã deve ser levada a sério. E isto de várias maneiras e em vários momentos vitais de sua vida. Existe um comprometimento mais profundo que surge, justamente, por exigência radical da mensagem cristã vivida em comunidade. É o que afirmam várias comunidades. (63) Consequência desta seriedade da vida cristã, os grupos de Evangelho "criticam as organizações injustas da sociedade que causam a miséria e o sofrimento do povo". (64)

Este levar a sério a vida cristã se manifesta também na importância que os leigos demonstram, através de seus grupos, de seu papel na comunidade.

Igualmente, dentro da unidade fé e vida que o leigo deseja realizar, salienta-se o fato de que, em muitas ocasiões, acontece uma celebração dos acontecimentos concretos da vida diária das diversas comunidades. Neste sentido vão vários testemunhos comunitários. É desejo das comunidades "procurar fazer com que as celebrações da Igreja expressem a (...) vida e a (...) cultura, de maneira que elas não defendam os que pisam nos interesses da (...) classe oprimida". (65)

Como consequência deste desejo do leigo de unir a fé com a vida nas CEBs, aparecem várias ações concretas realizadas pelos grupos. Estas ações sempre envolvem cooperação com outros grupos e organismos que não possuem a mesma confissão eclesial. É interessante aqui a consciência que o leigo adquire de que deve participar de seu sindicato, por exemplo, como exigência de sua opção cristã. Esta ação concreta pode ser fundar ou assumir uma associação de bairro, criar um clube de mães, centro médico, realizar campanha de saúde, melhoria dos meios de comunicação. Também pode ser lutar pelos direitos de cada indivíduo, mesmo com ameaças de fora. Outra ação que as diversas comunidades realizam está na linha do trabalho no campo, tais como roças comunitárias e cooperativas. (66) Contudo, se este trabalho no campo é importante, uma das ações mais significativas realizadas pelos leigos nas comunidades de base se situa no campo da conscientização política. Acredita-se que as comunidades devem exercer a sua força para conscientizar as pessoas e exigir que os políticos cumpram com o seu dever. (67)

Tão importante quanto a conscientização política, porque também envolve uma ação mais ampla dentro da comunidade, transcendendo inclusive o âmbito da comunidade local, por sua configuração mais geral, apresenta-se o fato da conscientização e organização sindical dos membros das diversas comunidades. Em geral, elas funcionam como órgãos de pressão para que os sindicatos rurais, por exemplo, cumpram com o seu dever na defesa do pequeno colono, uma vez que este não tem outro meio de se defender. (68)

Do mesmo modo que a luta sindical rural, também nos centros urbanos as comunidades, através de seus membros, participam da luta sindical. Por exemplo, uma comunidade testemunha a sua participação na luta por melhores salários e na oposição sindical. O operário Santo Dias, morto pela polícia em 1980, era membro da Pastoral Operária. Esta participação aparece claramente nos testemunhos das diversas comunidades. (69)

Em geral, todas estas preocupações são vistas como atuações concretas dentro da comunidade. Além destas, existem outras preocupações temporais que são assumidas como compromissos urgentes a partir da reflexão evangélica. (70) E esta exigência evangélica é questionante. Estas ações, realizadas nas comunidades, possuem sua motivação última na reflexão evangélica e visam dar uma maior unidade entre a fé professada e a vida vivida.

Vale lembrar que o fato concreto de os leigos estarem tentando realizar a unidade fé e vida, através de uma atuação que transcende os limites

da comunidade eclesial, atingindo um âmbito mais amplo da sociedade, é visto pelas diversas comunidades como um sinal de libertação frente a inúmeras escravidões que amargam a sua vida. Há uma consciência de seus direitos, de sua dignidade. Portanto, neste particular, o testemunho das diversas comunidades demonstra a consciência de um fato: realizar, ou tentar realizar a unidade fé e vida, é sinal de que se caminha para a libertação. Isto porque "quando uma comunidade reivindica os seus direitos está arrancando a raiz da escravidão". Há a consciência de que esta libertação se realiza em três níveis, envolvendo consciência crítica, organização e participação. Nesta consciência progressiva que o leigo adquire através da comunidade, são apontados os sinais de libertação, bem como os critérios para que se possa dizer que está havendo uma efetiva libertação: consciência de sua dignidade e seus direitos, superação do individualismo, união e organização frente aos problemas que surgem, responsabilidade de controlar a própria ação, abertura para os problemas e dramas vividos por outras comunidades. (71)

Este é o panorama que apresentam as comunidades de base quando demonstram que a ação do leigo é uma tentativa de realizar a unidade fé e vida. Há uma preocupação constante em unir as duas coisas; preocupação em ler o Evangelho dentro da vida e não dissociar uma coisa da outra. Muitas vezes isto permanece no horizonte do desejo. É um processo. Uma caminhada. Contudo, os indícios são de que se caminha a passos largos nesta direção.

Conclusão

A partir deste ponto, pode-se ler, não só os relatórios das diversas comunidades para os Encontros Intereclesiais de Base, mas também toda a caminhada das CEBs no Brasil. Parece que esta é a autoconsciência laical nas CEBs. Pois toda a vida que emana destes relatórios nos leva a olhar a realidade das CEBs e perguntar se esta autoconsciência não está propondo algo para a reflexão da vida da Igreja. Olhando os relatórios, vemos como o leigo define a si mesmo e como se compreende como membro ativo e responsável por sua comunidade. Por isso, o leitor se pergunta se aqui não está surgindo uma práxis que difere da práxis corrente nestes tempos eclesiais modernos. E se pergunta mais. Como fazer que este imenso caudal de consciência emergente na vida da Igreja do Brasil possa ser pensado, organizado e colocado dentro do rico caudal da Igreja Universal?

Pode-se terminar estas reflexões assumindo as palavras de Almir R. Guimarães:

"As portas do futuro estão abertas. A renovação da Igreja vai se realizando. As CEBs estão agindo. Somente amanhã poderemos colher os frutos da vida das comunidades de base. Evidentemente, a Igreja, o mistério da Igreja não mudou nem pode ser mudado. Cristo apresentou sua esposa, a Igreja, ao Pai, esplêndida, sem mancha nem ruga, santa e irrepreensível, sem nenhum defeito (cf. Ef 5, 27). As comunidades de base se propõem a tornar manifesta toda a beleza do rosto da Igreja esperando a volta do Senhor". (72)

- Paulinas, São Paulo, 1978, traz a seguinte redação para este número: "... é uma das fontes onde brotam os ministérios leigos: presidentes de assembleias, responsáveis de comunidades, catequistas, missionários".
2. Lumen Gentium, n. 31.
 3. Puebla, n. 787-788.
 4. Groene n., "Na Igreja, Quem é o Povo?", em REB, vol. XXXIX, fasc. 154, junho/1979, p. 209.
 5. Idem, p. 210.
 6. Cf. Paróquias de São Domingos e Nova Brasil, Comunidades Rurais de São Mateus, Diocese de Goiás, Bairro Rangel de João Pessoa, Comunidade Rural do Maranhão (in: SEDOC, vol. VII, maio/1975, n. 81); Comunidade de Tacaimbó (in: SEDOC, vol. IX, outubro/1976, n. 95); Igreja de Itabira, Igreja de Goiás, Comunidade de Itacibá (in: SEDOC, vol. IX, novembro/1976, n. 96); Comunidade de Alto Paraguai, Comunidades de Goiás. Encontro Regional de Vitória, Comunidade de Vila Rubim, Relatório do III Encontro Intereclesial de João Pessoa (in: SEDOC, vol. XI, outubro/1978, n. 115).
 7. Lumen Gentium, n. 9, 13. 33-36.
 8. Cf. Igreja de Goiás, CEBs de Volta Redonda (in: SEDOC, vol. IX, novembro/1976, n. 96).
 9. Cf. Comunidades das Paróquias de São Domingos e Nova Brasil (in: SEDOC, vol. VII, maio/1975, n. 81); Igreja de Itabira, Igreja de Goiás, Igreja de Barreirinhas, CEB de Volta Redonda (in: SEDOC, vol. IX, novembro/1976, n. 96).
 10. Cf. CEBs de Volta Redonda (in: SEDOC, vol. IX, novembro/1976, n. 96); Comunidades de São Paulo (in: SEDOC, vol. XI, outubro/1978, n. 115).
 11. Cf. Comunidade de Liberdade (in: SEDOC, vol. XI, outubro/1978, n. 115).
 12. Cf. Igreja de Barreirinhas (in: SEDOC vol. IX, novembro/1976, n. 96).
 13. Cf. 1Cor 1, 26-31.
 14. Cf. Comunidade de Itacibá, Igreja de Barreirinhas, Comunidade de São Mateus, MA (in: SEDOC, vol. IX, novembro/1976, n. 96).
 15. Igreja de Itabira, Igreja de Goiás (in: SEDOC, vol. IX, novembro/1976, n. 96).
 16. Cf. Comunidade da Paróquia Nossa Senhora Auxiliadora de Itarana, CEBs Rurais de Linhares, Igreja local de Marroás (in: SEDOC, vol. VII, maio/1975, n. 81); Comunidade de Tacaimbó (in: SEDOC, vol. IX, outubro/1976, n. 96); Relatório de São Mateus, Diocese de Jales, Paróquia de Mogeiro, Igreja do Acre-Purus, Comunidade de São Mateus, MA (in: SEDOC, vol. IX, novembro/1976, n. 96); Comunidade de Alhandra (in: SEDOC, vol. XI, outubro/1978, n. 115).
 17. Cf. Comunidades das Paróquias de São Domingos e Nova Brasil, Paróquia Nossa Senhora Auxiliadora de Itarana (in: SEDOC, vol. VII, maio/1975, n. 81); Igreja de Goiás, CEBs de Volta Redonda, Comunidade de São Mateus, MA (in: SEDOC, vol. IX, novembro/1976, n. 96).
 18. Cf. Igreja local de Marroás, Bairro Rangel de João Pessoa, CEBs de Volta Redonda (in: SEDOC, vol. IX, novembro/1976, n. 96); Comunidade de Fazenda Retirada, Comunidade de Alhandra, Comunidade de Porto da Folha, Comunidade de Alto Paraguai (in: SEDOC, vol. XI, outubro/1978, n. 115).
 19. Cf. Jornal "Tribuna do Norte", 04-11-1979.
 20. Cf. CNBB — Comunidades Eclesiais de Base no Brasil — Estudos n. 23, Edições Paulinas, São Paulo, 1975, p. 49.
 21. Cf. idem, p. 51-52.
 22. Cf. Comunidade de Itacibá, Comunidades de Ribeirão Bonito e Cascavel, Igreja de Itabira (in: SEDOC, vol. IX, novembro/1976, n. 96); Comunidade de Fazenda Retirada (in: SEDOC, vol. XI, outubro/1978, n. 115).
 23. Cf. Comunidades das Paróquias de São Domingos e Nova Brasil, Comunidades Rurais de São Mateus, Comunidade da Ressurreição (Vitória) (in: SEDOC, vol. VII, maio/1975, n. 81); Igreja de Itabira (in: SEDOC, vol. IX, novembro/1976, n. 96); Comunidade de Tanque do Chão, Relatório Final do II Encontro Intereclesial de João Pessoa (in: SEDOC, vol. XI, outubro/1978, n. 115).
 24. Cf. Comunidades das Paróquias de São Domingos e Nova Brasil, Comunidades Rurais de São Mateus, Comunidade da Ressurreição (Vitória) (in: SEDOC, vol. VII, maio/1975, n. 81); Igreja de Itabira (in: SEDOC, vol. IX, novembro/1976, n. 96); Comunidade de Tanque do Chão, Relatório Final do III Encontro Intereclesial de João Pessoa (in: SEDOC, vol. XI, outubro/1978, n. 115).
 25. Cf. Comunidades das Paróquias de São Domingos e Nova Brasil, CEBs Rurais de Linhares (in: SEDOC, vol. VII, maio/1975, n. 81).
 26. Cf. Igreja local de Marroás, CEBs de Volta Redonda (in: SEDOC, vol. VII, maio/1975, n. 81); Igreja de Itabira, Comunidade de Itacibá (in: SEDOC, vol. IX, novembro/1976, n. 96); Comunidade de Nossa Senhora das Graças, Comunidades do Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, Comunidade de Mangueira (in: SEDOC, vol. XI, outubro/1978, n. 115).
 27. Cf. Paróquia do Alto do Pascoal (Rectife), Igreja local de Marroás, Bairro Rangel de João Pessoa, Comunidade da Ressurreição (Vitória) (in: SEDOC, vol. VII, maio/1975, n. 81).
 28. Cf. Diocese de Jales (in: SEDOC, vol. IX, novembro/1976, n. 96).
 29. Cf. CNBB, op. cit., p. 62-65.
 30. Cf. Comunidades de São Domingos e Nova Brasil, CEBs Rurais de Linhares, Comunidades Rurais de São Mateus, Bairro Rangel de João Pessoa, CEBs de Volta Redonda (in: SEDOC, vol. VII, maio/1975, n. 81); Diocese de Jales, Igreja de Goiás, CEBs Rurais de Linhares, Comunidade de Itacibá (in: SEDOC, vol. IX, novembro/1976, n. 96); Comunidade de Santa Teresinha, Encontro Regional de Vitória, Comunidade de Cobraice, III Encontro Intereclesial de João Pessoa (in: SEDOC, vol. XI, outubro/1978, n. 115).
 31. Comunidade de Santa Margarida (in: SEDOC, vol. XI, outubro/1978, n. 115).
 32. Comunidade de Vila Rubim (in: SEDOC, vol. XI, outubro/1978, n. 115).
 33. Cf. Comunidade de Alhandra, Comunidades do Ceará, Comunidades de São Paulo (in: SEDOC, vol. XI, outubro/1978, n. 115).
 34. Cf. Comunidades Rurais de São Mateus, Comunidade Rural do Maranhão, CEBs de Volta Redonda (in: SEDOC, vol. VII, maio/1975, n. 81); Relatório de São Mateus (in: SEDOC, vol. IX, novembro/1976, n. 96).
 35. Cf. Comunidade de Nossa Senhora das Graças, Comunidade de Santa Margarida (in: SEDOC, vol. XI, outubro/1978, n. 115).
 36. Cf. Comunidades das Paróquias de São Domingos e Nova Brasil, CEBs Rurais de Linhares (in: SEDOC, vol. VII, maio/1975, n. 81); Igreja de Itabira, Relatório de São Mateus (in: SEDOC, vol. IX, novembro/1976, n. 96).
 37. Cf. Diocese de Jales, Igreja de Goiás, Comunidade de Poranga (in: SEDOC, vol. IX, novembro/1976, n. 96); Comunidades do Pará, Comunidade de Liberdade, Comunidade de Alto Paraguai, Comunidades de São Paulo, III

- Encontro Intereclesial de João Pessoa* (in: SEDOC, vol. XI, outubro/1978, n. 115).
38. Cf. *Igreja local de Marroás* (in: SEDOC, vol. VII, maio/1975, n. 81); *Igreja de Itabira, Igreja de Goiás* (in: SEDOC, vol. IX, novembro/1976, n. 96); *Encontro Regional de Vitória, III Encontro Intereclesial de João Pessoa* (in: SEDOC, vol. XI, outubro/1978, n. 115).
 39. Cf. *Comunidades das Paróquias de São Domingos e Nova Brasil* (in: SEDOC, vol. VII, maio/1975, n. 81); *Diocese de Jales, Igreja de Goiás, Comunidade de Itacibá* (in: SEDOC, vol. IX, novembro/1976, n. 96); *Comunidades do Ceará, Encontro Regional de Vitória, III Encontro Intereclesial de João Pessoa* (in: SEDOC, vol. XI, outubro/1978, n. 115).
 40. Cf. *Igreja de Goiás* (in: SEDOC, vol. IX, novembro/1976, n. 96).
 41. Cf. *Relatório Final do III Encontro Intereclesial de João Pessoa* (in: SEDOC, vol. XI, outubro/1978, n. 115).
 42. Cf. Dom José Maria Pires, op. cit.
 43. O professor Ismar de Oliveira Soares realizou uma série de Estudos sobre os Boletins Diocesanos. Entre os quais: "Os Boletins diocesanos católicos como instrumentos a serviço das classes marginalizadas", in: REB, dezembro/1979, p. 655-666; e sua Tese de Mestrado na USP, em 1980: "A Morfologia e o Conteúdo dos Boletins Diocesanos Católicos".
 44. Cf. *Bairro Rangel de João Pessoa* (in: SEDOC, vol. VII, maio/1975, n. 81); *Comunidade de Santa Teresinha, Comunidades de Goiás, Comunidade de Nossa Senhora das Graças, Pastoral Operária de Santa Margarida, Comunidades do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina, III Encontro Intereclesial de João Pessoa* (in: SEDOC, vol. XI, outubro/1978, n. 115).
 45. Cf. Dom José Maria Pires, op. cit.
 46. Principalmente nos seus números 21-40, quando trata da reforma da Liturgia.
 47. Cf. *Comunidades das Paróquias de São Domingos e Nova Brasil, CEBs Rurais de Linhares, Comunidade da Ressurreição (Vitória)* (in: SEDOC, vol. VII, maio/1975, n. 81).
 48. Cf. *CEBs de Volta Redonda* (in: SEDOC, vol. VII, maio/1975, n. 81); *Comunidade de Tacaimbó* (in: SEDOC, vol. IX, outubro/1976, n. 95); *Igreja de Goiás, Comunidade de Itacibá, Comunidade de São Mateus, MA* (in: SEDOC, vol. IX, novembro/1976, n. 96).
 49. Cf. *Vila Rubim* (in: SEDOC, vol. XI, outubro/1978, n. 115).
 50. Cf. *Comunidades de Goiás, III Encontro Intereclesial de João Pessoa* (in: SEDOC, vol. XI, outubro/1978, n. 115).
 51. Cf. *CEBs Rurais de Linhares, Bairro Rangel de João Pessoa* (in: SEDOC, vol. VII, maio/1975, n. 81); *Comunidade de Tacaimbó* (in: SEDOC, vol. IX, outubro/1976, n. 95).
 52. Cf. *Comunidades de São Paulo* (in: SEDOC, vol. XI, OUTUBRO/1978, n. 115).
 53. Cf. *Comunidade de Barra do Vento* (in: SEDOC, vol. IX, novembro/1976, n. 96); *Comunidade de Porto da Folha, III Encontro Intereclesial de João Pessoa* (in: SEDOC, vol. XI, outubro/1978, n. 115).
 54. Cf. *Comunidade de Santa Margarida, Encontro Regional de Vitória* (in: SEDOC, vol. XI, outubro/1978, n. 115).
 55. Cf. CNBB, op. cit., p. 67-71.
 56. Cf. *Bairro Rangel de João Pessoa* (in: SEDOC, vol. VII, maio/1975, n. 81).
 57. Cf. *Comunidades das Paróquias de São Domingos e Nova Brasil, Comunidade Rural do Maranhão* (in: SEDOC, vol. VII, maio/1975, n. 81); *Paróquia de Mogeiro, Igreja de Goiás, Comunidade de Itacibá* (in: SEDOC, vol. IX, novembro/1976, n. 96).
 58. Cf. *Comunidades das Paróquias de São Domingos e Nova Brasil, CEBs Rurais de Linhares, Bairro Rangel de João Pessoa* (in: SEDOC, vol. VII, maio/1975, n. 81); *Igreja de Itabira, Relatório de São Mateus* (in: SEDOC, vol. IX, novembro/1976, n. 96).
 59. Cf. *Comunidade de Alto Paraguai, Comunidade de Nossa Senhora das Graças* (in: SEDOC, vol. XI, outubro/1978, n. 115).
 60. Cf. *III Encontro Intereclesial de João Pessoa* (in: SEDOC, vol. XI, outubro/1978, n. 115).
 61. Cf. *Comunidades Rurais de São Mateus, Diocese de Goiás, Bairro Rangel de João Pessoa* (in: SEDOC, vol. VII, maio/1975, n. 81); *Igreja de Itabira* (in: SEDOC, vol. IX, novembro/1976, n. 96).
 62. Cf. *Paróquia de Nossa Senhora Auxiliadora de Itarana* (in: SEDOC, vol. VII, maio/1975, n. 81); *Diocese de Jales, Igreja de Goiás* (in: SEDOC, vol. IX, novembro/1976, n. 96).
 63. Cf. *CEBs Rurais de Linhares* (in: SEDOC, vol. VII, maio/1975, n. 81); *Diocese de Jales, CEBs Rurais de Linhares, Comunidades de Ribeirão Bonito e Cascalheira* (in: SEDOC, vol. IX, novembro/1976, n. 96); *Comunidade de Fazenda Retirada, Comunidades do Ceará, Comunidades de Goiás, Encontro Regional de Vitória, Comunidade de Cobraice, III Encontro Intereclesial de João Pessoa* (in: SEDOC, vol. XI, outubro/1978, n. 115).
 64. Cf. *Igreja de Itabira, Relatório de São Mateus, Diocese de Jales, Paróquia de Mogeiro* (in: SEDOC, vol. IX, novembro/1976, n. 96); *Comunidade de Tanque do Chão, Comunidade de Liberdade* (in: SEDOC, vol. XI, outubro/1978, n. 115).
 65. Cf. *Relatório de São Mateus, Igreja de Goiás, CEBs Rurais de Linhares, Comunidade de Itacibá* (in: SEDOC, vol. IX, novembro/1976, n. 96); *Comunidades do Ceará, Comunidades da Prelazia de Lábrea, Comunidade de Nossa Senhora das Graças, Encontro Regional de Vitória, Comunidade da Vila Rubim* (in: SEDOC, vol. XI, outubro/1978, n. 115).
 66. Cf. *Diocese de Jales, Paróquia de Mogeiro, Igreja do Acre-Purus, Igreja de Goiás, Igreja de Barreirinhas, Comunidade de Barra do Vento* (in: SEDOC, vol. IX, novembro/1976, n. 96); *Comunidade de Fazenda Retirada, Comunidades do Ceará, Comunidades de Goiás, Comunidade de Santa Margarida* (in: SEDOC, vol. XI, outubro/1978, n. 115).
 67. Cf. *Pastoral Operária de Santa Margarida, III Encontro Intereclesial de João Pessoa* (in: SEDOC, vol. XI, outubro/1978, n. 115).
 68. Cf. *Comunidade de Fazenda Retirada, Comunidades do Ceará, Comunidades de Goiás, Comunidade de Santa Margarida* (in: SEDOC, vol. XI, outubro/1978, n. 115).
 69. Cf. *Pastoral Operária de Santa Margarida* (in: SEDOC, vol. XI, outubro/1978, n. 115).
 70. Cf. *Igreja de Goiás, Comunidade de Barra do Vento* (in: SEDOC, vol. IX, novembro/1976, n. 96); *Comunidade de Tanque do Chão, Comunidades da Prelazia de Lábrea, Comunidade de Nossa Senhora das Graças, Pastoral Operária de Santa Margarida, Comunidade de Mangueira, Comunidade de Cobraice* (in: SEDOC, vol. XI, outubro/1978, n. 115).
 71. Cf. *Comunidades do Ceará, Comunidades do Pará, Comunidade de Santa Teresinha, Co-*

munidade de Alto Paraguai, Comunidades de São Paulo, Comunidades do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina, Encontro Regional de Vitória, III Encontro Intereclesial de

*João Pessoa (in: SEDOC, vol. XI, outubro/1978, n. 115).
72. Guimarães, A.R., Comunidades de Base no Brasil, Ed. Vozes, Petrópolis 1978, 250 p.*

2. OS LEIGOS NAS PASTORAIS ESPECÍFICAS

2.1. Pastoral de Juventude

O Jovem: Garantia da Juventude da Igreja

“O futuro da sociedade e da Igreja depende da capacidade de escutar o que acontece no mundo jovem...”

por Pe. Jorge Boran

No início do século o famoso escritor irlandês, George Bernard Shaw afirmava: “A juventude é uma doença que desaparece com o tempo”. Esta frase revela uma atitude comum no passado, a de considerar os jovens como “passagem”, sem nenhuma importância em si, em termos de influência na sociedade e na Igreja. Era necessário tolerar seus exageros porque logo se tornaram adultos, criando assim juízo. Foi ressaltada a necessidade de formar os jovens para “o futuro”. Não havia uma consciência da importância das idéias e dinamismo dos jovens para transformar “o presente”.

No início da década de sessenta, um documento da ONU, percebendo um fenômeno novo, afirmava: “Antes havia jovens, hoje há juventude”.

O documento de Medellín, levando em conta este novo fenômeno sociológico, fala da juventude como: “novo corpo social”, com seus próprios valores, idéias e dinamismo interno, como “grande força nova de pressão” e “força de renovação” da humanidade e da Igreja.

Podemos atribuir a explosão da juventude no cenário do mundo a quatro fatores principais: seu número; maior preparo intelectual; atuação profética; fase de opção.

1. Grupo mais numeroso

Entendemos aqui, que a juventude compreende as pessoas entre 15 e 24 anos. Segundo estatísticas da ONU, o peso numérico da juventude latino-americana é um dos mais elevados do mundo. É comparável somente ao do sul da Ásia, onde a juventude representa 20.2% da população. A taxa de crescimento da população global, durante o período 1960-1980, foi juntamente com a África, a mais alta do mundo.

O número total de jovens em 1960 ascendia a 38.5 milhões, e em 1980, a 73.3 milhões, de modo que nestes últimos anos a população juvenil, praticamente, dobrou. Em 1960 a população juvenil representava 17.9% da população total, e em 1980 alcançava a 20.2%. Nesta faixa etária temos 22 milhões de jovens no Brasil. Cinquenta por cento da população brasileira tem menos de 20 anos. Sessenta por cento da força de trabalho brasileiro é composta de jovens.

Estatísticas mostram que, a partir de 1980, começa a baixar o ritmo de crescimento da população. Analistas prevêem que, futuramente, o índice de nascimentos chegará ao nível de muitos países

do primeiro mundo, onde o número de nascimentos e de mortes se equiparam.

Esse fato tem uma importância enorme para a pastoral da Igreja. Os bispos da América Latina, reunidos em Puebla, perceberam, intuitivamente, a importância deste momento histórico, ao escolher os jovens, em conjunto com os pobres, como prioridade da Igreja, no Continente.

Estamos, portanto, num momento privilegiado da história em que a juventude, por causa do seu número, pode tornar-se uma força enorme de construção. “A opção preferencial feita intuitivamente pela Igreja reunida em Puebla, poderá, então, ganhar novas perspectivas e vitalidade, fazendo do ‘anúncio do Evangelho aos jovens’ um momento chave de libertação dos povos” (Puebla).

Esta oportunidade não vai se repetir na história. Se não tomarmos a iniciativa, agora, perdemos o último vagão do trem da história. Se não entrarmos no trem enquanto está na estação, seremos condenados a correr atrás dele, enquanto vai longe e pegando cada vez mais velocidade.

2. Maior preparo intelectual

Uma grande parte da juventude moderna tem acesso à divulgação tecnológica e ao saber preestabelecido, através da escola. A maioria dos adultos não tiveram as mesmas oportunidades. Frequentemente jovens, cursando colegial ou universidade, têm pais que são analfabetos ou mal sabem ler e escrever. A escola é, entretanto, conservadora, e tem como uma de suas funções, transmitir a visão de sociedade da classe dominante. Esta visão procura formar um jovem que se integra na estrutura social sem questionamento.

Este acesso ao saber preestabelecido, portanto, é uma espada de dois gumes: — pode significar a preparação dos jovens para serem os futuros manipuladores de mecanismos que conservam e aprofundam uma sociedade do mais forte. Nas tradições pré-técnicas a hierarquia social é determinada pelo critério de antigüidade. Na civilização técnica, em princípio, quem se impõe é o mais hábil, mais inteligente, mais forte.

De outro lado, o maior preparo intelectual adquirido na escola, pode ser colocado a serviço do povo todo, em vista da construção de uma sociedade mais forte e fraterna, e não meramente de uma ascensão social individualista. Neste sentido, também a sua maior capacidade de raciocínio abstrato facilita a compreensão de uma visão global do funcionamento dos “mecanismos geradores de pobreza” na sociedade. Há pouco tempo tive contato com um acampamento de desempregados, numa cidade grande no sul do país, em que os interlocutores principais eram dois jovens de dez anos.

Frequentemente, em reuniões e atividades das comunidades e de movimentos populares, os jo-

vens captam com mais facilidade o cerne das questões, têm mais capacidade para seguir um raciocínio lógico e garantir a continuidade através de avaliações e relatórios. Não podemos, porém, deixar de constatar a realidade de uma grande parte da juventude que não é escolarizada. São os jovens "bóias-frias", "favelados", de subemprego, condenados a uma vida de inferioridade social por não terem em mãos o "diploma" que facilita a ascensão social.

3. Questionamento e atuação profética

Podemos distinguir três grupos principais na sociedade: grupo descendente; grupo reinante; grupo ascendente.

O *grupo descendente* são os idosos que estão no fim da vida, e têm dificuldade de assimilar o novo.

O *grupo reinante* é o grupo de adultos que têm as rédeas do poder e da direção da sociedade nas mãos. Este grupo está presente em todos os níveis da sociedade, desde a família ao governo. São poucos deste grupo que, diante de uma sociedade injusta, querem transformar algo. A maioria aceita a atual situação porque está servindo seus interesses egoísticos, ou porque perderam a esperança. Afirmam que "o mundo sempre foi assim", "não adianta". Muitos estão numa etapa da vida em que procuram um leito para nele correr até o fim. Somente uma pequena parte desse grupo mantém aceso o ideal de uma sociedade justa e fraterna, e luta por ele.

O *grupo ascendente* são os jovens que se preparam para assumir o lugar do grupo reinante. Há um conflito entre os dois grupos, o famoso "conflito de gerações". O grupo ascendente traz para dentro da sociedade valores que são fundamentais para sua renovação e transformação. São os valores de autenticidade, franqueza, idealismo, dinamismo, entusiasmo, exigência da verdade, sensibilidade diante da injustiça e sofrimento de milhões de pessoas ao seu redor, desejo de um mundo novo, de partilhar a vida com os outros, de reunir-se e viver em comunidade, de amar e ser amado, capacidade de adaptação ao novo, esperança de uma mensagem libertadora. São as sementes do Verbo, presentes na juventude hoje, e que devem ser o ponto de partida de qualquer Evangelização do mundo jovem. A incoerência entre valores proclamados e a prática pessoal de alguns jovens não nega a importância deste fenômeno. Dentro de um processo de evangelização os jovens percebem estas incoerências e procuram corrigi-las.

O Teólogo Yves Congar escreve: "A juventude não seria juventude se não substituisse, de geração em geração, as formas herdadas e envelhecidas por novas criações, um pouco assim como as células novas duma ferida que cicatriza, repelem e eliminam a crosta das velhas células destruídas".

O jovem frente à Sociedade

O jovem capta com facilidade as contradições entre os valores universais de liberdade, justiça e fraternidade proclamados pelos grupos dominantes, e a realidade concreta de "ricos cada vez mais ricos à custa de pobres cada vez mais pobres" (João Paulo II). Ele percebe também que não basta

fazer coisas: é preciso questionar globalmente o sistema. Percebe um mundo que, pela primeira vez, dispõe de capital e tecnologia para eliminar a miséria, mas não o faz. O jovem toma consciência da existência de projetos diferentes, alternativos e concretos que propõem uma distribuição mais justa do poder e dos bens produzidos.

Uma pequena parte desta juventude que se politiza, tende a uma radicalização. A descoberta da importância da ação política, às vezes, conduz este grupo a uma absolutização da dimensão política, à custa das outras dimensões (afetiva, psicológica, comunitária, mística).

A solução revolucionária e marxista é considerada, por parte da juventude mais intelectualizada e universitária, como única via de solução para a situação de injustiça social.

Isoladamente

O jovem, freqüentemente, chega a uma consciência política através de uma conversão intuitiva que é repentina e total, e que exclui o progresso gradual encontrado nos adultos que agem e refletem partindo das suas necessidades de classe. Há pouco, conversei com um jovem de formação religiosa conservadora, que se preparava durante seis anos para ser oficial do exército. Após uma conversa com outro jovem pertencente a um grupo político, deixou o exército e passou a falar em termos de proposta revolucionária.

Freqüentemente o imediatismo, a agressividade e a dedicação quase fanática "à causa", provoca antipatia e conduz rapidamente ao afastamento e isolamento. Este isolamento é, também, causado pela própria tendência dos jovens de se agruparem independente dos adultos. Sentem-se mais à vontade com outros jovens, por terem a mesma linguagem, os mesmos códigos, os mesmos "grilos", as mesmas idéias. O adulto é visto como "quadrado", "desmancha-prazeres", "já era".

Os adultos são freqüentemente responsáveis pelo isolamento e marginalização de uma parte da juventude mais idealista. Muitos adultos se fixam em exageros e aspectos secundários, e se recusam a escutar o conteúdo básico da mensagem dos jovens: — que ainda é possível construir uma sociedade justa e fraterna, e que o futuro não pode ser somente cópia do passado. Os jovens são testemunhas de um valor tipicamente cristão: — a esperança.

O jovem frente a Igreja

O jovem se empolga com os valores e mensagem do Evangelho. Admira a pessoa, a mensagem e a coerência de Jesus Cristo. Capta a contradição na América Latina, Continente que é cristão, e ao mesmo tempo organizado de maneira que marginaliza a maioria da população. Os jovens porém, se posicionam de maneira diferente face à Igreja Oficial. Distinguem: — a parte da Igreja que não se renova; — a parte da Igreja que se compromete com a libertação dos pobres.

O primeiro modelo de Igreja é estranho aos jovens. Esta Igreja é identificada com ritualismo e leis. É vista como freio e não como direção. Muitos não freqüentam ou deixaram de freqüentar a Igreja, não porque ela lhes impõe exigências, mas

porque nada lhes comunica. Muitos padres e religiosas se preocupam em dar respostas a perguntas que os jovens não estão fazendo. As perguntas existem somente na mente dos religiosos.

Para a geração nova, a Fé não se transmite mais somente através da tradição de família, mas pelo convencimento e pelo testemunho de cristãos que vivem a sua fé. Infelizmente muitos jovens não têm contato com cristãos adultos cujas vidas são coerentes com o Evangelho.

Do outro lado, a Igreja que se renova e se compromete com a libertação dos pobres, entusiasma os jovens. Um levantamento feito na PUC do Rio de Janeiro, em 1963, dava o seguinte quadro: 60% dos alunos se declaravam ateus. A razão principal apresentada: a Igreja está do lado da ordem que é injusta e anti-popular. Em 1978 fez-se outro levantamento: 75% declararam-se crentes. A razão principal apresentada: entre Medellín (1968) e Puebla (1969) a Igreja foi a voz dos que não tinham voz, identificou-se com o pobre e o marginal. Ocorre ainda que 10-15% declararam explicitamente: "Acredito na Igreja; não acredito na religião". A Igreja, portanto, cobrou credibilidade por aquilo que fez, desinteressadamente, em favor do seu povo (Cf. Cândido Mendes de Almeida, "Ação Justiça e Paz nas opções de Puebla", em Encontro Nacional de Ação Justiça e Paz, Curitiba, 1980).

O desafio da Igreja, na afirmação de Puebla, é encarar esta juventude como "enorme força renovadora, símbolo da própria Igreja... que é chamada a uma constante renovação". A juventude é o setor mais sensível da sociedade e da Igreja. É o termômetro que capta o clima de uma época. Seria errado condenar o termômetro porque nos revela um clima que não nos agrada. O Concílio Vaticano II fala da necessidade de "ler os sinais dos tempos" para poder evangelizar com credibilidade.

Um padre idoso e muito sábio me falou recentemente: "Cada época tem seu espírito diferente. A Igreja não pode ir contra esse espírito, mas sim adaptar a sua mensagem a ele". A juventude é um destes sinais mais importantes, hoje.

É mais fácil perceber a importância da juventude para a renovação da vida da Igreja no caso de uma Congregação religiosa. Uma Congregação que há muito tempo não recebe novos membros, sente cada vez mais dificuldade de se adaptar ao novo e, conseqüentemente, de apresentar um ideal atraente para a juventude. Seu desaparecimento é somente uma questão de tempo.

Retrato idealista do jovem

Enquanto em tempos passados, os jovens eram considerados como "doença a ser curada", hoje em dia, há o perigo do exagero oposto.

Freqüentemente, torna-se moda considerar os jovens como grande massa contestatária. Puebla fala de "inconformismo que tudo questiona". Ora, essa descrição é desmentida pelo mais superficial contato com as bases. A contestação e o questionamento se restringe na maioria dos casos a conflito de gerações em nível de família e de valores morais tradicionais. Somente um pequeno grupo lança um questionamento mais global do sistema econômico, político e social. A revista "Veja", numa recente pesquisa, calcula em não mais de 5% o número de jovens que é contestatário, neste sen-

tido. Depois dos grandes movimentos de contestação que explodiram em todos os continentes, em 1968, a grande massa de jovens parece voltar a um leito que leva a se integrar numa sociedade de consumo. Os assessores que trabalham com a juventude encontram uma grande dificuldade para despertá-la a um engajamento mais crítico e transformador na sociedade.

Um dos grupos mais manipulados

As raízes desta alienação da maioria da juventude contemporânea são várias. A juventude foi o grande inimigo do regime que se instalou no país em 64. Através do sistema educacional e da repressão política, ele conseguiu formar uma geração que sabe repetir, e pouco pensa ou questiona.

Paralelamente, a sociedade de consumo descobriu a juventude como grande fonte de dinheiro fácil, manipulando-a com seus heróis pré-fabricados. Deu-lhe a sensação falsa de estarem os jovens "pra-frentex" por sua música, roupa, dança e maneira de comportar-se. O jovem que se sente avançado porque "curte" música inglesa que não entende, nada sabe dos grupos econômicos que determinam seu comportamento, através de propaganda cuidadosamente montada. Torna-se incapaz de distinguir o que é seu e o que é copiado. Na realidade, a grande massa de jovens constitui um dos grupos mais manipuláveis e manipulados pela propaganda e meios de comunicação social.

Transformação rápida

Podemos afirmar, porém, que embora a parte da juventude "inconformada, que tudo questiona", seja pequena, seu número tende a aumentar rapidamente. A juventude tem menos bloqueios do que os adultos, e em certo espaço de tempo pode deslocar-se de uma posição de alienação para uma de engajamento no processo de transformação social.

A revista "Isto é", num artigo intitulado "Poder Jovem", logo após as eleições presidenciais em 82, na Argentina, enfatizou esse ponto. Uma juventude alienada pelo regime militar se politizou rapidamente durante a campanha eleitoral, e foi o grande responsável pela derrota do Peronismo. Em todas as eleições no Brasil, após 64, a juventude votou maciçamente na oposição.

Há, do outro lado, uma opinião muito difundida de que a juventude tem pouca importância por ser grupo instável que está sempre se renovando. Alega-se que não é possível fazer um trabalho sério por se estar obrigado a voltar continuamente ao ponto de partida, devido à saída dos mais velhos e a entrada de novos. Esta afirmação não leva em conta que há sempre uma corrente que continua, e que, os que saem, "passam a peteca" para os outros. Essa corrente que continua se aprofundando e avançando é mais evidente, hoje em dia, numa pastoral de juventude que trabalha menos na base do espontaneísmo, e mais na base de planejamento. Nas reuniões e assembleias de avaliação se vai guardando a memória da caminhada, a partir da qual se dão os passos seguintes.

A afirmação mais importante que se pode fazer, sobre a juventude é que ela é disponível e quer acreditar em algo. Quer se dedicar a um ideal,

a uma causa. Depende, porém, do tipo de proposta que lhe é apresentada. Ela é capaz de se agarrar com o mesmo entusiasmo a um ideal fascista, como a um ideal libertador.

Diante da abertura política pela qual passa o país, cresce rapidamente o número de jovens que deixam de ser espectadores para serem agentes de transformação nos movimentos populares, comunidades, partidos, sindicatos e movimentos de estudantes. Acredito que, nos próximos anos, a juventude exercerá uma influência decisiva nos rumos do país. A questão fundamental é se a Igreja terá junto a ela uma presença tal que possa apresentar-lhe o Evangelho de modo convincente.

4. Fase de opção

Há um quarto motivo, porque não podemos ignorar os jovens. Eles se encontram numa fase da vida em que estão frente a uma encruzilhada. Diante deles aparecem várias estradas. A estrada escolhida determinará, em grande parte, os futuros rumos da vida. O jovem se encontra talvez, na única fase da vida em que pode modificá-la radicalmente. Como adulto, mais tarde, é muito difícil voltar atrás e escolher outra estrada. O jovem é como massa que pode se moldar com relativa facilidade, conforme o ideal apresentado.

As duas estradas principais que se levantam diante do jovem hoje em dia são: — servir-se dos outros, ou servir os outros. A segunda opção é a de Jesus Cristo, e é a vocação cristã comum, a vocação de batizado, fundamento e primeiro impulso de toda vocação específica. Paulo VI afirma: "A vocação significa capacidade de ouvir as vozes dos inocentes, dos que sofrem, dos que não têm paz, conforto, guia, nem amor".

A juventude, portanto, é fase privilegiada de crescimento do ser humano, em que a mensagem do Evangelho, quando bem apresentada, pode influir enormemente para a escolha desta segunda opção. Não devemos tentar diluir ou ajeitar a religião para agradar ou atrair o jovem. Pelo contrário, ele quer ouvir as exigências do amor pregado por Jesus Cristo em toda plenitude. "A juventude foi feita para o heroísmo, não para o prazer fácil", diz um pensador.

Se queremos despertar nos jovens, vocações para o laicato, ou vocações de especial consagração, como o sacerdócio e a vida religiosa, devemos focar os valores que lhes são importantes: o amor, a verdade, a autenticidade, a justiça, a liberdade e a participação na transformação social. Valores que também são do Evangelho. Se apresentamos uma religião "água com açúcar", uma espiritualidade alienada, desencarnada, de valores abstratos que não descem aos problemas concretos de injustiça e pobreza, não devemos ficar surpresos se os jovens que se apresentam como vocacionados, sejam os que fogem de dura batalha da vida ou se sintam atraídos pelo status que lhes propiciam "os poderes sagrados". Se, pelo contrário, apresentamos uma Igreja encarnada e libertadora, os jovens que vêm a nós serão os mais dinâmicos e idealistas, atraídos pelo ideal do Bom Pastor, dispostos a dar a vida pelos outros.

A "Folha de São Paulo", na sua edição de 13/06/83 afirma:

"A dimensão política e social assumida pela

Igreja, após sua opção preferencial pelos pobres, é apontada como principal responsável por um sensível aumento do número de vocações sacerdotais em todo o país. Bispos que integram a alta hierarquia da CNBB, Dom Luciano Mendes de Almeida e o Cardeal-Arcebispo de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns, são unânimes ao afirmarem que a Igreja, ao assumir a defesa das classes marginalizadas, passou a atrair a atenção de jovens que nunca tiveram condições de se dedicar inteiramente ao povo.

Em São Paulo, para se ter uma idéia do aumento de vocações, basta constatar que, nos dois últimos anos, a Arquidiocese ordenou sessenta e quatro sacerdotes, contra apenas um em 1960".

A Pastoral da Juventude (PJ) frente a este Desafio

Na primeira parte deste artigo tentamos descrever a importância da juventude para a Igreja e para a sociedade, sem cair no erro de uma descrição idealista. Esta é a juventude que temos que evangelizar com seus valores e limitações.

Constatamos a incapacidade dos instrumentos tradicionais de pastoral para atingir de modo eficaz a juventude moderna. A estrutura paroquial, os colégios católicos, as aulas de religião, vêm se revelando cada vez mais inadequadas para resolver os problemas atuais de evangelização dos jovens. Uma pedagogia mais adaptada à juventude atual vem sendo esboçada a partir das experiências dos últimos anos. Esta pedagogia tem as seguintes características:

1) Como Protagonistas do Processo

O princípio pedagógico que pervade toda a Pastoral da Juventude é a afirmação do Concílio Vaticano II de que é o jovem que evangeliza o jovem. Isto significa que o jovem deve ser protagonista do processo todo e que o adulto desempenha um papel de assessoria e retaguarda. O jovem tem uma capacidade de comunicar-se e atingir outros jovens, que o adulto não tem. O jovem aceita com muito mais facilidade valores que são passados através do seu grupo de coetâneos do que através de um "sermão" de um adulto.

O grande inimigo deste princípio pedagógico é a atitude de muitos adultos, a de "norma de proteção", de dogmatismo, de respostas prontas que abafam o esforço do jovem de pensar por si. Há também o apadrinhamento material: — "Não se preocupem, nós vamos arranjar tudo para vocês". Não queremos minimizar no entanto a importância do assessor adulto, como veremos mais adiante.

Para que este processo seja possível, porém, são necessárias duas ferramentas: a participação em pequenos grupos; uma articulação entre os grupos.

2) Participação em Pequenos Grupos

O jovem tem um forte sentimento comunitário. Tem horror do isolamento. Sente-se inseguro diante de um mundo sem ideais. Precisa de uma âncora. Esta âncora é seu grupo de companheiros, — o que a psicologia chama de grupo de coetâneos. Neste grupo pode partilhar seus sonhos, seus "griolos", experiências e lutas. Quer estar junto com

outros jovens que falam a mesma linguagem, têm os mesmos códigos, valores e maneira de ser. O jovem sente a necessidade de falar e ser ouvido. Ninguém melhor para ouvir do que outro jovem. No grupo encontra aceitação, sente-se pessoa. Sente-se livre das normas e proibições dos adultos. Aprende a se relacionar com outros. Perdido num mundo cada vez mais desumano, quer encontrar-se fraternalmente com eles. Toma decisões que nunca tomaria sozinho.

Os jovens querem, também, uma fraternidade que vá além do seu grupo — uma fraternidade universal: — “Estamos com uma juventude que procura fazer uma casa para todos” (Paulo VI). Estes grupos são organizados pelos próprios jovens, às vezes assessorados por adultos. Desse jeito pensam e sentem realizado seu sonho de liberdade. Esta organização da juventude em pequenos grupos é instrumental privilegiado para a evangelização dos jovens. Através dos pequenos grupos passam-se valores que não passam por outras vias. Esta participação dos jovens em grupos facilita, também, a organização da pastoral de uma Igreja que coloca como eixo de toda a sua pregação a vida em comunidade.

3) Articulação dos Grupos entre si

O avanço principal, em termos de consciência e compromisso, acontece no momento em que os jovens são colocados em contato com elemento de outros grupos. Um grupo isolado tende a se fechar e em pouco tempo esgota suas possibilidades de crescimento. Sem intercâmbio com outras experiências e sem a cobertura de um organismo que lhes forneça possibilidade de subsídios, cursos e contato com uma realidade mais global, logo entram em estagnação e repressão. Os encontros de jovens de outras experiências abrem horizontes mais amplos e impedem absolutização da própria experiência de grupo. A falta deste intercâmbio é uma das causas da curta existência de muitas iniciativas e experiências boas.

Foi neste sentido que o 4.º Encontro Nacional da Pastoral da Juventude, em 1983, escolheu como uma das três prioridades pastorais: “Articulação, Coordenação, Planejamento”. A partir deste Encontro foi lançado um processo de formação e fortalecimento de coordenações em todos os níveis: nacional, regional, diocesano, setorial e paroquial. Estas coordenações facilitam uma pastoral em que os jovens se tornam evangelizadores de outros jovens por meio de reuniões, assembléias de avaliação e planejamento, cursos, retiros, festivais e congressos. Uma pastoral de conjunto evita a dispersão, o isolamento e um certo empirismo. As coordenações nos vários níveis, porém, enquanto favorecem o entrosamento e a unidade de caminhada, devem ao mesmo tempo evitar sufocar o pluralismo de caminhos.

4) Uma Evangelização que leva em conta o Jovem situado

A Pastoral da Juventude baseia seu processo de evangelização da juventude num princípio básico da pedagogia moderna: — “para ensinar qualquer assunto a um outro é necessário conhecer em primeiro lugar o outro”. A. P. J. procura, portanto,

desenvolver uma pedagogia que leva em conta o jovem situado, sobretudo em seus meios específicos de escola, trabalho, moradia (bairro), meios rurais, urbanos e classe social. Os meios específicos e a classe social do jovem exercem uma influência enorme sobre a maneira de perceber e assimilar a mensagem do Evangelho.

Meios específicos

O jovem não pode se considerar cristão somente durante as duas ou três horas em que aparece na comunidade eclesial aos domingos. É necessário considerar as influências nele exercidas pelos meios onde passa a maior parte do seu tempo: universidade, colégio, trabalho, bairro. É necessário aprofundar em comum, a maneira pela qual está sendo “sal”, “luz” e “fermento” nestes meios.

Classe Social

É também fundamental levar em conta a questão da classe social, por vários motivos: — a) a opção preferencial da P. J. deve ser pelos jovens das classes populares porque constituem a maioria e são as vítimas de uma estrutura social injusta. Há o perigo de se desenvolver uma Pastoral de Juventude como se todos os jovens fossem de classe média. Na realidade, 80% dos jovens são pobres. São jovens que nascem com “a corda no pescoço”, vítimas de um sistema social injusto. São milhões de jovens que trabalham de sol a sol pela própria sobrevivência sem ter esperança de saírem do círculo vicioso em que nasceram. São os milhões de jovens menores abandonados que perambulam pelas ruas. São as meninas vítimas da prostituição, com feições de velhas. São a maior parte dos “criminosos” abatidos pela polícia ou amontoados nas cadeias. São os jovens que procuram alívio de uma vida dura demais, na bebida e nas drogas. O motivo principal, porém, é *bíblico*: a opção de Deus no Antigo e Novo Testamento pelos mais pobres. Esta é a opção de fundo que determina nossa ótica na pastoral. Esta ótica determinará uma opção não de manutenção do “status quo”, mas de transformação das estruturas injustas que favorecem as elites sociais e marginalizam a maioria da população. — b) As classes sociais também exigem uma *pedagogia diferente*. Jovens das classes populares, por exemplo, têm menos capacidade de abstração, de concentração e elaboração de um discurso coerente, do que jovens das classes média e alta. São mais concretos. Um curso para universitários tem que ser diferente de um curso para jovens favelados. A P. J. deve favorecer o surgimento de lideranças no meio popular, evitando que as classes populares sejam mantidas numa situação paternalista de dependência, por jovens de classes com acesso a um nível de estudo e padrão de vida superior.

Como esta questão pedagógica pode ser trazida em termos organizativos é questão não clara ainda dentro da P. J. A. P. J. do Nordeste e do Sul apresentam caminhos diferentes.

5) Que Tipo de Jovem Formar

A questão fundamental que todo assessor adulto e jovem coordenador tem que se colocar é:

que tipo de jovem queremos formar? A resposta a essa pergunta determinará o tipo de pastoral que desenvolvemos. Estamos formando líderes capazes de pensar e analisar por si o mundo em que se encontram, que são sujeitos do processo todo, que têm uma consciência crítica, ou estamos formando seguidores emocional e intelectualmente imaturos, matéria-prima para uma sociedade manipuladora? A P. J. opta pela primeira alternativa. Somente um jovem livre, com consciência crítica, pode revelar a realidade teológica de um ser criado à imagem de Deus.

6) Processo de Iniciação e Processo de Militância

Com o desgaste dos movimentos de encontro, e o surgimento de uma Pastoral de Juventude orgânica e encarnada, começou a surgir dentro dela um grupo significativo de jovens que assumem uma militância na comunidade eclesial e sobretudo nos meios específicos (movimentos populares, sindicatos, partidos políticos, movimentos de estudantes). Entendemos que a militância deve englobar três características: compromisso forte; visão libertadora e transformadora; motivação evangélica.

Esses militantes normalmente exercem a hegemonia nas coordenações da P. J., e nos últimos anos alguns deles cometeram o erro de não perceber a necessidade de uma pedagogia diferente e mais lenta para a grande maioria de jovens não militantes. O resultado, em muitos lugares, foi o isolamento da coordenação e seu afastamento das bases da P. J. A P. J. aprendeu com seus erros, e hoje dá mais clareza sobre a necessidade de um tipo de acompanhamento, metodologia, subsídios, cursos, assembleias, reuniões diferentes para os jovens ainda no processo de iniciação. Paralelamente há necessidade de outro tipo de acompanhamento para os jovens militantes. Um jovem que milita em sindicato, por exemplo, exige um acompanhamento diferente do de um adolescente que há pouco começou num grupo paroquial e está unicamente preocupado com seus problemas afetivos. Essa distinção, feita no 4.º Encontro Nacional, na teoria parece óbvia, mas na prática, são poucas as lideranças que a percebem. O meu contato com a P. J., em todos os cantos do país, tem me ensinado que a incapacidade de perceber essa distinção foi o que mais retrocesso provocou na P. J. nos últimos anos.

7) Metodologia

A Juventude é freqüentemente taxada de irresponsável pelos adultos. Minha experiência de trabalho com a juventude mostra que a irresponsabilidade de alguns de seus setores é causada pela incapacidade de muitos coordenadores e assessores adultos em acertar uma metodologia que desperte a generosidade e o idealismo natural do jovem para um compromisso cristão. Freqüentemente sabemos *aonde* queremos chegar, mas não *como* chegar.

Uma metodologia global da P. J. deve abranger entrosamento e amizade, clareza de objetivos, educação na fé, o método Ver-Julgar-Agir, a ação, a formação teórica, coordenações, organização, planejamento, acompanhamento, avaliação, pre-

paração e estrutura de reuniões, espiritualidade e capacitação de coordenadores e assessores. Um aprofundamento maior dessa metodologia é dado no meu livro "Juventude, o Grande Desafio".

8) Formação Teórica

Um jovem que não tem certa clareza teórica, não consegue comunicar-se com os outros. A incapacidade de se organizar de modo sistemático em sua opção de fé, faz com que se comunique com os outros de maneira confusa. Muitos jovens sabem explicar muito bem *o que* estão fazendo e como estão fazendo, mas poucos conseguem definir com clareza *o para que*, isto é, quais são os objetivos a longo, médio e curto prazo da P. J. Por esse motivo, depois que termina o entusiasmo inicial e o fascínio pela novidade das novas amizades, muitos coordenadores e assessores sentem-se com "bata-tas quentes nas mãos", ou como disse alguém, "segurando uma onça pelo rabo". Pistas de solução para as crises dos grupos só podem ser encontradas por aqueles que percebem com clareza onde querem chegar.

Um progresso considerável tem sido feito, nos últimos anos, no sentido de uma formação bíblica, teológica, psicológica, sociológica e política, mais séria. Multiplicam-se palestras e cursos de fim de semana, por todo lado. Faltam ainda, porém, cursos de longa duração. Um curso de fim de semana é pouco e superficial, considerando a grande ausência de formação teórica da parte da maioria dos jovens. O Instituto de Pastoral de Juventude de Porto Alegre com seu curso para assessores, de quarenta dias divididos em três etapas, é trabalho pioneiro neste sentido. É importante ressaltar, aqui, que entendemos a formação teórica como sempre unida à práxis dos próprios jovens. Devemos evitar uma pastoral de cursos desligados de um compromisso concreto por parte dos jovens. A teoria ajuda somente na medida em que seja resposta aos problemas e questionamentos sentidos pelos jovens na sua prática. A formação teórica pressupõe uma formação na ação.

9) Mística

Uma pastoral que não dedica tempo para aprofundar uma mística ou espiritualidade capaz de alimentar a caminhada, é casca oca. Logo estoura. Há, porém, hoje em dia, uma dificuldade séria causada pela crise da assim chamada espiritualidade "tradicional" que não se adapta à sensibilidade atual. As antigas fórmulas são impotentes diante do clamor crescente da injustiça na América Latina. A espiritualidade tradicional, de exercícios de piedade, que alimentava uma outra geração, não responde aos anseios de uma juventude nascida numa época muito diferente. Os tradicionais modelos de santidade, como Luís Gonzaga, Teresinha de Lisieux, exercem pouca influência. Os modelos preferidos hoje são os grandes profetas de mudança histórica como Dom Oscar Romero, Santo Dias, Martin Luther King, Gandhi. Não é verdade que o jovem não quer rezar. Quer rezar, quer se colocar na presença de Deus, mas do jeito dele. É comum hoje, em Assembleias e cursos onde a liturgia é bem preparada, dentro de uma proposta libertadora, que o presidente da celebração tenha

que controlar a participação dos jovens para não "estourar" o horário.

Há uma consciência nova dentro da P. J. hoje, a de que a espiritualidade é uma das dimensões mais importantes da vida do jovem, e que precisa ser aprofundada. Multiplicam-se cursos, assembleias e retiros com temas significativos, como: Fé e Vida, Fé e Política, Oração e Ação.

10) *Revolução Sexual*

Está acontecendo uma verdadeira revolução sexual no meio da juventude hoje. Através das suas idéias e comportamento uma grande parte da juventude nega os padrões de comportamento sexual da geração adulta. O ensinamento tradicional da Igreja sobre este assunto se mostra pouco capaz de penetrar o pensamento da juventude moderna. Um comportamento que contraria certos elementos deste ensinamento é considerado aceitável e óbvio. Um jovem me falou recentemente: — "A ética sexual da Igreja é uma maneira de manter de pé uma sociedade autoritária e injusta".

É necessária uma reformulação deste ensinamento para que possa ser inteligível para nossa juventude que não aceita argumentos dogmáticos. Infelizmente a P. J. tem feito pouco neste sentido. No tempo forte dos movimentos de encontro, de alguns anos atrás, se colocava como assunto central a questão sexual, porém de maneira frequentemente negativa e pouco esclarecida. Agora, quando se coloca como preocupação central da pastoral a questão da justiça social, há uma tendência a se ignorar uma dimensão fundamental da vida do jovem que passa por um processo de amadurecimento de estruturas psíquicas, sexuais e morais.

11) *Capacitação de Assessores*

A Igreja de hoje, diferente da do século passado, investe pouco na juventude. Talvez a Igreja nunca tenha investido tantos recursos financeiros e humanos, quanto investiu na juventude no século XIX. Foi montada uma grande rede de colégios e institutos dedicados exclusivamente à educação da juventude. Várias congregações religiosas foram fundadas para trabalhar com a juventude.

Hoje em dia, a educação formal vem sendo substituída pela educação informal como meio mais eficaz de atingir a juventude moderna. A Igreja, porém, tem poucos sacerdotes ou religiosos capazes de trabalhar com a juventude num processo de educação informal. No entanto, a falta de apoio ou a ativa oposição de muitos vigários nas suas paróquias, é frequentemente aliviada quando os jovens encontram um assessor-padre ou irmã que apóia e acompanha sua caminhada em nível de diocese. Infelizmente muitas dioceses não encontram nenhum padre ou irmã com vocação e carisma para ser assessor diocesano da juventude.

Por outro lado, são frequentes as críticas dos adultos contra a Pastoral da Juventude. Ora, enquanto não investimos na juventude, não temos o direito de cobrar dela. Desempenhamos o papel ridículo daquele que foi ao banco cobrar juros de um dinheiro que não tinha investido. A experiência mostra que a Pastoral da Juventude dificilmente se desenvolve quando não há assessoria de adulto, pelo menos em nível diocesano.

O assessor é, também, o elo que faz a ligação com a pastoral orgânica para que a P. J. não seja um quisto no meio do corpo eclesial.

Nem tudo porém, é negativo. Uma P. J. mais séria e comprometida e menos festiva, tem atraído um número significativo e crescente de padres e irmãs novos que escolhem a juventude como seu campo principal de trabalho pastoral. A preocupação dos Bispos em investir pastoralmente na juventude, ficou clara na Assembléia Geral da CNBB em 1983, quando o "Destaque Jovem" recebeu os votos de duzentos e oitenta bispos. Foi o destaque mais votado. Cresce o número de Regionais da CNBB e dioceses que escolhem a juventude como tema de suas assembleias.

O Documento "Diretrizes Gerais da Ação Pastoral da Igreja no Brasil" propõe: "*O futuro da sociedade e da Igreja depende da capacidade de escutar o que acontece no mundo jovem, de respeitar a sensibilidade própria do jovem, que vive o momento presente, de encontrar novas soluções práticas e de pressentir novos rumos. Trata-se de aprender do jovem e deixar-se evangelizar por ele. No jovem não há, apenas, contra-valores! Ao contrário, há valores novos, que, em geral, só o jovem é capaz de criar e desenvolver. O Jovem é garantia da juventude da Igreja*".

Há muitos indícios de que talvez estejamos no limiar de uma resposta significativa da Igreja ao mundo jovem. Se não acertamos, podemos, nas palavras de um Bispo brasileiro, "perder uma geração para a Igreja". Vivemos numa sociedade radicalmente diferente de qualquer outra da história. Pode ser perigoso nos refugiarmos no sonho confortável de que o problema se resolverá no futuro, quando os jovens, ficando adultos e casando-se, voltarão para o seio da Igreja.

2.2. Pastoral Operária

Como e para que uma Pastoral Operária

Introdução

O Trabalho é a nossa vida

O trabalho que a gente faz é o que muda as coisas. É o nosso braço, a nossa cabeça, a nossa energia, a nossa vida que constroem o mundo em que vivemos. Se esse mundo está hoje cheio de injustiças, se está assim mal dividido, esse mundo está errado; é a gente que deve arregaçar as mangas para consertar, para fazer um mundo do jeito que nós queremos, onde quem manda seja a vontade da maioria.

E as coisas já começaram a mudar. A gente participa das Comunidades de Base, a gente criou a Pastoral Operária, a gente está nos sindicatos, brigando para que eles respondam verdadeiramente às necessidades dos trabalhadores. A gente vai ganhando confiança, vai aprendendo, sabe que pode fazer muito mais. Sabemos hoje que existem tarefas urgentes que precisamos de nós: organizar Comissões de Fábrica, acabar com a pelegada que trai os trabalhadores, construir uma Central Única que possa coordenar as lutas das várias categorias e que seja forte na base. Estamos arregaçando as mangas e dando as mãos aos companheiros que toparam entrar nessa briga conosco.

A Pastoral Operária (PO) nasceu da necessidade dos trabalhadores cristãos discutirem a relação entre a sua fé e a sua vida na fábrica, no sindicato, na associação de moradores, no partido. Operários e camponeses estão despertando, estão dando passos importantes para resolver seus problemas. A Pastoral Operária foi pensada para poder dar uma mãozinha nessa caminhada. Este artigo é parte desse trabalho. Ele é o resultado das exigências de um trabalho que está crescendo. Aqui estão algumas dicas, algumas idéias, para dar uma força aos que estão empenhados em criar uma PO na sua comunidade. Esperamos que seja útil e, desde já, agradecemos as críticas e sugestões para melhorar em edições futuras o que agora apresentamos. Vamos lá?

1. *A coisa tá feia que tá danada*

Pra saber que a coisa está feia para o nosso lado, ninguém precisa ler jornal. A gente sente na própria carne a fome e a miséria. Nossos filhos não têm condições de frequentar a escola. Muitos dos que conseguem ir, só aproveitam mesmo é da merenda. Não está dando para comprar comida, quem dirá comprar cadernos, livros, uniforme. O salário da gente já é baixo e ainda é comido pela inflação pavorosa. A gente faz uma ginástica danada, mas cada vez tem mais mês no fim do nosso salário. Cada rancho, cada feira que a gente faz, a gente tem de cortar alguma coisa. A carne está impossível, leite é coisa rara, fruta só aquela ruinzinha, de final de feira. Uma cervejinha ou uma cachacinha viraram um luxo. A gente vai ficando desesperado, passa a trabalhar mais, a fazer hora-extra, biscate, o que aparecer para melhorar um pouquinho a barra lá em casa. Mas quando a gente chega, já é tão tarde, a gente está tão cansado, que tudo o que a gente quer é dormir logo para ver se recupera as forças para recomeçar no outro dia. Com isso a gente quase não vê os filhos, tem pouco tempo para conversar com a mulher, não tem vontade de encontrar ninguém.

Se a gente adocece, é um drama. O INPS, quando atende, atende em geral muito mal. As consultas são feitas às pressas, que tem muita gente na fila; os remédios são caros, as recomendações feitas pelos médicos parecem até brincadeira: "alimente-se bem, procure descansar bastante, evite preocupações".

Perder o emprego? Nem pensar. Quem já passou por isso, sabe o que é bater de porta em porta, em fábricas e construções e ficar ouvindo que não há vagas, que mais gente foi posta na rua. Sem seguro-desemprego, sem salário, sem garantia nenhuma, só resta o biscate, o bico. E a gente se sente péssimo, desvalorizado, deprimido, na maior fossa. O sustento da família acaba caindo só nos ombros de nossas mulheres. Ser desempregado é uma das piores coisas que nos pode acontecer.

Por isso é que muita gente fica com medo de protestar contra a situação. E passa a suportar resignado as condições de trabalho que vão piorando: exigem da gente mais produção, aumentam as cadências e os ritmos, e aumenta o nosso cansaço. O cansaço resulta frequentemente em acidentes. São as chamadas "falhas humanas": onde a vítima vira culpado. O Brasil é o campeão mundial de acidentes de trabalho.

Eles dizem que não podem aumentar nossos salários, dizem que não há condição. A gente já sabe que eles não querem mudar. Está claro pra nós que as leis são feitas contra a gente. É só a gente se organizar, meter a boca no mundo, para ver o pau comendo em cima da gente. A peça que a gente faz, o motor que a gente faz, a parede, o sapato, o pano que a gente faz, dão lucro: casa de praia, terras em Mato Grosso, iate, jatinho particular, férias na Europa. Quem é rico está cada vez mais rico, enquanto para a gente a coisa está cada vez pior.

2. *Quem espera, fica esperando a vida toda*

A coisa está feia. E daí? A gente já viu que não adianta esperar, que não dá para confiar nas promessas deles. A gente acaba se ferrando sempre.

A gente já sabe que somos nós que fazemos as coisas. Já deu para desconfiar que para que as coisas mudem, para que a vida da gente dê uma boa melhorada, para que nossos filhos tenham mais chances, para que a vontade e a necessidade da maioria tenham um tratamento justo, a gente tem que se mexer. Não dá mais para esperar.

Mudar as coisas não acontece feito mágica, de uma hora para outra. Exige garra. Para ganhar esse jogo, é preciso suar a camisa. A gente já levou muita goleada, já levou muito olé, já perdeu jogo por causa de juiz ladrão. Mas a gente já aprendeu muito, está aprendendo cada vez mais, e mais depressa. A torcida é nossa, a gente está confiante, vai dar para ganhar o caneco.

Mas para isso tem todo um trabalho que a gente precisa fazer. Tem de começar de baixo, tem de treinar muito, se esforçar, se disciplinar. O craque não nasce feito, um time bom não acontece por acaso. Pois para a gente é a mesma coisa: a gente aprende fazendo, a gente cresce na luta, a gente ganha experiência na medida em que a gente batalha por uma causa que é vital para a gente. Ficar esperando que os outros resolvam os problemas para a gente, não dá mais. Quem espera, fica esperando a vida toda, não alcança coisa nenhuma.

3. *Reino de Deus já*

O sol brilha para todos, a chuva cai para todos, para cristãos e não-cristãos. Estamos todos no mesmo barco, temos de remar juntos. Não se sabe quem botou na cabeça de algumas pessoas que o cristão não deve se misturar com os outros, que deve ficar rezando na Igreja e fugir da "política". Os trabalhadores cristãos são cristãos e são trabalhadores: sofrem as mesmas injustiças que os não-cristãos, todos são explorados da mesma maneira. O trabalhador cristão, porém, tem algo de diferente. Ele sabe que Deus quer que todos sejam seus filhos, que todos sejam irmãos. O trabalhador cristão sabe que o plano de Deus é outro, muito diferente disso que está aí. E sabe que na sua luta por justiça ele está ajudando a construir o mundo melhor que é parte do plano de Deus. O trabalhador cristão não aceita essa situação, não aceita ser explorado, não aceita que os outros sejam injustiçados. Ele quer o Reino de Deus, já, aqui, agora. Quer um mundo que esteja de acordo com os ensinamentos de Cristo. Ora, se o cristão quer isso, por que ele não arregaça as mangas e parte para a luta? Como é que é possível que existam trabalhadores

cristãos que vão à missa, rezam, trabalham nas CEBs e tudo mais, mas não estão na luta?

“O trabalho humano é a chave essencial de toda a questão social”, disse o Papa João Paulo II na sua carta “Trabalho Humano”. Nela está contida uma orientação clara para a tarefa dos cristãos e da Igreja: “*manter presentes a dignidade e os direitos dos trabalhadores, condenar as situações em que esses direitos são violados e orientar as mudanças no sentido de um verdadeiro progresso humano e social*”.

Tudo isso está muito bonito, estamos todos de acordo. Mas, como é que a gente chega lá? Quais são os primeiros passos?

4. Mudando a partitura

Tem gente aí fazendo coisas que não têm nada a ver, às vezes até com melhores intenções. Por exemplo: tem gente que acha “uma boa” ter uma Pastoral Operária. “Assim”, pensam eles, “esse pessoal não vai perturbar as outras atividades — catequese, oração, celebrações litúrgicas, conselhos pastorais, cursos de formação etc. — e sim ficar lá no grupinho deles da PO, discutindo essas coisas de trabalhadores”. Essa gente divide a Casa de Deus numa porção de quartinhos que não se comunicam entre si. Pior: às vezes não têm nem portas nem janelas. Isso acaba sufocando as pessoas, e o trabalho morre.

A gente vai falar aqui de como organizar um grupo de PO, mas isso não quer dizer que a gente está propondo uma coisa à parte. Nós queremos exatamente o contrário, isto é, que a questão do trabalho e dos trabalhadores esteja *no centro* das preocupações, responsabilidades e tarefas da Igreja e dos cristãos e que todas as demais atividades sejam marcadas pela presença da questão do trabalho, “a questão essencial”, como disse o Papa.

5. Formando o time

É isso aí: o jogo já está marcado, a gente já sabe o campo e quem é o adversário. A torcida está lá, e a gente não pode fazer feio. Que é que precisa fazer? Formar o time. Chamar todo mundo que quer jogar, começar a bater bola para entrar em forma, e ir selecionando os candidatos às diversas posições. Ou será que a gente ainda não tem nem a bola?

Para formar o time da PO não é diferente. Tem muitas coisas parecidas.

Em primeiro lugar, existe o interesse comum. Todo mundo é trabalhador, todo mundo é explorado, a vida “tá” difícil, ninguém agüenta mais, todos querem mudar. Isso é a forte motivação de todo mundo.

Sabendo disso, você vai começar a falar com um, com outro, sobre a necessidade de bater um papo mais firme sobre essas coisas todas. Nessa fase você não pode desanimar com as reações de algumas pessoas. Tem gente que não quer mesmo nada, mas tem gente que já sofreu muitas decepções, que não acredita muito que as pessoas possam se unir para mudar, que acha que cada um só pensa no próprio umbigo, e por aí vai.

É preciso insistir, insistir bastante. Não perder o bom humor. Explicar pacientemente que não adianta ficar agarrado no seu galho, porque tem

gente lá embaixo cortando sua árvore. Então, o melhor é se unir pra não deixar. Insistir sempre. Tem gente que não vai entender para que fazer uma PO, e você vai ter de explicar. Mas a maioria vai aceitar o convite e vai comparecer. Você marcou dia, hora, local, e o pessoal vai pintar por lá.

E aí? Aí a gente tem de pensar como é que vai ser essa primeira reunião. Tem de preparar direitinho para não virar bagunça ou desanimar as pessoas, inclusive você mesmo.

Uma boa dica de quem tem cancha é começar a preparar a reunião pedindo ajuda de outros. É importante ter uma idéia do que se vai discutir na reunião. Fazer uma lista, uma pauta, é mais fácil quando a gente faz isso junto com dois ou três amigos. Os assuntos são os que mais influência tiveram na vida das pessoas. Por exemplo, o desemprego é, hoje, um assunto certo. Ou a moradia, transporte, saúde, condições de trabalho; são assuntos que vão surgir. Na reunião, essa pauta deve ser proposta para discussão, para que as pessoas possam decidir sobre o que vão discutir.

O pessoal passou tantos anos sem poder falar dessas coisas, que muitas vezes todo mundo quer falar ao mesmo tempo e a reunião fica meio tumultuada. Tudo bem, deve-se fazer um esforço para organizar a discussão, mas sem ser autoritário. Há uma diferença entre ser autoritário e ter autoridade. A autoridade é conferida democrática e naturalmente pelas pessoas; é um reconhecimento por um bom desempenho. Já o autoritarismo é uma reprodução do que tivemos aí nesses vinte anos. Deu para entender?

Pois é, esse papo todo é para dizer que uma reunião precisa ser *pensada* antes de acontecer, senão vira bagunça. Quem dirige deve fazer um esforço de falar para todo mundo entender. Evitar as coisas vagas, abstratas. Não adianta fazer um longo discurso atacando o capitalismo e o imperialismo, porque isso não vai mudar grande coisa. Mas, se alguém souber transformar aquelas coisas em feijão com arroz, em preço da passagem, em aumento de emprego, aí sim, as coisas estarão claras. Quem dirige deve estar atento ao próprio discurso e aos dos outros, para não deixar as coisas escorregarem para o discurso abstrato, que, além de inútil, é chato. E a gente não vai a uma reunião para se chatear, não é mesmo?

As pessoas devem ser estimuladas a falar da própria experiência, porque é aí que as coisas são reais e verdadeiras e a reunião fica interessante. É a partir dessas coisas que se torna possível pensar em *fazer coisas concretas* que ajudem a mudar a situação.

Há outras dicas que vale a pena mencionar. Uma é esta: para que a gente não se perca diante de tanto assunto, quem dirige a reunião deve ficar atento para que a gente só passe a outro assunto quando estiver esgotado o primeiro. Não se deve deixar que alguém interrompa o que se está discutindo, com uma idéia que pode até ser interessante, mas que pode ser discutida depois. Essa dica, como tudo aliás, é relativa. Aqui não existem regras definitivas. Use o seu bom senso e estaremos num bom caminho.

Outra dica que vale mencionar é a questão da discussão. Muitas vezes começa uma discussão braba e tem gente que se apavora com isso. Tem

gente que acha que todo mundo deveria pensar igual, estar de acordo sobre tudo, e vê em cada discussão o perigo da desunião. Por isso faz de tudo para botar panos quentes, conciliar, apurar as arestas. Às vezes a gente tem de fazer isso mesmo. Mas muitas vezes isso pode significar impedir que uma discussão importante aconteça. Pontos de vista diferentes só podem enriquecer o debate. As pessoas tomarão partido, terão de usar a massa cinzenta para saber quem está com a razão, ou qual é a melhor proposta, ou qual idéia combina melhor com os interesses de todos, ou qual idéia combina melhor com os interesses de todos, ou qual idéia está em franco desacordo com os princípios que devem orientar a vida de um cristão. Deixe a discussão rolar, garanta o direito de cada um expor seu ponto de vista e, se for o caso, ponha em votação, procurando esclarecer quais são as propostas e o que é que se vai discutir.

Outra dica de quem tem experiência é eleger alguém para tomar nota do que se discute e do que se decide — as palavras voam, o que está no papel fica. E chegar a decisões que devem ser postas em prática: quem vai fazer o quê, como, quando, onde.

Deve-se fazer um esforço para ser pontual. É muito chato quando a gente chega na hora e tem de esperar um tempão para a reunião começar. A pontualidade não é bobagem, não. Faz parte de uma disciplina que é preciso ter.

Finalmente, muita gente, muito bom humor. Nada de ficar de cara amarrada, cobrando das pessoas, culpalizando todo mundo. Vamos levar a tarefa “numa boa”, com alegria. É melhor para todo mundo.

6. Agente de Pastoral não é babá

Quem faz a Pastoral Operária são os operários cristãos organizados. Os agentes de Pastoral podem acompanhar nossas discussões e dar palpites, mas não devem pretender conhecer melhor do que nós os nossos problemas e nossa condição de vida. Se a gente erra, é a gente que leva as pancadas. A gente sabe onde é que nos dói o calo. E a gente vai assumir as tarefas que a gente decidiu depois de uma ampla discussão, da qual também terão participado, provavelmente, os agentes. A gente vai assumir, e se não der certo a gente vai rediscutir tudo e descobrir porque não deu certo. E se der certo, a mesma coisa. A gente aceita os palpites na hora de discutir, decidir, avaliar. Mas quem vai agüentar o rojão somos nós. Agente não é a gente.

Para compreendermos o tipo de apoio que a Igreja deve a nós, trabalhadores, é bom lembrarmos este ensinamento do Concílio Vaticano II, que diz: “A Igreja deve respeitar a autonomia das organizações”. Isto significa, no caso de nós trabalhadores, que os pastores, padres, religiosos e agentes de pastoral, mesmo a Pastoral Operária, não assumam o lugar dos sindicalistas, ou das assembléias dos trabalhadores, mas respeitem suas decisões, ainda que não estejam de acordo com elas. Seria absurdo que a Igreja ditasse o que compete aos sindicatos ou às assembléias de trabalhadores, como por exemplo: decidir sobre o início ou fim de greves, ou quais itens os trabalhadores deveriam reivindicar, ou quais métodos usar etc.

À Igreja, como um todo, compete apoiar as reivindicações e os métodos justos, oferecendo seus serviços. Além desse apoio e serviço, a Igreja tem por tarefa evangelizar, isto é, ajudar a ligar nossa vida e nossa luta com o projeto de Deus, com referência essencial à Paixão, Morte e Ressurreição de Jesus Cristo.

7. Nossa ferramenta

Mas nós, trabalhadores cristãos, não podemos ser ingênuos diante dos problemas que enfrentamos. Precisamos ter uma ferramenta que nos ajude a VER, a JULGAR e a AGIR diante desses problemas. Essa ferramenta, usada pela Pastoral Operária, chama-se Metodologia VER-JULGAR E AGIR. Vejamos cada um desses passos:

a) Ver

O primeiro passo que devemos dar em nossas reuniões é *ir vendo* a nossa realidade de trabalhadores. Fazendo um levantamento da nossa realidade, relatando os nossos problemas e as nossas condições de vida e trabalho na fábrica, no sindicato e no bairro. Depois disso, para não misturar as coisas, devemos escolher um desses fatos para ser analisado. A palavra-chave no VER são os nossos problemas de trabalhadores, a vida dura que vivemos.

b) Julgar

Uma vez escolhido um fato para analisar, devemos julgar esse fato acontecido com o trabalhador. Devemos buscar as causas desse fato, responder às perguntas: por que acontece isso com os trabalhadores? Que pensamos disto tudo?

Então descobriremos que de um lado existem as causas que vêm do lado dos patrões e do governo: baixos salários, repressão, sindicatos atrelados etc. Do outro lado, veremos as causas que vêm de nós trabalhadores: medo, comodismo, falta de confiança em nós mesmos e na nossa união, falta de organização etc.

Além disso, é bom que o nosso grupo sempre esteja atento para as causas políticas, pois elas estão muito ligadas às nossas questões de operários. Por isso, devemos ser vivos e analisar sempre os últimos acontecimentos.

Depois dessa análise, devemos tomar a palavra de Deus e discutir até que ponto a nossa ação como trabalhadores segue o *projeto de Deus*. Esta reflexão vai aumentar nosso nível de consciência e dar forças, pois aí descobriremos que fé e vida devem andar juntas.

Depois de alguns meses, quando o nosso grupo estiver mais firme e animado, será útil fazer um bom curso bíblico e teológico, que nos ajude a compreender e a viver mais esse projeto de Deus.

É importante, de acordo com a necessidade e interesse, provermos encontros para discutir a formação sindical, a história da classe operária, a atualização das leis trabalhistas, a análise do momento político e das características da organização da sociedade em que vivemos e de sua economia.

Lembramos que, para organizar esses cursos ou conseguir vagas em cursos promovidos pela Pastoral Operária, pode-se recorrer à Comissão

Nacional ou à Executiva Nacional da PO, bem como às Comissões Estaduais.

c) Agir

Uma vez que tivermos conhecido os problemas que existem em nosso meio operário (VER) e tivermos descoberto por que existem e o que pensamos deles (JULGAR), vem esta pergunta: Como nós, trabalhadores cristãos, podemos transformar essa realidade, para que ela esteja de acordo com o plano de Deus? (AGIR). Isto é um sinal claro de que chegou a hora de tentarmos *fazer* alguma coisa.

Dessa forma estamos ganhando força e coragem para agir no meio operário, tanto na fábrica, no sindicato, como no bairro. Vemos nossa ação quando conscientizamos os colegas de trabalho; quando procuramos formar grupos ou comissões de fábrica; quando buscamos ser sócios do sindicato, estar presentes nas assembleias, fazer chapas ou integrar diretorias combativas, incentivar um sindicalismo atuante, participar de lutas próprias do sindicato (campanhas salariais, greves etc.); quando procuramos envolver as comunidades no apoio às lutas operárias e também nas lutas mais gerais de todos os trabalhadores (mobilizações, organização global dos trabalhadores, implantação da CUT, greves gerais); quando nos preocupamos com a questão político-partidária (assumir às lutas políticas, integrar partidos políticos etc.).

Essa nossa ação deve ter uma clara dimensão pastoral. Nosso objetivo de grupo de operários cristãos organizados é, à luz da fé, a luta pela justiça e pelos valores do movimento operário.

Mas nossa atuação de cristãos não pode ser isolada, nem ingênua, nem simplista. A luta de classe é uma realidade social, cujo espírito e objetivo dependem dos valores de quem nela se engaja (com consciência e organização). Por isso, é importante que nós, cristãos engajados, sintamos o apoio de nossa comunidade e de nossos pastores.

Quando tratamos da nossa ação, é bom olharmos para outros grupos que tomam decisões, mas que nunca chegam à ação. Isso também pode acontecer conosco, se não tivermos um plano de ação. Por isso, apresentamos alguns elementos necessários para um bom plano de ação.

Sugestões para planejar uma ação:

— Escolher uma ação a ser realizada — O quê?

— Deixar bem claro o que desejamos — *Objetivo* — Para quê?

— O plano deve ser decidido por todos, não por um pequeno grupo. Ninguém quer executar um plano, do qual não participou na elaboração.

— Distribuir as tarefas.

— Determinar as pessoas responsáveis.

— Ter uma coordenação geral.

— Ver como será feita a comunicação, divulgação.

— Marcar um prazo para atingir o objetivo: curto, médio ou longo prazo?

— Ver as etapas. Os passos não devem ser maiores do que as pernas. O que queremos alcançar agora como primeiro passo?

— Escolher os materiais a serem usados.

— Ver a data da cobrança e avaliação da ação para garantir a continuidade.

Nas reuniões, além de fazermos ligação com o Projeto de Deus, é importante motivarmos nosso grupo para rezar em cima de toda a nossa realidade operária; promover celebrações próprias com o grupo e, inclusive, com toda a comunidade (por exemplo, 1.º de maio, durante as greves, acidentes com trabalhadores etc.). É importante celebrarmos, diante de Deus e com os demais companheiros na fé, a nossa prática, os nossos problemas, avanços e recuos na caminhada de trabalhadores.

8. Não há nada como a experiência

A gente poderia ficar aqui falando de cada possibilidade, de cada situação que pudesse pintar, fazer longas listas, mas a gente sabe muito bem que não adianta muito. Não há nada como a experiência. O jeito é aprender a nadar: alguém, muito experiente, pode contar pra gente como é que é, como é que faz com as mãos, como se respira, como se bate o pé... mas nós todos sabemos que, para aprender a nadar, a teoria não basta; é preciso entrar na água mesmo. Tem um ditado italiano que diz: "quando a água chega ao seu traseiro, você aprende a nadar". Isto é, necessidade é a grande motivadora. E a experiência é a grande mestra. O que está acontecendo é que a água está chegando ao ponto crítico e vai todo mundo ter de aprender a nadar, senão, já era. E quando alguém aprende a nadar, sabe muito bem o gostinho de vitória, de realização, de conquista que isto representa. E vai melhorar com a experiência, com a prática. E é a prática que vai lhe dizer qual é a medida de suas forças, o que é possível fazer em cada etapa, quando é que o mar não está para peixe.

Com o grupo de PO que a gente vai iniciar, é a mesma coisa: a prática e a experiência vão ensinar a gente. A partir da própria prática, a gente vai poder julgar melhor as dicas que nos dão, e vai passar a procurar outros grupos, para refletir juntos, *trocar experiências*. Assim a gente pode saber como é que tal ou qual problema que a gente está vivendo foi resolvido em outra comunidade. Vai sentir que beleza é saber que a gente está caminhando junto com esse povo todo espalhado pelo Brasil afora, ajudando a ir na direção de uma mudança verdadeira.

Este é um estímulo para você dar o primeiro passo. A gente tem certeza de que você não pára mais. A seguir, nós damos algumas dicas de publicações, coisas para ajudar nessa caminhada, endereços úteis para você procurar, se precisar. Depois você vai nos dizer como melhorar esse trabalho, para que outros aproveitem. A água está subindo... vamos lá?

Bibliografia

Boff, Clodovis — Como trabalhar com o povo, *Coleção "Fazer"*, n. 5, Ed. Vozes, 1984.

Vários Autores — Fé e participação popular, Ed. Paulinas, 1984.

ACO — História da libertação dum povo: A Bíblia, *Publicação da ACO*, n. 2.

ACO — Jesus, sua terra, seu povo, sua proposta, *Publicação da ACO*, n. 4.

Maar, W. Leo — O que é política, *Coleção "Primeiros Passos"*, n. 54, Ed. Brasiliense.

Souza, Herbert José — Como se faz análise de conjuntura, *Col. "Fazer"*, n. 1, Ed. Vozes, 1984.

CELADEC — Como funciona a sociedade, Col. "Cadernos de Base", Ed. Paulinas, 1982.
Equipe de Pastoral da Diocese de Juazeiro — BA, O povo descobre a sociedade — *Capitalismo X Socialismo*, Ed. Paulinas, 1984.
Vários Autores — O que é questão de moradia, Col. "Primeiros Passos", n. 92, Ed. Brasiliense.
ACO — Conhecer as Sociedades, *Publicação da ACO*, n. 1.
Antunes, Ricardo C. — O que é sindicalismo, Col. "Primeiros Passos", n. 3, Ed. Brasiliense.
CEDEC — Sindicatos — autonomia e unidade, "Cadernos populares", n. 1, Ed. Vozes, 1984.
CEDAC — Perspectivas do Novo Sindicalismo, Ed. Loyola.
Vários Autores — Beabá do sindicato, Col. "Ca-

ternos de Base", Ed. Paulinas, 1982.
Lagôa, Ana — Como se faz para sobreviver com um salário mínimo, Col. "Fazer", n. 2, Ed. Vozes, 1984.
Souza, Paulo Renato — O que são empregos e
Veiga, José Eli — O que é reforma agrária, Col. "Primeiros Passos", n. 33, Ed. Brasiliense.
Antunes, Ricardo C. E Nogueira, C. — O que são comissões de fábrica, Col. "Primeiros Passos", n. 47, Ed. Brasiliense.
salários, Col. "Primeiros Passos", n. 28, Ed. Brasiliense.
Vários Autores — Desemprego, causas e consequências, PO de S. Bernardo do Campo e Ed. Paulinas, 1984.

3. O MOVIMENTO DE CURSILHOS DE CRISTANDADE E A PASTORAL DA IGREJA NO BRASIL

Introdução

Não é de hoje e nem muito recente a problemática dos chamados "Movimentos de Igreja" em relação à pastoral eclesial no Brasil. Dizemos "problemática" porque nem sempre foi e nem é, ainda, tranqüilo o posicionamento dos Movimentos quer quanto à organização da ação pastoral quer quanto a sua prática, nas bases. Por outro lado, a recíproca é verdadeira: a maioria dos Movimentos não têm encontrado na organização pastoral o seu lugar e o reconhecimento de seus carismas. Não faz muito tempo um artigo do Pe. Comblin, insigne teólogo, na REB, levanta inúmeros questionamentos, deixa outras tantas indagações e busca encaminhar algumas soluções. Sérias tensões têm surgido em nível de Igreja e no próprio interior dos Movimentos. O próximo Sínodo Mundial dos Bispos sobre a vocação e missão de Leigo, vinte anos depois do Concílio Vaticano II, agudiza as tensões, mas brinda também uma preciosa oportunidade de reflexão, de revisão e de aprofundamento do diálogo. Não temos dúvidas, entretanto, de que essas tensões são devidas a uma consciência mais viva e a uma prática mais comprometida do SER e FAZER IGREJA COM A IGREJA DO BRASIL. Pelo menos isto é o que podemos afirmar quanto ao que se refere ao Movimento de Cursilhos de Cristandade do Brasil. Sobretudo em nível de orientação nacional que, infelizmente, nem sempre chega às bases como seria de se desejar. Com estas observações introdutórias, queremos aqui situar o Movimento de Cursilhos de Cristandade (MCC) na história pastoral da Igreja no Brasil, descrever seu objetivo específico, mostrar algumas experiências de uma nova prática e deixar, para reflexão, alguns questionamentos, apresentando, também, alguns desafios.

I. Os cursilhos chegam ao Brasil

Com efeito, foi assim que aconteceu: o MCC não chegou como *Movimento* e sim, como "Cursilhos", isto é, trazendo a marca registrada de "três dias", nem um *antes* e, muito menos, um *depois*. Seria, com certeza, longo e cansativo trazer, agora, toda a história do MCC desde os seus primórdios. Poderia, até, ser de grande valia para a

compreensão de sua evolução, no Brasil. Mas haveria, por outro lado, de implicar numa análise mais ou menos exaustiva das circunstâncias sócio-político-religiosas nas quais ele surgiu na Espanha, no final da década de 40. Diremos, apenas, que o seu nascer espanhol leva algumas fortes marcas políticas de compromisso da Igreja com o regime de Franco e com uma mentalidade religiosa de puro "reavivamento" triunfalista da religião.

Trazidos pela Missão Católica Espanhola — sacerdotes e alguns leigos — parece que a intenção primeira dos Cursilhos foi a de proporcionar aos imigrantes espanhóis mais um instrumento alimentador de sua piedade e de uma religiosidade típicas e bem marcadas pelas suas origens. Não perdessem eles — os espanhóis — os laços religiosos com a pátria e que se fortalecessem com este novo componente espiritual que, na época, 1962 — se desenvolvia já há doze anos na terra de origem. (Até não há muito tempo, inúmeras expressões, aforismos e cânticos eram em espanhol...). Entretanto, pensado para espanhóis, já o 2.º Cursilho, por força das amizades e dos contatos naturais, era aberto para os nativos — já que o cerne dos Cursilhos — na sua organização e no seu seguimento, sempre foi a amizade.

Entretanto, ao se iniciar o Concílio Vaticano II e nascendo no Brasil o Plano de Pastoral de Emergência, o MCC como outros Movimentos de leigos então existentes, não foram convocados para dar a sua contribuição e, por outro lado, não se interessaram em dá-la. No que se refere ao MCC estava ele muito preocupado com dois problemas: sua rápida expansão pelo Brasil, graças ao seu forte apelo de conversão e entusiasmo para "as coisas da Igreja" e a preservação, a todo custo, de sua originalidade e sua identidade. Não se perdessem elas nesse Brasil imenso e nem se desvirtuasse seu método, às vezes ameaçado pelas chamadas "inovações" da Igreja do Brasil! Estas preocupações, aliadas ao fato de que os Planos de Pastoral de Emergência e de Conjunto nasceram por mãos de "tecnocratas pastorais" e não com a participação plena dos leigos e de seus movimentos, foram contribuindo para que o MCC fosse se fechando sempre mais sobre si mesmo. Acrescentem-se, ainda que o golpe de 1964 e o seu recrudescimento em 68 atingiu duramente a Igreja e os leigos mais

omprometidos: a hierarquia passou a falar e a gir, por força das circunstâncias, em lugar dos leigos e por eles. A linguagem continuou sendo "Cursilho-Cursilho" e não "Cursilho-Igreja" como tanto e tanto encontramos, ainda, na maioria dos países latino-americanos ou mesmo de outros continentes). A bem da verdade, deve-se afirmar que, em nível de direção nacional, aconteceram algumas revisões e algumas adaptações, tentando responder ao Concílio, a Medellín e às orientações pastorais da Igreja no Brasil. Essas revisões, entretanto, além de tímidas, permaneceram no interior do Movimento, embora se deva reconhecer, também, se tenha feito um esforço muito grande de reflexão em torno do MCC e da Pastoral Orgânica, cujos objetivos iam se clarificando na teoria e na prática da ação pastoral. Reconhecemos ter sido muito pouca e epidérmica a ressonância dessa reflexão: em nível de discurso era excelente, nas faltou efetivo compromisso com a prática pastoral. Assim, enquanto a Igreja no Brasil caminhava a passos largos buscando dar respostas adequadas e comprometidas de libertação e redenção ao momento histórico vivido pelo nosso povo brasileiro, o MCC corria ao comandante do II Exército para se eximir das acusações de filo-comunista que lhe eram feitas pelo então Bispo de Campos, D. Antônio de Castro Mayer, em uma de suas cartas pastorais especialmente escrita para "desmascarar" os Cursilhos... Não que houvesse má intenção dos dirigentes da época. Havia, sim, comunhão pouca com a Igreja martirizada de então! Por isso, o MCC faz o seu "mea culpa" e se penitencia perante a Igreja do Brasil.

I. Objetivo pastoral do MCC

O ano de 1968 foi importante para o Movimento: em Bogotá, na mesma época de Medellín, leu-se o II Encontro Mundial do MCC e nasceu sua definição: "O MCC é um movimento de Igreja que, mediante método próprio, facilita a vivência do Fundamental Cristão, criando Núcleos de cristãos que fermentem de Evangelho seus ambientes, ajudando a descobrir a vocação pessoal e espeitando-a". Sendo "de Igreja" o MCC quer com ela se comprometer; quer conjugar plenamente com seu objetivo pastoral; quer fazer suas opções dela: afinal, quer ser Igreja com a Igreja do Brasil. Ao proclamar um método próprio, o Movimento não pretende se fechar sobre si mesmo e suas "coisas", mas lançar mão da riqueza do seu carisma para "facilitar a vivência do Fundamental cristão" isto é, para levar seus participantes à conversão plena de coração e de vida; conversão de intenções e de prática; conversão para o compromisso efetivo com o anúncio do Reino. E isto acontece pela seleção dos ambientes a serem evangelizados e dos candidatos que, por força de sua presença de FERMENTO possam ser evangelizados, transformando sua realidade temporal através de critérios evangélicos. Mas este trabalho e esta presença não de ser organizados: NÚCLEOS DE CRISTÃOS ali estarão presentes para assumir, ao lado de outros homens e mulheres de boa vontade, a luta pela justiça, pela libertação, pelo amor e pela solidariedade. Todo este compromisso será assumido não por força de mandatos e comissionamentos e, sim, pela força da vocação pessoal, pela

força do SER LEIGO, do SER ESPECÍFICO NO SEIO DO POVO DE DEUS. — Mesmo com a clareza dessa definição foi necessário o acontecimento PUEBLA para que o MCC tomasse consciência da necessidade de se organizar no contexto pastoral, mantendo-se, ao mesmo tempo, fiel ao seu carisma e adaptando-se às urgências pastorais da Igreja. E "organizar-se no contexto pastoral" significou desinstalar-se, sair de si mesmo, questionar-se em profundidade, recriar um sentido de busca comprometida com o Objetivo da ação pastoral da Igreja no Brasil; rever seus próprios objetivos e seus métodos (aliás, bem no espírito da Carta Apostólica EVANGELII NUNTIANDI do Papa Paulo VI, Carta esta estudada e refletida por todo o MCC do Brasil, desde que veio à luz, em 1975). Uma sã inquietação se instalou no Movimento. A cada ano a Campanha da Fraternidade serve de motivação para um maior engajamento e para uma resposta mais efetiva, sobretudo a partir do tema JUSTIÇA E TRABALHO PARA TODOS. Em 1980 o Secretariado Nacional do Brasil apresentava ao V Encontro Interamericano do MCC um novo projeto de organização e de compromisso do Movimento com seus próprios objetivos e com a Pastoral Orgânica. A partir de então, se trabalha intensamente sobre a idéia-mater: *a finalidade do MCC é a PASTORAL AMBIENTAL*; a missão e vocação do Leigo — "ser Igreja no coração do Mundo" com preferência sobre ser "mundo no coração da Igreja" no sentido alertado pelo Documento "Lineamenta" quando, na 1.ª parte analisa a "fuga do mundo", a "clericalização do leigo", lembrando o Cardeal Pironio que essa fuga consiste em que leigos se satisfaçam com a convocação para ministérios intra-ecclesiais, descurando a vocação-missão que lhe é própria no seio do Povo de Deus: estar comprometido nas realidades temporais para evangelizar os ambientes (lugares e estruturas de vivência cotidianas), tentando, assim, introduzir ali o fermento dos critérios evangélicos de JUSTIÇA e de SOLIDARIEDADE, superando as contradições de uma cultura que se diz cristã. Destaque especial para o trabalho do Movimento se deve dar à verdadeira mobilização em torno do Documento 28 da CNBB. Nestes últimos quatro anos tem sido intenso o trabalho de reflexão, de estudo e de aplicação do Objetivo Geral e da adequação do Movimento para que este seja instrumento eficaz de "construção de uma sociedade justa e fraterna, anunciando o Reino Definitivo". Tem-se buscado organizar a Pastoral Ambiental (Puebla 800-803; Doc. 28, destaque 5 etc.); Núcleos de Comunidades Ambientais em todas as áreas de atividade; Escolas de estudo e de vivência através do método VER/JULGAR/AGIR/AVALIAR e oferta dessa organização à pastoral diocesana no sentido de que esta abra espaços para esse tipo de opção evangelizadora e não queira "enquadrar" o Movimento nos estreitos limites daquilo que já está ou que se pensa estar organizado ou, mesmo, nos limites das vontades dos animadores pastorais, de agentes e de párocos nem sempre bem informados do que significa o leigo ser fermento, sal e luz no seu ambiente...

III. Algumas experiências

Formação integral do leigo, "construtores de uma sociedade pluralista"; Pastoral urbana eficaz-

mente assumida; diálogo pastoral efetivo não se satisfazendo com que a organização pastoral “suporte” o Movimento e nem que este simplesmente se “enquadre” ou “ajude” o trabalho, mas que encontre seu lugar e seu espaço; tudo isto animou grupos do MCC a que superassem suas “REUNIOES DE GRUPO” (na verdade, mais reuniões do que grupos) e se abrissem para experiências concretas de compromisso evangelizador de suas realidades. Aqui algumas dentre tantas:

a) profissionais de um grande laboratório estatal começaram a se organizar em Núcleo de Comunidade Ambiental: levantamento da realidade, análise dessa realidade à luz da Palavra de Deus e dos Documentos da Igreja e um agir efetivo assumindo a luta pela justiça no seu ambiente, pela melhoria das condições de trabalho, de salários, sobretudo das categorias mais baixas etc. Não tardou para que a Diretoria proibisse terminantemente a incipiente organização. Não se intimidaram seus componentes: transformaram o Núcleo Ambiental em entidade de classe que hoje é atuante e comprometida na luta pela justiça, fundamentados nos critérios evangélicos e sustentados pela oração e pela Palavra de Deus.

b) Num dos departamentos de uma grande indústria surge um novo modelo de convivência e de relacionamento. Utilizando-se de um método de aperfeiçoamento de produção, um pequeno grupo de cristãos comprometidos com a Igreja e com a orientação do MCC está transformando as relações de trabalho e implantando uma nova mentalidade de estrutura mais justa, mais humana e mais fraterna, sem abdicar do seu engajamento na luta pelos direitos fundamentais dos operários.

c) Numa empresa estatal — 3.500 funcionários na sede — um pequeno grupo de intensa vivência em Núcleo Ambiental (que nada mais era, antes, do que uma “reunião de grupo”) estimulados e orientados pelo Objetivo da Ação pastoral em “construir uma sociedade justa e fraterna” está trabalhando no sentido de chamar a atenção para os problemas da dignidade da pessoa e dos seus direitos. Inúmeras são as dificuldades enfrentadas, mas não poucos os frutos conseguidos.

Entretanto o que existe de mais significativo nestes exemplos e em muitos outros é a mudança de mentalidade que o MCC vem ajudando a criar nas pessoas, com a consciência mais viva de sua pertença à Igreja e de seu compromisso com o Reino, com o anúncio e com a denúncia. As últimas Assembléias Nacionais do MCC, as Assembléias Regionais (temos 21 Regionais no Brasil), a participação ativa no Conselho Nacional de Leigos têm contribuído largamente não só para essa mudança de mentalidade mas, sobretudo, para uma mentalidade de mudança. Desnecessário dizer que — con-

seqüência dessa renovação — fez-se uma revisão radical no terceiro dia do Cursilho propriamente dito levando os participantes a um treinamento prático do método VER/JULGAR/AGIR/AVALIAR o que significa dizer, a um comprometimento com a Pastoral e com sua missão própria de Leigos, “igreja no coração do mundo”.

IV. Desafios e Questionamentos

Dentre outros, podemos destacar: 1) o MCC terá garra suficiente para uma adaptação mais radical às exigências de uma Pastoral sempre mais encarnada?; 2) de que maneira acontecerá essa adaptação sem que o Movimento renuncie algumas coisas que lhe são próprias, mas que não são de sua essência e de seu método?; 3) o MCC e outros movimentos, assim chamados de classe média, poderão contar com o apoio efetivo da Igreja, ajudando-os na reflexão e na formação de seus integrantes? (falta uma palavra clara quanto aos Movimentos...); 4) quando, efetivamente, as Coordenações pastorais e o MCC aprofundarão um diálogo pastoral eficaz que não fique apenas em mútuas agressões e pré-julgamentos inócuos e prejudiciais por parte de outros setores da Igreja, especialmente de movimentos populares?; 5) e, finalmente, um questionamento mais amplo: quando é que os párocos e bispos terão coragem para se “desligar” um pouco de sua visão estreita de paróquia territorial, ciosos de seus casamentos e batizados e de sua “organização pastoral” (quem sabe deixando-as para alguns devotos que, na prática já podem “tocar” uma paróquia) e se dedicarão, com mais afinco e comprometimento a viver e a conviver (não como donos da verdade e patrões, mas como irmãos e servidores) com os leigos para ajudá-los na sua formação integral, para que possam eles se comprometer na vocação e na missão que lhes são próprias de construir o Reino nas realidades temporais? Ou, por acaso, a hierarquia estará fora e acima das realidades temporais? Esse questionamento queremos registrar aqui não apenas motivados pelo freqüente descaço com as organizações de leigos, mas por aquilo mesmo que significa a vocação ministerial do sacerdote. Reconhecemos, evidentemente, a existência de movimentos que não só não tentam responder às urgências pastorais da Igreja no Brasil, e com elas se comprometer, mas até as criticam e combatem tanto abertamente quanto com seu comportamento alienado. Queríamos, sim, questionar uma práxis pastoral que não leva em conta os que, cheios de boa vontade e animados pelo Evangelho, querem ocupar seu espaço e participar, efetivamente, da “formação do Povo de Deus, construindo uma sociedade fraterna, sinal do Reino Definitivo”.

Secretariado Nacional do MCC do Brasil

5. Espiritualidade dos cristãos na América Latina

José Ernane Pinheiro — Mônica Carmelita de Freitas

Introdução

Este tem sido um dos temas constantes nas preocupações dos cristãos, por ocasião da preparação do Sínodo a realizar-se em outubro próximo.

Mais do que sobre uma espiritualidade dos leigos, em si, a reflexão se encaminha para o desafio de uma Espiritualidade orientada para a missão, como um sustento da identidade cristã no seguimento a Jesus Cristo, como um alimento para o engaja-

mento na sociedade conflitiva em que vivemos.

A palavra chave que vem à tona, cada vez mais freqüente, nos caminhos da Espiritualidade é Missão/Evangelização. Sobretudo depois que a Evangelii Nuntiandi nos lembrou que “evangelizar constitui, de fato, a graça e a vocação própria da Igreja, a sua mais profunda identidade. Ela existe para evangelizar” (n.º 14). Ainda no n.º 18: “Evangelizar para a Igreja é levar a Boa Nova a todas as parcelas da humanidade, em qualquer meio e latitude, e pelo seu influxo, transformá-las de dentro e tornar nova a própria humanidade: Eis que faço de novo todas as coisas”.

Poder-se-ia, então, falar de uma Espiritualidade da Evangelização ou de uma Evangelização como Espiritualidade, responsabilidade de todos os cristãos, tendo, contudo, presente o que nos diz o Concílio Vaticano II. “Já que é realmente característico do estado leigo viver em meio ao mundo e aos negócios seculares, são eles chamados por Deus para, abrasados no espírito de Cristo, exercerem o apostolado a modo de fermento no mundo” (A.A.;2).

Evangelização como espiritualidade se revela, de maneira clara, na Evangelii Nuntiandi e, depois, em Puebla, expressando a experiência eclesial que desabrochou do Concílio Vaticano II. E inclui:

— a evolução da teologia do Povo de Deus em que o binômio Hierarquia-Laicato tem sido substituído por Comunidade-Ministérios ordenados ou não ordenados. São serviços diversificados vividos numa Eclesiologia total, conforme a expressão do Padre Yves Congar;

— a vivência da Igreja como sinal e instrumento de salvação/Libertação, assumindo, através de todos os seus segmentos, a evangelização do mundo, como nos pede a Gaudium et Spes e sobretudo Puebla. “A missão da Igreja em meio dos conflitos que ameaçam o gênero humano e o Continente latino-americano, face às violações da justiça, da liberdade, face à injustiça institucionalizada de regimes que se inspiram em ideologias opostas e face à violência terrorista é imensa e mais do que necessária. Para cumprir essa missão, requer-se a ação da Igreja toda — pastores, ministros consagrados, religiosos, leigos, cada qual em sua missão própria” (Puebla 562);

— a conversão da própria Igreja ao mundo dos pobres, como experiência espiritual, seguindo as pegadas de Jesus: “Assim como Cristo consumou a obra da redenção na pobreza e na perseguição, assim a Igreja é chamada a seguir o mesmo caminho a fim de comunicar aos homens os frutos da salvação...” (LG 8). Em Puebla, o apelo é ainda mais explícito para a nossa Igreja Latino-americana: “Afirmamos a necessidade de conversão de toda a Igreja para uma opção pelos pobres, no intento de sua integral libertação” (Puebla 1.134).

A Evangelização também gera espiritualidade. Daí podemos falar de uma Espiritualidade cristã, hoje, na América Latina, com traços característicos próprios. Diante da pergunta: Uma Espiritualidade latino-americana? “A resposta é afirmativa, diz Segundo Galilea, quando se dão os seguintes fatos:

- se o cristianismo latino-americano forma uma cultura católica peculiar (dado que o modelo cultural é fator que influi nos modelos de espiritualidade);

- se o cristianismo enfrenta na América Latina desafios sociais e pastorais de tal envergadura que obriga os cristãos a aprofundarem certas exigências peculiares da mensagem e da espiritualidade cristãs;

- se tudo isso leva a uma renovação da Igreja e de sua espiritualidade (modelo de Igreja) e se essa renovação está suficientemente formulada e elaborada pelas comunidades cristãs e seus teólogos e incentivada pelo magistério” (1).

A espiritualidade — a mística com que os cristãos vivem em certo contexto histórico-social as exigências e tarefas da sua fé — não independe dos dinamismos históricos, sociais e culturais do “lugar” em que se vive. O Espírito se comunica plenamente à Igreja, mas também se manifesta nos dinamismos da história e da sociedade, em seus valores, em suas aspirações, em seus ideais e empreendimentos, na medida em que convergem com os valores do Reino.

Com alegria, verificamos que despontam sinais novos no campo da espiritualidade. Tentaremos desenvolver traços que comprovam estes sinais, sobretudo no meio popular, mesmo que ainda em estado de busca. Revelam, contudo, a novidade da voz do Espírito que não temos o direito de abafá-la. Um chamado a aprendermos, todos, novas formas de espiritualidade, a ressuscitarmos com o povo na maneira de expressar a fé. Veremos isto:

I - nas reflexões em Assembléias das Igrejas, nos Regionais da CNBB, sobre o tema leigos onde estes são a maioria dos participantes.

II - nas publicações sobre Espiritualidade na América Latina nesta última década, formulando a experiência da fé dos cristãos.

III - na vivência dos cristãos no nosso continente, iluminados, de modo especial, por Puebla.

I - Reflexões em Assembléias das Igrejas nos Regionais da CNBB

O tema da Espiritualidade tem sido um dos desafios na preparação do Sínodo. Vários grupos oferecem contribuições típicas: nas celebrações das Comunidades Eclesiais de Base, nas romarias, nos santuários, nos encontros. A vida desponta como água pura em confronto com a Palavra de Deus: nas reflexões, nos grupos de Evangelização, na vida comunitária. Trago aqui, o resultado de duas assembléias: do Regional Sul I, Estado de São Paulo e do Regional Nordeste II (RN, PB, PE, AL). São trabalhos de comissão de estudos.

Sul I:

7 a 9/11/86

Em Itaici-SP

“Espiritualidade: 1 — O que é: A própria vida cristã como fidelidade ao Espírito (Não confundir com momentos de espiritualidade). Fundamentalmente é a mesma para todos os cristãos.

2 — Características da espiritualidade eclesial, apelo a todos os cristãos:

- partir da realidade
- Vivência do mistério de Cristo
- Vida comunitária
- Contemplação na ação

- Valorização da Palavra de Deus
- Solidariedade diante dos desafios do Evangelho e da realidade, com um projeto de fraternidade e justiça
- Esperança, martírio e justiça
- Alegria, gratuidade
- Pobreza, como radicalidade evangélica, superando o aburguesamento da sociedade
- Coragem de enfrentar conflitos
- Sensibilidade aos valores religiosos do povo com suas expressões: "Se Deus quiser" "Deus é Pai..."

3 — *Específico da espiritualidade do leigo:*

- Vivência dos valores evangélicos a partir das contradições do mundo em que cada um atua
- Valorização do sacramento da crisma que motiva a posição de testemunho (martírio) no mundo
- Fazer a Igreja viva presente lá onde só ele pode fazer
- Viver o estado de vida de cada um no Espírito Santo
- As realidades temporais definirão as características do leigo: realidade familiar, várias modalidades de ser leigo — solteiro, casado, criança, jovem...
- Viver a própria profissão como caminho de santificação e lugar de missão...

4 — *Dificuldades:*

- Visão deficiente da realidade
- Formação do clero e leigos
- Influências sociais: MCS, consumismo, tensão sociedade X Igreja
- Movimentos que não se comprometem com a realidade concreta da Igreja local
- Contratestemunho da Igreja: opção pelos pobres X vida aburguesada
- Como traduzir a linguagem religiosa em linguagem socialmente aceita
- Relacionamento dos membros da comunidade que buscam o atuar na realidade social.

Nordeste II

13 a 15/03/87

João Pessoa-PB

- "Todos participam da Espiritualidade evangélica do Povo de Deus
- Cada um tem uma Espiritualidade a partir da realidade das respectivas missões

DESAFIOS E PROPOSTAS:

1. Espiritualidade do leigo militante político e do militante engajado no seu meio social. Para isto são necessários:

- encontros (cursos) de formação
- vivência em grupos para
 - Revisão de Vida
 - Revisão da prática
 - Revisão das celebrações

2. Supervalorização da Espiritualidade de tipo clerical (religiosa) e sobretudo *masculina*. As Pastorais, Comunidades Eclesiais de Base, Movimentos devem procurar uma espiritualidade de leigos(as) a partir dos leigos(as).

3. A formação cristã: "disciplina" para dar lugar à oração.

Disciplina na família,
no grupo
na pastoral
nos movimentos

4. Integração da sexualidade na Espiritualidade. As Pastorais específicas e Movimentos devem abrir espaço para abordar estes assuntos.

5. Vivência da Fé e Religiosidade Popular: Valorizar a experiência de fé do povo.

6. Espiritualidade versus "Espiritualismo" Atenção ao compromisso, com sensibilidade aos acontecimentos para não termos uma espiritualidade abstrata.

7. A celebração da Vida / Liturgia, Sacramentos.

8. Espiritualidade eclesial: da comunidade, da evangelização.

Há um processo no amadurecimento da Espiritualidade — nos passos do seguimento a Jesus Cristo".

II — As publicações sobre Espiritualidade na América Latina (2)

A partir de um levantamento sucinto sobre o que fora publicado nas principais revistas e em livros, no Brasil, sobre o tema da Espiritualidade, na última década, podemos constatar que cresce, a cada ano, o número de textos elaborados a partir de vivências dos cristãos. Não são textos de gabinete. Vamos, aqui, apresentar algumas das constantes perceptíveis a olho nu e breves reflexões a respeito.

Os elementos mais relevantes do conjunto do material analisado:

- A concepção de Libertação do Homem todo, imagem e semelhança de Deus Pai, à luz do Deus da Promessa, do Deus Libertador.
- A experiência de Deus no seguimento de Jesus de Nazaré.
- Maior contato com a Palavra de Deus bem ligada à vida
- Docilidade ao Espírito que nos fala pelos acontecimentos concretos, na evangelização
- Oração como uma auscultar os apelos dentro da caminhada histórica
- Ascese como inserção solidária com os oprimidos (sentido libertador da cruz)
- Os empobrecidos, com seus problemas e aspirações, como fonte de Espiritualidade
- A vida do povo como escola de gratuidade num compromisso real e eficaz
- O respeito à Religiosidade popular que contém "semina Verbi" e germens de libertação
- As Comunidades Eclesiais de Base como uma forte experiência da vida comunitária, de oração comunitária, vivendo a comunhão e a participação.
- Redescoberta das celebrações como experiências do Deus Vivo ligado à vida do povo
- A Esperança e a Alegria como sinais de con-

fiança num Homem Novo e numa Sociedade Nova

- Uma Espiritualidade mariana sólida, tendo o Magnificat como o cântico profético libertador de Maria, mãe da Igreja, Esperança dos pobres
- O martírio como memória perigosa de Jesus de Nazaré
- Relação contemplação — Compromisso social ou político
- Um rosto latino-americano da Espiritualidade pela unidade cultural: um povo oprimido, mas religioso

Alguns pontos de consideração sobre estes elementos:

A pessoa de Jesus é o centro de toda autêntica espiritualidade e o seu seguimento tem um caráter normativo, constitutivo da vivência cristã. A experiência de fé no Deus Vivo se concretiza na experiência do *Seguimento de Jesus*, como a grande vocação cristã. Ser seguidor de Jesus na América Latina é apresentado como um desafio, com uma grande tarefa: reformular os grandes temas da fé e da espiritualidade tradicional levando em consideração os apelos típicos da realidade do nosso continente.

Está claro em todos os textos que, na espiritualidade, se configura um estilo de vida cristã, mostrando, assim, como o estilo de vida oferece aspectos próprios a uma espiritualidade da encarnação, da evangelização situada no tempo e no espaço.

A espiritualidade na América Latina se caracteriza, também, pela *conversão ao próximo*, ao pobre, como imagem de Deus desfigurada. Uma vivência de gratuidade do dom de Deus que nos oferece uma libertação universal e radical.

É um processo de conversão que desafia uma nova decisão: uma redescoberta da própria imagem do Deus da Bíblia, o Deus Libertador. Uma caminhada de purificação: este passo não se fará sem uma experiência de fé amadurecida, com constantes avaliações, uma caminhada que se constrói com os pobres, no meio dos conflitos. Exige mesmo um novo lugar social.

A síntese entre a vida de militância e a vida contemplativa se torna urgente. Não se trata de colocar a oração contemplativa ao serviço da libertação, mas de desentranhar dela todas as virtualidades reais.

A espiritualidade na América Latina exige novas expressões de ascese e uma mística que brote da comunhão com o povo, da Esperança que não engana (Rm 5, 5).

Tudo isto tem gerado muito sofrimento, muita doação, mas também muita realização, muita generosidade, muita gratuidade, muita esperança. Tem oferecido para a Igreja muitas interpelações. Tem, sobretudo, feito crescer a lista do capítulo 11 da Carta aos Hebreus, daqueles que, pela fé, deram testemunho do Deus da Vida, vivenciando as Bem aventuranças “felizes os que têm fome e sede de justiça, os que são perseguidos, mortos por causa da justiça... pois foi assim que perseguiram os profetas que viveram antes de vós”.

III — Alguns traços da Espiritualidade, hoje, na América Latina, à luz de Puebla (3)

O documento de Puebla permite evidenciar alguns dos traços desta espiritualidade. Inclusive chega a elencar as dimensões essenciais da espiritualidade do leigo no continente (P. 796, 797; 798; 799).

Sem a pretensão de ser exaustivos, trazemos aqui alguns dos traços dessa espiritualidade; tal como se vai configurando na vida das nossas comunidades.

1. Experiência de Deus num mundo de opressão e injustiça

Numa realidade de opressão e injustiça Deus aparece por contraste e questionando profundamente a práxis cristã. A partir do que se dá na vida dos cristãos comprometidos hoje na AL fala-se com razão do “Deus da Vida”, que se descobre nas situações de morte em que se encontram as maiorias miseráveis do continente. Esse “Deus da Vida” que se experimenta nesse contexto é também o “Deus da Esperança”, o “Deus Libertador” que se preocupa com os homens e busca salvá-los, suscitando “anelos de salvação libertadora em nossos povos” (P. 201). A partir dessa realidade, dá-se uma autêntica experiência de Deus nos pobres, que leva a descobrir neles os traços sofrendores de Cristo questionando e interpellando os cristãos, (P. 31-39). Essa experiência de Deus está em conexão com a tradição cristã e ajuda a superar a tendência ao intimismo, levando a uma caridade concreta e operante. (P. 1.134-1.142).

O “lugar” preferencial de onde emerge essa experiência é o pobre, com o sentido cristão que implica. O pobre como “lugar” de espiritualidade privilegiado do seguimento de Cristo; 1.148 - 1.152: o pobre como caminho da pobreza evangélica.

2. Oração contemplativa na Missão evangelizadora

Nó contexto latino-americano, em meio às aprovações e dificuldades, a oração aparece como fonte de compromisso cristão e de fidelidade a ele (P. 726-932-934); como algo inseparável do seguimento de Jesus, que deve levar à vida, à realidade, e que, por outro lado, é estimulada e orientada pela experiência da realidade (P. 727). Isso permite falar na síntese entre oração e ação que, propiciando uma atitude orante na vida, faz transparente a realidade e leva a descobrir os sinais da presença de Deus e suas interpelações na história. (P. 197).

Nesse contexto ainda, a liturgia é vivida como celebração em conexão com a vida e dispõe a um renovado serviço aos irmãos. Exige a conversão constante aos valores evangélicos e o “compromisso transformador da vida, a realização plena do Reino, segundo o plano de Deus” (P. 917-918).

3. Seguimento de Jesus a partir da sua história e da nossa história

A espiritualidade vivida hoje entre nós recupera a dimensão essencial do cristianismo como seguimento de Jesus Cristo pelo impulso do Espírito (P. 180-181).

No seguimento de Jesus, essência da vida cristã, tem-se muito em conta o modo como Ele

assumiu sua missão evangelizadora a partir de uma experiência de Deus como Pai, do homem como irmão e do mundo como lugar de encontro com Deus e com os irmãos (P. 190-191, 1.140). Sem buscar uma imitação literal de Jesus que viveu em outras circunstâncias, busca-se trabalhar pelo que Ele trabalhou, na disposição de passar pelo que Ele passou: incompreensão, perseguição, morte, que desembocam na ressurreição (P. 192-193, 279, 1.008, 265, 668, 1137-1138). Este esforço de seguimento do Jesus da história, a partir da nossa história, num compromisso libertador como o seu, leva a um encontro com Jesus a quem se sente próximo e presente, "libertador no coração da América Latina" (P. Mensagem aos povos da América Latina-9).

4. Vida "no Espírito" percebido na realidade

A espiritualidade definida paulinamente como "vida no Espírito" exige discernimento e abertura aos caminhos do Espírito. Em nossa realidade, acentua-se essa necessidade de saber discernir a presença e as interações do Espírito nos "sinais dos tempos". Parte-se da convicção de que o Espírito é um dom não só pessoal, senão também coletivo, que renova tudo e que ajuda a descobrir os valores permanentes do Evangelho e seus questionamentos no contato com a história (P. 1.128). Esta convicção experimental permite ver o Espírito que suscita anelos de Salvação libertadora em nossos povos (P. 201), e orienta os esforços para a transformação das sociedades injustas para encarnar o Evangelho na história (P. 199-200).

No exercício desse discernimento orante, descobre-se a ação renovadora e libertadora do Espírito nos frutos que produz nos cristãos da AL: amor concreto e eficaz, alegria em meio ao sofrimento e à perseguição, esperança e paz nas dificuldades. Aparece então o Espírito conduzindo a um seguimento de Jesus não só como caminho senão como vida.

5. Imitação de Maria considerada em sua história, a partir da nossa história

A devoção a Maria é uma experiência vital e histórica na América Latina (P. 283). Vista a partir da realidade latino-americana, e mais em concreto, a partir do mundo dos pobres, Maria aparece "como o rosto materno e misericordioso de Deus; como sinal da presença e proximidade do Pai e de Cristo" (P. 282). Nesta perspectiva é revalorizada a sua condição histórica a partir dos Evangelhos, sua fidelidade no seguimento de Jesus, que a torna o modelo de vida cristã. Dois aspectos, sobretudo são ressaltados: sua abertura a Deus e sua proximidade ao povo, algo "inteiramente distinto de uma mulher passivamente remissiva ou de piedade alienante" (P. 293). Os privilégios e a exaltação de Maria, sempre importantes em espiritualidade, "humanizam-se" quando visualizadas a partir da realidade de Maria de Nazaré, da maneira histórica como Ela viveu sua plenitude de graça na humilhação, a opacidade da vida ordinária, a fé, o sofrimento, a solidariedade, com os pobres e os aflitos (P. 282, 285, 292, 293, 296, 297, 302).

6. A Comunhão e participação numa Igreja dos pobres

A dimensão comunitária da espiritualidade cristã é vivida com intensidade entre nós, sobretudo nas CEBs (P. 643). Estas, ao mesmo tempo que vão criando um novo rosto de Igreja, ajudam a viver os aspectos de comunhão e participação, a partir da opção preferencial pelos pobres. Esta opção é, antes de tudo uma conversão, uma purificação. A comunhão e participação são vividas como experiência espiritual de unidade na pluralidade; no surgimento de novos ministérios; na revisão da imagem e do papel dos bispos, sacerdotes, religiosos e leigos. São vividas, por outro lado, não só como utopia que leva à denúncia profética, senão também e sobretudo, no nível de mediações práticas que façam delas uma realidade possível numa sociedade mais justa e mais fraterna (P. 213-215-216-218-219).

7. Um amor cristão e uma santidade com dimensão política

No contexto latino-americano a espiritualidade leva a viver em forma nova as exigências do amor cristão concreto e eficaz e as da santidade entendida como comunhão com Deus.

O amor cristão nas situações de pobreza desumana revela exigências sócio-políticas. Nelas "não se pode amar deveras ao irmão e, portanto, a Deus, sem comprometer-se em nível pessoal e em muitos casos em nível de estruturas com o serviço e a promoção dos grupos humanos e dos estratos sociais mais despossuídos e humilhados, como todas as conseqüências que se seguem no plano dessas realidades temporais" (P. 327).

A posta em prática desse tipo de amor com dimensão sócio-política colocou em revisão o conceito de santidade, porque aparece a necessidade de um novo tipo: a santidade política. Trata-se da santidade que se expressa na defesa dos direitos humanos dos explorados e oprimidos, no trabalho pela justiça e pela paz, e que contribui a promover os valores que devem inspirar a vida social, interpellando especialmente os anelos daqueles que a sociedade tende a marginalizar (P. 521-522).

O compromisso político para que o Reino de Deus possa abrir caminho na história tem exigências fortes, e em algumas ocasiões, heróicas. Por isso exige a santidade e a favorece ao implicar muitas vezes respostas radicais de generosidade evangélica, de despojamento de si mesmo, inclusive do martírio (P. 92, 265; 1.137, 1.138, 796, 797, 798, 799).

8. Gratuidade e perdão

A experiência de Deus num mundo de opressão coloca para o cristão a exigência evangélica do perdão. Nesse contexto, a capacidade de perdoar passa pelo conflito. E o cristão, comprometido nas lutas históricas da libertação, sabe trabalhar o conflito, sem negá-lo, nem camuflá-lo, mas tratando de superá-lo numa visão profética e numa profunda experiência pascal: "Se o grão de trigo não morre..." A experiência do perdão, num contexto de conflito, está estreitamente ligada à experiência do amor gratuito do Pai e da Páscoa de Jesus, e se

cretiza numa atitude permanente de conversão exigências evangélicas do perdão e da construção da paz.

Alegria e Esperança

Outra característica marcante da espiritualidade na AL, hoje, é que ela se configura como espiritualidade da alegria e da esperança. Alegria e esperanças são paradoxais. Experimentam-se sempre em contraste: — a primeira em contraste com a pressão, a segunda em contraste com a morte. Mas, no fundo, é sempre a mesma realidade alegre e esperançosa. O Reino, a força escatológica do mundo definitivo, experimentada já dentro desse “sistema atual”. É precisamente isto que alimenta a Esperança teológica do povo: — uma “esperança contra a morte”, que se manifesta como força, coragem, resistência; como certeza de que a palavra definitiva não é opressão, mas Justiça; não é

ódio, mas Amor; não é morte, mas Vida. É neste sentido que Puebla fala de sinais de esperança na visão da situação sócio-cultural do Continente (P. 17-21).

(1) *Galilea, Segundo: O caminho da Espiritualidade, Paulinas, 1984, pp. 47.*

(2) *Cf. Bibliografia sobre Espiritualidade: 1975-1985, publicada no boletim Jesus-caritas, dezembro de 1986.*

(3) *Esta reflexão teve, em parte, como inspiração o artigo de “Camilo Macise, O.C.D.: La Espiritualidad de la insercion — Un camino de Iglesia en America Latina” publicado na revista TESTEMONIO, n.º 98, nov./dez. 1986, Chile.*

(texto apresentado na reunião da Comissão Episcopal de Doutrina — CED - 8/04/1987).

6. Síntese do “Instrumentum Laboris”

Secretaria Geral do Sínodo dos Bispos

L'Osservatore Romano, 10/05/87.

O tema escolhido pelo Santo Padre para a VII Assembleia Geral Ordinária do Sínodo dos Bispos: “A vocação e a missão dos Leigos na Igreja e no mundo, a vinte anos do Concílio Vaticano II”.

Tema muito importante por causa das vastas e rápidas transformações que se produzem hoje na sociedade contemporânea. Na relação entre Igreja e mundo os leigos são chamados de modo especial a assumir a missão da Igreja.

Vocação e missão são dois momentos distintos mas não separáveis. O Sínodo procurará sobretudo esclarecer melhor a natureza delas, estabelecendo as funções atribuídas por Cristo aos leigos para a missão evangelizadora da Igreja no mundo.

Depois dos “Lineamenta”, eis o “Instrumentum laboris” que procurou recolher e ordenar o conteúdo das respostas chegadas à Secretaria Geral. O documento não entende, portanto, propor uma teologia completa do laicado nem pretende ser perfeito.

O “Instrumentum laboris” está dividido em três partes:

- Um olhar de fé para a situação humana contemporânea;
- Os fiéis leigos e o mistério da Igreja;
- Testemunhas de Cristo no mundo.

Primeira Parte

1. Dinamismos de participação no mundo atual

Um dos traços característicos do nosso tempo é a crescente experiência de participação: progressivo domínio sobre a natureza e participação cada vez mais ativa na história; notável ampliação de participação na vida política, tanto nacional como internacional; maior consciência de participação na vida de uma comunidade humana, que é criação de cultura; progressiva intensificação de relações interpessoais que torna cada pessoa cônica da

responsabilidade para consigo mesma e para com os outros; movimento de promoção e de libertação da mulher.

Há porém outros fatores que obstaculizam a participação. A difundida mentalidade secularista e imanentista nem sempre oferece aos homens e às mulheres de hoje a possibilidade de participação que seja um autêntico crescimento humano. A influência de consumismo hedonista leva o homem a limitar muitas vezes a sua participação social.

2. Missão da Igreja e participação dos fiéis leigos

Só Cristo pode abrir ao homem a via da participação integral na história humana.

Os fiéis leigos, por isto, têm a missão de testemunhar perante o mundo a possibilidade de uma participação integral na história, segundo o desígnio salvífico de Deus. A Virgem Maria assim fez!

Para que os fiéis leigos possam responder à aceitação desta missão, é preciso esclarecer:

- a sua maior participação na comunhão eclesial;
- a sua presença mais eficaz na missão da Igreja no mundo.

Segunda Parte

1. Participação dos leigos na vocação e na missão da Igreja

As relações entre os termos vocação e missão devem ser melhor determinadas.

A *vocação* é mais ampla do que a *missão*. A vocação compreende um chamamento à missão, mas é antes de tudo um chamamento à comunhão, isto é, a uma relação pessoal com Deus no amor.

Esta comunhão de amor não se realiza de modo individualista, mas, ao contrário, põe todos os fiéis em recíproca relação com a comunhão eterna da Igreja.

O progresso na comunhão eclesial com Deus é oferecido pela graça divina e manifesta-se na criação, na redenção e na santificação.

A *missão* consiste em transformar progressivamente o mundo por meio do amor que vem de Deus, através da fé em Cristo.

A missão é confiada à Igreja. A sua situação depende da união de amor que existe entre os cristãos. A missão, como a vocação, além do aspecto comunitário tem também um aspecto pessoal.

2. Comunhão e participação na Igreja

A este empenho os leigos são chamados pelo *Batismo*, que os torna membros de Cristo; eles são fortalecidos pela *Confirmação* e pelos dons do Espírito Santo, e são nutridos pela *Eucaristia*.

Membros de Cristo, os fiéis são partícipes no *tríplice múnus* de Cristo: sacerdotal, profético e real.

Maria participa de modo singular neste múnus de Cristo. Na comunidade cristã ela indica o caminho para a afirmação da igual dignidade do homem e da mulher, na diversidade de carismas e de serviços.

Existe um estado de vida do cristão enquanto tal, e o estado do fiel leigo deve coincidir com o mesmo. Por esta razão, não deve haver marginalização nem clericalização da figura do leigo.

A índole secular dos fiéis leigos consente-lhes realizar de modo particular a missão salvífica da Igreja no mundo, a começar pela família, Igreja doméstica.

Atentos à graça, os fiéis leigos enriquecem de muitos carismas, por meio do Espírito Santo, a sua vida na Igreja. Além dos carismas, o Espírito está na origem também dos ministérios na Igreja.

Há diversos ministérios não ordenados, confiados aos leigos para serem exercidos em vista da maior vitalidade da comunidade eclesial, os quais devem ser determinados e coordenados.

O exercício dos ministérios não ordenados confiados aos leigos, requer que seja definida a diferença entre esses e os ministérios ordenados.

Terceira Parte

Quais os caminhos a percorrer a fim de que o fiel leigo saiba inserir numa síntese cristã todas as realidades da sua existência cotidiana?

É ao que procura responder a terceira parte do "Instrumentum laboris".

1. Vida segundo o Espírito

O chamamento universal à santidade está no centro da vida espiritual de todo o fiel, e é a verdade básica a estabelecer-se para superar a separação entre fé e vida.

Seguir a Cristo, único modelo de santidade, exige o abandono de qualquer relação pecaminosa e requer um espírito de obediência ao desígnio de salvação do Pai. Ao mesmo tempo, porém, a vida espiritual do cristão, para ser autêntica, implica uma sensibilidade e solidariedade às necessidades do homem: "Quem não ama a seu irmão, ao qual vê, como pode amar a Deus, que não vê?" (1Jo 4, 20).

O serviço cristão aos outros requer o dom de si na existência cotidiana. Esta atitude fundamental é

traduzida num estilo de vida segundo as Bem-aventuranças.

Cada um deve persuadir-se de que a vida do cristão é uma conversão contínua, sustentada pela meditação da Palavra de Deus, nutrida pela Eucaristia, restaurada depois da queda no pecado com a reconciliação sacramental.

Esta luta contra si mesmo não está acima das forças da natureza humana, antes, é cada vez mais ajudada pelo apoio materno da Virgem Maria.

2. Sujeitos da missão

Toda a Igreja é missionária. Air que seja crescente a participação dos fiéis leigos na missão da Igreja, muitos deles continuam ainda passivos e deixam estes deveres unicamente aos sacerdotes.

A natureza da ação missionária consiste em levar a Boa Nova a todas as categorias da humanidade e em enraizar o cristianismo nas diversas culturas. Um motivo de esperança quanto a isto nos é dado pela ação dos jovens e das mulheres, que tomam cada vez mais consciência do seu dever e das suas possibilidades.

Algumas atitudes dos fiéis leigos na tarefa missionária são essenciais: a compartilha e a solidariedade, o julgar a vida de maneira cristã, o dialogar com todo aquele com quem se encontra.

Se parece difícil estender a própria ação à Igreja universal — embora sempre participando nesta missão com a oração — ela poderá ser exercida de modo mais fácil na própria Igreja particular, na paróquia, nas diversas formas de associação.

A novidade e a variedade da atual forma de os fiéis se associarem, provindas do direito à liberdade de associação reconhecido pelo Concílio Vaticano II, exigem um discernimento eclesial.

Os critérios de eclesialidade das diversas formas associativas essencialmente compreendem: a comunhão com o Papa e com os Bispos, a fidelidade ao Magistério da Igreja, a participação na missão eclesial.

Deve-se evidenciar o contributo original dos Institutos Seculares para a missão da Igreja.

3. Os campos da missão do fiel

Nenhum ambiente ou atividade humana pode ser descuidado pela presença cristã. A Exortação Apostólica "Evangelii nuntiandi" falava do "mundo vasto e complicado da política, da realidade social, da economia; bem como da cultura, das ciências e das artes, da vida internacional, dos instrumentos da comunicação social; e também de outras realidades particularmente abertas à evangelização, tais como o amor, a família, a educação das crianças e dos adolescentes, o trabalho profissional, o sofrimento". Todos os aspectos da experiência humana, portanto, devem ser atingidos de maneira capilar.

Todavia, há questões que requerem urgente e prioritariamente o testemunho dos fiéis leigos: as diversas e graves formas de discriminação e de marginalização, a busca da paz num mundo cada vez mais ferido e provado pela violência de todo o gênero, a ameaça nuclear e a corrida aos armamentos.

Existem depois problemas atinentes ao ma-

trimônio e à família, ao mundo do trabalho e da economia, ao mundo da cultura, da arte e da ciência, ao mundo das comunicações sociais, ao mundo da política.

4. *Formação dos leigos*

O crescimento da vida espiritual e o empenho da missão tornam necessária para os fiéis leigos uma formação sólida.

Uma *formação integral* que faça adquirir os conhecimentos e as disposições de que se tem necessidade para a maturação da própria vida espiritual e para o desenvolvimento dos próprios deveres apostólicos.

Uma *formação catequética* que tenha presente a especificidade do próprio modo de pôr em prática a vocação.

Uma *formação permanente* que leve a um nível correspondente ao da própria cultura profana.

É preciso acolher com respeito a inculturação

da fé, que atuou ao longo dos séculos e se manifesta nos usos, devoções, festas, arte e sabedoria popular; e torna-se necessário promover novas formas.

Uma nova característica do apostolado dos leigos é o fato de numerosos homens e mulheres assumirem com generosidade tarefas formativas de outros fiéis.

Não se deve esquecer que, se os leigos estão associados à missão do sacerdote, eles mesmos têm necessidade do sacerdote para a própria formação, para a direção da ação missionária, para o progresso da vida espiritual. Por esta razão, os candidatos ao sacerdócio devem receber uma formação mais intensa a respeito do serviço e da colaboração com os leigos.

Conclusão

A vocação e a missão dos leigos na Igreja hoje são melhor percebidas e reconhecidas. Isto pode favorecer a produzir frutos num mundo difícil, onde não faltam graves e difundidos problemas.

Dados Biográficos dos Autores

— **Dom Marcelo Pinto Carvalheira:**

Bispo de Guarabira, PB., da Comissão Episcopal de Pastoral da CNBB, responsável pelo setor Leigos.

— **Alberto Antoniazzi:**

presbítero, teólogo, da direção do Instituto Nacional de Pastoral (INP), da CNBB; secretário da Sociedade de Teologia e Ciências da Religião (SOTER).

— **Antonio José de Almeida:**

presbítero, doutor em teologia, professor de Eclesiologia no Instituto de Teologia de Londrina - PR., vigário de Santa Fé, diocese de Apucarana - PR.

— **Pedro Gilberto Gomes:**

jesuíta, professor de Pastoral da Comunicação na Faculdade de Teologia em São Paulo, presidente da União Cristã Brasileira de Comunicação Social (UCBC).

— **Jorge Boran:**

presbítero, assessor da Pastoral de Juventude, da CNBB.

— **Maria Carmelita de Freitas:**

secretária do Instituto Nacional de Pastoral (INP), da CNBB, teóloga.

Os relatórios das assembleias regionais e os outros textos foram elaborados por grupos de leigos não identificados, sob a responsabilidade das respectivas entidades.

SUMÁRIO

Apresentação: — Dom Marcelo Pinto Carvalheira	1
1. INTRODUÇÃO: OS LEIGOS NA CAMINHADA DO SÍNODO	
— Pe. José Ernanne Pinheiro	2-4
2. REFLEXÃO SOBRE A IDENTIDADE DO LEIGO	
1. O que é o leigo — identidade e missão	
— Alberto Antoniazzi	4-11
2. Hierarquia/Laicato: um binômio superado?	
— Antonio José de Almeida	11-16
3. RELATÓRIO DE ALGUMAS ASSEMBLÉIAS REGIONAIS COM LEIGOS OU DE LEIGOS	
1. Norte I	17-22
2. Nordeste I	22-25
3. Nordeste II	25-27
4. Leste II	27-30
5. Sul II	30-32
4. LEIGOS NAS COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE, NAS PASTORAIS ESPECÍFICAS, NOS MOVIMENTOS	
1. Os leigos nas CEBs: A autoconsciência eclesial do leigo nas Comunidades Eclesiais de Base	
— Pedro Gilberto Gomes, sj.	33-41
2. Os leigos nas Pastorais específicas:	
2.1. Pastoral de Juventude: O jovem — garantia da juventude da Igreja	
— Jorge Boran	41-47
2.2. Pastoral Operária: Como e para que uma Pastoral Operária	47-52
3. O Movimento dos Cursilhos de Cristandade e a pastoral da Igreja no Brasil	52-54
5. ESPIRITUALIDADE DOS CRISTÃOS NA AMÉRICA LATINA	
— José Ernanne Pinheiro e Maria Carmelita de Freitas	54-59
6. SÍNTESE DO “INSTRUMENTUM LABORIS”	
(da Secretaria Geral do Sínodo)	59-61



Pedidos à
EDITORA SANTUÁRIO
Caixa Postal 4
12.570 — Aparecida - SP
